

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO

Dissertação

**Empreendedorismo Urbano e Economia Criativa no Neoliberalismo: Uma Análise
Sobre o Projeto Vila Flores**

CAROLINA SILVA CANEDO

Orientador: Prof. Dr. Fernando Dias Lopes

Porto Alegre/RS

2022

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO

**Empreendedorismo Urbano e Economia Criativa no Neoliberalismo: Uma Análise
Sobre o Projeto Vila Flores e a Região do 4º Distrito de Porto Alegre - RS**

Carolina Silva Canedo

Dissertação submetida ao Programa de Pós-graduação em Administração, na área de concentração de Estudos Organizacionais, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito para obtenção do título de Mestre em Administração na modalidade acadêmica.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Dias Lopes

Porto Alegre / RS

2022

CAROLINA SILVA CANEDO

**EMPREENDEDORISMO URBANO E ECONOMIA CRIATIVA NO
NEOLIBERALISMO: UMA ANÁLISE SOBRE O PROJETO VILA FLORES**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-graduação em Administração, na área de concentração de Estudos Organizacionais, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul para obtenção do título de Mestre em Administração na modalidade acadêmica.

À minha família.

AGRADECIMENTOS

O desenvolvimento de uma pesquisa de mestrado tende a ser um processo individualista que possibilita ao pesquisador o autoconhecimento. Minha trajetória durante esses anos foi marcada por uma mistura de sentimentos que sem o prazer e o privilégio de estar com essas pessoas não seria fácil.

Agradeço aos meu queridos pais, Fatima Alves e Mauro Canedo, pelo amor incondicional, pela dedicação e paciência ao longo da minha vida.

À minha querida irmã Carla Nascimento, por ser minha amiga, confidente e referência como pessoa que almejo ser e ao meu cunhado Leonardo Castro, pela mais genuína amizade e amor.

À Marina Gonçalves, minha companheira e amiga de vida, por compartilhar comigo desde a iniciação científica as aflições de uma pós-graduanda. Obrigada por estar comigo em todos os momentos, por me encorajar sempre e ser minha maior incentivadora e responsável pela escolha em cursar o mestrado na UFRGS.

As minhas tias Telma Alves e Cristina Canedo, pela preocupação e torcida durante todo o mestrado.

Ao meu professor e orientador Fernando Lopes, referência como mestre e intelectual, a quem tive o prazer e a honra de trabalhar junto. Obrigada pela dedicação, paciência, generosidade e acolhimento ao longo do mestrado.

À banca composta por Ronaldo Bordin, Ana Clara de Souza e Camila Furlan pela disponibilidade em participar e contribuir com esse trabalho.

À Janaina Simões e Leonardo Darbilly, pela amizade desde os tempos de UFRRJ e por serem meus mentores quando resolvi seguir a carreira acadêmica.

Aos inseparáveis amigos Jéssica de Mello, Chrystian Remmes, Charles Ferreira e Jaqueline Guimarães, por compartilharem comigo os momentos mais felizes e angustiantes em Porto Alegre. Sem a amizade e apoio de vocês, certamente a UFRGS seria muito mais difícil.

Às amigas Patrícia Tometich e Cristiane Costa por compartilhar comigo aflições, histórias e momentos que estarão sempre comigo.

Aos amigos e parceiros de pós-graduação Adham Costa e Ana Papa, pela cumplicidade em todo mestrado e à Vanessa Daniel, querida amiga de trabalho no Parque Zenit, com quem tive a alegria de conviver e estar junto.

Ao Programa de Pós-Graduação em Administração, em especial ao servidor Thiago Cardoso por toda dedicação e disponibilidade, aonde estiver.

Ao CNPQ pela bolsa de pesquisa concedida durante todo o tempo do meu curso de mestrado.

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo principal analisar como as ações do Projeto Vila Flores impactam o desenvolvimento do empreendedorismo urbano no 4º Distrito de Porto Alegre -RS. Hoje, a região é composta pelos bairros porto-alegrenses Floresta, São Geraldo, Navegantes, Farrapos e Humaitá, e fica localizada entre a zona central e norte da cidade de Porto Alegre. Mesmo com a ausência de investimentos de infraestrutura, por se tratar de uma área urbana que possui características estruturais que facilitam a potencialização da reprodução do capital, atualmente o 4º Distrito é apresentado como o futuro polo de empreendedorismo, inovação e economia criativa. Diante da necessidade de transformação da região urbana, o empreendedorismo urbano é a estratégia de planejamento urbano utilizada por agentes públicos e privados que visam modificações sobre a dinâmica da região. Nesse cenário, encontra-se o complexo arquitetônico Vila Flores, conjunto de prédios que foram restaurados com o objetivo de abrir o projeto que tem como proposta desenvolver atividades que estejam relacionadas à economia criativa. A fim de responder os objetivos da pesquisa, a pesquisa se caracteriza por ser predominantemente qualitativa e operacionalizada por meio da estratégia de estudo de caso. De acordo com os dados coletados o projeto Vila Flores, a partir de suas ações relacionadas a produção da economia criativa, contribui para o avanço do empreendedorismo urbano e da reprodução capitalista do espaço na cidade de Porto Alegre. Isso indica que mesmo com propostas que, no discurso, prezam pela inclusão social e a redução da desigualdade na região, o projeto Vila Flores também contribui para a concentração de renda, a gentrificação e especulação imobiliária da região do 4º Distrito de Porto Alegre

Palavras-Chaves: 4º Distrito de Porto Alegre, Vila Flores, Economia Criativa e Empreendedorismo Urbano

ABSTRACT

This dissertation has as main objective to analyze how the actions of Vila Flores Project impact the development of urban entrepreneurship in the 4th District of Porto Alegre - RS. Today, the region is composed of the neighborhoods Floresta, São Geraldo, Navegantes, Farrapos and Humaitá, and is located between the central and northern zones of the city of Porto Alegre. Even with the absence of infrastructure investments, because it is an urban area with structural characteristics that facilitate the potentiality of capital reproduction, currently the 4th District is presented as the future pole of entrepreneurship, innovation and creative economy. In view of the need for transformation of the urban region, urban entrepreneurship is the urban planning strategy used by public and private agents who aim to change the dynamics of the region. In this scenario, we find the architectural complex Vila Flores, a set of buildings that have been restored in order to open the project that aims to develop activities related to the creative economy. In order to answer the research objectives, the research is characterized by being predominantly qualitative and operationalized by means of the case study strategy. According to the data collected, the Vila Flores project, through its actions related to the production of the creative economy, contributes to the advancement of urban entrepreneurship and the capitalist reproduction of space in the city of Porto Alegre. This indicates that even with proposals which, in the discourse, aim at social inclusion and the reduction of inequality in the region, Vila Flores project also contributes to the concentration of income, gentrification and real estate speculation in the region of Porto Alegre's 4th District.

Key-words: 4th District of Porto Alegre, Vila Flores, Creative Economy and Urban Entrepreneurship

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Delimitação da Região do Quatro Distrito de Porto Alegre

Figura 2 – Fachada Antiga da Fábrica Brahma e Fachada Atual do Shopping Total

Figura 3 – Vila Flores no Quatro Distrito de Porto Alegre

Figura 4 – Localização do Vila Flores no bairro Floresta

Figura 5 – Fachada do Vila Flores

Figura 6 – Linha do Tempo das Intervenções sobre o Vila Flores

Figura 7 – Eixos de Atuação| dos Vileiros no Vila Flores

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Estratégias Relacionadas ao Empreendedorismo Urbano

Quadro 2 - Episódios de Território e Memória

Quadro 3 – Participantes do Território e Memória

Quadro 4 – Duração dos Vídeos

Quadro 5 – Participantes do Vídeo

Quadro 6 – Entrevistados da Pesquisa

Quadro 7 – Categorias de Análise

Quadro 8 - O Complexo Vila Flores

Quadro 9 – Os Pilares de Atuação da ACVF

LISTA DE SIGLAS

ACVF – Associação Cultural Vila Flores

DCMS -Departamento de Cultura, Mídia e Esportes

EC – Economia Criativa

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MINC - Ministério da Cultura

SEC- Secretaria da Economia Criativa

UNCTAD- Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento

Sumário

1. Introdução	13
Objetivo Geral:	17
Objetivos Específicos:	17
2. Fundamentação Teórica	18
2.1 A contribuição do neoliberalismo no desenvolvimento das cidades	18
2.2 A Cultura e a Economia Criativa no Brasil	24
2.3 O empreendedorismo urbano como estratégia de desenvolvimento para as cidades globais.....	35
3. Procedimentos Metodológicos	49
4. Análise de Dados	60
4.1 Caracterização da região do 4º Distrito na cidade de Porto Alegre e do Projeto Vila Flores.....	60
4.1.1 A configuração do 4 distrito de Porto Alegre	60
4.1.2 O espaço arquitetônico Vila Flores	73
4.2 A economia criativa como sustentação para as ações do Vila Flores.....	82
4.3 O impacto do Vila Flores no desenvolvimento do empreendedorismo urbano no 4º Distrito de Porto Alegre	91
5. Conclusão	103
Referências Bibliográficas	107
ANEXO 1	112

1. Introdução

A cidade de Porto Alegre, localizada no estado do Rio Grande do Sul, a partir dos anos 80 se colocou ao mercado globalizado como um espaço urbano capaz de absorver projetos de revitalização urbana contemporânea. Como visto em outras metrópoles globais, instituições públicas e privadas que dialogam com os gestores da cidade de Porto Alegre utilizam do avanço de discussões sobre economia criativa e do empreendedorismo para embasar as intervenções em zonas urbanas, como o 4º Distrito de Porto Alegre. Setores econômicos que apontam certos espaços para expandir suas atividades de turismo, cultura, serviços e negócios, por exemplo, ocupam regiões com objetivo de consolidar suas iniciativas em locais estratégicos na cidade (CANOFRE, 2019). Um exemplo de iniciativa que se aproveitou do contexto de transformação é o projeto Vila Flores, descrito como um equipamento cultural que produz e abriga negócios de economia criativa que interagem com a região (VILA FLORES, 2022). Ao analisar a atuação do Vila Flores sobre o 4º Distrito de Porto Alegre é necessário considerar suas implicações no cotidiano local.

O final do século XX é reconhecido como um período de transformações econômicas, políticas e sociais profundas que são consequentes a reestruturação do capitalismo. A transição das revoluções industriais para tecnológicas, junto ao avanço da globalização impuseram mudanças no funcionamento do mundo e no planejamento das cidades (HARVEY, 2005; FERREIRA, 2013). Os ajustes oriundos de crises do sistema capitalista moldaram as estruturas sociais e urbanas nas cidades e a dinâmica de acumulação a partir da produção capitalista do espaço.

No Brasil, um momento importante que abrange as mudanças do sistema capitalista e as transformações sobre o modo de pensar das cidades foi a Reforma Gerencial. Os questionamentos quanto a atuação do Estado ascendeu novas formas organizacionais condicentes a um pensamento de desenvolvimento capitalista do espaço (PAES DE PAULA, 2005). David Harvey (2005) relaciona esse momento ao avanço do empreendedorismo no desenvolvimento das cidades. A gestão e a competitividade, marcas desse novo momento, impulsionaram novos modelos de produção e consumo distinto ao funcionalismo fordista (HARVEY, 2005).

A condução da produção sistêmica neoliberal culminou no surgimento de novos paradigmas nas políticas urbanas das cidades (VAINER, 2013; HARVEY, 2005, FERREIRA, 2013). No Brasil, as políticas urbanas sustentadas pelo gerencialismo

limitaram os projetos de refuncionalização urbana das cidades ao idealismo neoliberal. Estratégias gerenciais de desenvolvimento urbano se espalharam nos grandes centros urbanos como o modelo a ser implementado. Isso significa a consolidação da lógica empresarial nas esferas sociais que trouxeram aos espaços urbanos o idealismo da cidade neoliberal (ARANTES, 2013).

Referência no passado como o polo industrial do Rio Grande do Sul, a região do 4º Distrito de Porto Alegre se caracteriza pela ausência de políticas públicas urbanas (CANOFRE, 2019). De um consolidado centro urbano de atividade social e industrial para um espaço urbano em processo de abandono, hoje a região fervilha em discussões, iniciativas e projetos que explorem seu potencial comercial. Valiosa pela sua formação histórica, econômica e social, os bairros que compõem a área sofrem com as infinitas propostas de desenvolvimento que desconsideram os valores e os significados locais.

Formado pelos bairros Floresta, São Geraldo, Navegantes, Farrapos e Humaitá e localizado desde a zona central até o final da zona norte da cidade, o 4º Distrito de Porto Alegre é descrito como o elemento principal para sustentar Porto Alegre como a capital do empreendedorismo e da inovação a partir da economia criativa (OLIVEIRA, 2018). Os planos estratégicos reservados para o 4º Distrito pelos gestores públicos e a iniciativa privada fortalecem a atração de investimentos em comércio, serviços, e expansão imobiliária. Esse tipo de condução, na verdade expõe o que Harvey (2005) argumenta que é a governança urbana construída a partir de parcerias público privadas

A construção do Masterplan¹ é um exemplo que elucidam como são discutidos o desenvolvimento urbano na cidade de Porto Alegre. Nele, existe a tentativa em construir o 4º Distrito a partir do empreendedorismo e inovação, utilizando como referência o modelo 22@Barcelona, já consolidado na cidade catalã. A estrutura do plano se estabelece a partir da consultoria de instituições federais que valorizam as parcerias público privadas, o capital financeiro e a expansão da construção civil. Isso significa a tentativa de consolidar Porto Alegre e seus atores ao movimento de mercantilização da cidade.

Quanto a ocupação da região, nos últimos anos há instalação de equipamentos culturais, econômicos, comerciais, construção civil e movimentos sociais. Os complexos habitacionais e gastronômicos, as instalações comerciais e a vida noturna são resultados

¹ Projeto de revitalização urbana desenvolvido pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul durante a gestão de José Fortunati na Prefeitura de Porto Alegre.

de propostas que estimulam a especulação imobiliária e, conseqüentemente, a limpeza social (OLIVEIRA, 2018).

Para impulsionar o setor de serviços, por exemplo, foram instaladas indústrias cervejeiras na região do 4º Distrito que expandiram a atuação tanto no setor de turismo como o de serviços gastronômico. Dentre os eventos organizados na cidade, o Festival Quarto Poa, realizado em novembro de 2021 prometeu “agitar” o 4º Distrito com cerveja artesanal, música, gastronomia e feiras de rua (ZEROHORA, 2021). Para gestores do evento, a iniciativa teve como objetivo estimular o movimento de inovação e criatividade na área urbana.

As regiões no Brasil possuem sua própria historicidade, mas a semelhança entre elas é o movimento de revitalização em zonas esquecidas e desamparadas pelo poder público por décadas. Seus processos de transformação urbana nos últimos anos foram baseados em uma concepção de cidade que tem como modelo a manutenção da hegemonia capitalista. Conforme Harvey (2005) aponta, esse cenário impacta a construção da imagem urbana das cidades quando o a relação ao lugar fica pertencente apenas ao indivíduo e não ao coletivo.

Esse movimento de transformação das cidades não se restringe apenas a capital do estado gaúcho, na realidade foi e ainda se expande pelo Brasil. Em cidades como Rio de Janeiro, Recife e Salvador, cada uma com suas particularidades, são territórios onde a organização social e espacial são expressadas por conflitos entre agentes públicos, privados e sociedade civil. Os movimentos recentes de intervenção urbana foram alvos de críticas, por exemplo, em Recife com o projeto de revitalização urbana no Recife Antigo, no Rio de Janeiro com as intervenções urbanas na zona portuária e em Salvador no Centro Histórico.

No 4º Distrito de Porto Alegre, os elementos simbólicos dialogam com as movimentações relacionadas a economia criativa e impactam o desenvolvimento da região urbana nos últimos anos. Como considerado por Reis (2015), as agendas de políticas públicas e os projetos de iniciativa privada nos últimos anos em metrópoles globais vislumbram na economia criativa a solução das intercorrências sobre as cidades contemporâneas. Na região da capital do estado do Rio Grande do Sul isso não é diferente, já que as novas formas de organização utilizam a cultura, tecnologia e criatividade como recurso para o desenvolvimento socioeconômico local.

Em Porto Alegre há alguns projetos que buscam associar cidade e economia criativa com elementos que capacitam a transformação coletiva do 4º Distrito. Dentre

aqueles que utilizam o contexto e a historicidade da região para fomentar suas atividades, este trabalho analisará o projeto Vila Flores e sua relação com o espaço em que se encontra inserido.

Descrito como uma “comunidade criativa que atua em rede e experimenta novas relações e práticas de trabalho e convívio, fomentando atividades culturais, educativas e de inovação social²”, o Vila Flores propõe à sociedade ser um espaço e uma organização capaz de preservar a diversidade e se contrapor as organizações já existentes na região do 4º Distrito. Sua descrição em seu site institucional revela que o projeto atua em quatro eixos de atuação: arte e cultura, educação, empreendedorismo e arquitetura e urbanismo (VILA FLORES, 2022). Antes, o complexo arquitetônico se caracterizava por um local de moradia para trabalhadores do centro industrial, hoje abriga um dos projetos culturais mais consolidados na cidade.

A Associação Cultural Vila Flores, responsável pela gestão, descreve o projeto Vila Flores como um movimento que incentiva a prática de novas relações de economia criativa. Segundo Wallig e Sielki (2012), as edificações que estão no Inventário do Patrimônio Cultural de Bens Imóveis e situadas em Área de Interesse Cultural de Porto Alegre se posicionam como um espaço de trabalho não convencional aos corporativos tradicionais em Porto Alegre. Os seus projetos direcionam o Vila Flores como uma opção para abrigar novos negócios. Afinal, como comentou um dos gestores na reportagem de Zimmermann (2019), essa característica de ocupação mista que diversifica a ocupação dos espaços

Sobre as atividades desenvolvidas, a Associação explana que seus objetivos são promover eventos culturais, compartilhar sua estrutura física e abrigar empresas relacionadas a economia criativa. Além disso, afirmam que são mais de quarenta iniciativas que utilizam o espaço como local para geração de negócios. Assim, o projeto, além de ser considerado um projeto socioeducativo e cultural consolidado para cidade de Porto Alegre, é visto como um espaço de negócios que alimenta as relações capitalistas de consumo.

Esses agentes que compõem o 4º Distrito fazem parte do cenário que o empreendedorismo urbano se coloca como modelo que alimenta os anseios de um planejamento urbano direcionado pela posição de mercado. Isso ocorre porque a mentalidade da governança urbana em Porto Alegre se ampara em elementos como

² Ver em: <http://vilaflores.org>

empreendedorismo e parcerias público privadas. É a compreensão do empreendedorismo urbano como um conjunto de estratégias urbanas que são impostas a cidade global capitalista (HARVEY, 2005).

Descrito como um equipamento capaz de articular ações culturais, educacionais e sociais, a atuação do Vila Flores pode dialogar com a hegemonia de intervenções urbanas capitalistas que também utilizam do empreendedorismo e inovação para consolidar uma cidade neoliberal. Uma das questões que precisam ser questionadas é se, como um equipamento cultural e social, o seu projeto também consolida a dinâmica capitalista a partir do fomento a empresas e suas iniciativas que estimulam a acumulação do capital. Por isso, esse estudo apresenta como problema de pesquisa: **como o projeto Vila Flores se articula com o desenvolvimento do empreendedorismo urbano no 4º Distrito de Porto Alegre-RS?**

Objetivo Geral:

Analisar como o projeto Vila Flores se articula com o desenvolvimento do empreendedorismo urbano no 4º Distrito de Porto Alegre -RS.

Objetivos Específicos:

- 1) Caracterizar o 4º Distrito de Porto Alegre e o projeto Vila Flores;
- 2) Descrever a contribuição da economia criativa no Projeto Vila Flores e no 4º Distrito de Porto Alegre-RS;
- 3) Apresentar a inserção do projeto Vila Flores no cenário de transformação urbana.
- 4) Explicar as contradições do projeto Vila Flores que alimentam o desenvolvimento do empreendedorismo urbano.

2. Fundamentação Teórica

2.1 A contribuição do neoliberalismo no desenvolvimento das cidades

O modelo capitalista junto à política neoliberal moldou e ainda molda projetos de desenvolvimento das cidades (HARVEY, 1996). A década de 1970 marcou com o avanço capitalista amparado às consequências da Segunda Guerra e, posteriormente, ao fracasso soviético. As relações econômicas, sociais e políticas nesse contexto impuseram sobre a dinâmica urbana, principalmente na América Latina, referências ao avanço da produção capitalista do espaço.

O momento de crise keynesiana junto à escassez de políticas de bem-estar social foram alvo das narrativas impostas ao avanço neoliberal, no qual atores políticos e econômicos dirigiram sua atenção à viabilização da acumulação capitalista (SANTOS, 2015). A cidade no contexto neoliberal foi posta como protagonista quanto a priorizar as relações gerenciais com propósito capitalista de acumulação de riquezas (ARANTES, 2002). Sendo assim, a orientação política social-econômica induz o direcionamento e a reestruturação quanto à produção do espaço e ao planejamento e à gestão urbana (FREITAS; BUENO, 2018).

Para avançar a dinâmica de acumulação, é necessária a reflexão quanto à produção capitalista do espaço urbano. Tanto as cidades quanto o neoliberalismo precisam convergir aos anseios do capitalismo. Nesse sentido, David Harvey (1996), referência em reflexões sobre cidades, indica que o desenvolvimento industrial, cultural e político em países subdesenvolvidos como o Brasil é imposto aos espaços urbanos a partir das relações sociais capitalistas no século XXI. O neoliberalismo no cenário urbano consiste, então, em propor aos espaços urbanos a capacidade de influenciar o processo de transformação social no contexto capitalista (HARVEY, 1996).

À vista disso, este tópico tem como proposta apresentar o modelo neoliberal e sua contribuição para o que hoje é vislumbrado sobre a organização das cidades. Assim, esse modelo será contextualizado junto a diálogos sobre as cidades no capitalismo pós-Guerra Fria. Posteriormente, serão considerados aspectos sobre as cidades e suas transformações urbanas, policiais e sociais ao longo das últimas décadas. Por fim, serão abordadas as

obras de alguns autores que desenvolvem discussões nas quais articulam sobre neoliberalismo e organização das cidades.

David Harvey (2008), no livro *Neoliberalismo: história e implicações*, propõe a discussão sobre capitalismo e neoliberalismo como diretriz central do pensamento e da administração econômica. Assim, o neoliberalismo pode ser entendido além de um simples modelo econômico vinculado a um sistema capitalista, mas sim como uma teoria de práticas político-econômicas cujo objetivo é propiciar a melhoria e o bem-estar humano. Seu propósito consiste na promoção da liberdade e de capacidades empreendedoras individuais no contexto estrutural social (HARVEY, 2008).

Em sua definição, Harvey (2008) compreende o neoliberalismo como um modelo sólido ligado ao direito à propriedade privada, ao livre mercado e ao livre comércio. Ao Estado, cabe criar e preservar a estrutura institucional apropriada e garantir a qualidade e a integridade do dinheiro. Sua essência atende às relações privadas e assegura as estruturas de defesa que garantem o direito à propriedade privada e o funcionamento adequado dos mercados. Assim, como consequência das políticas neoliberais, podem-se elencar “[...] a desregulação, a privatização e a retirada do Estado de muitas áreas do bem-estar” (HARVEY, 2008, p. 12). O Estado, então, utiliza seus poderes a fim de garantir os interesses do mercado.

Na imposição da liberdade individual, o autor é enfático quando argumenta que os objetivos do neoliberalismo precisam ser alcançados, mesmo que a partir da violência praticada por instituições do próprio Estado. Essa disposição expõe o caráter opressor do neoliberalismo e sua ideia de liberdade utópica. Dessa forma, a liberdade, no sistema neoliberal, tende a ser limitada à medida que deve, necessariamente, estar submetida, novamente, à lógica do mercado. Desse modo, caso não exista o mercado no contexto neoliberal, ele precisa ser criado pelo Estado.

Ainda sobre o Estado no contexto neoliberal, pondera-se o seguinte: o agente é capaz de estabilizar as relações neoliberais a partir de um projeto político, econômico e social pensado com o conhecimento das opressões que o capitalismo impõe. Visto isso, Harvey (2008) entende que a descrição do Estado neoliberal é complexa devido a dois fatores. O primeiro está relacionado aos desvios na teoria neoliberal sobre o Estado, já que não determina todas as suas contradições internas. O segundo está relacionado ao fato de que a evolução do neoliberalismo age de forma distinta conforme o lugar e a época.

Ou seja, pensar sobre Estado neoliberal parte da abrangência de diferentes contextos sociais, políticos e econômicos e em considerar a influência do gerencialismo empresarial em sua estrutura.

A própria condução do neoliberalismo limita o acesso da sociedade a direitos básicos e à justiça social. Essa restrição se estabelece quando o governo neoliberal precisa favorecer as instituições de mercado a fim de garantir o livre funcionamento e o livre comércio (HARVEY, 2008). Quanto ao bem social nesse sistema, Harvey (2008) o relaciona com a ideia de maximização das ações humanas voltadas para o mercado.

No discurso, a eliminação da pobreza no neoliberalismo é garantida a partir do livre mercado e livre comércio (HARVEY, 2008). Na prática, eles impulsionam a desigualdade na medida em que há a acumulação de riqueza. No discurso, os aumentos contínuos da produtividade precisam propiciar a elevação do padrão de vida da sociedade (HARVEY, 2008). Na prática, o aumento da produtividade, contudo, está diretamente associado à exploração do trabalho.

Tendo em vista que o neoliberalismo é compreendido como um modelo político-econômico, sua hegemonia como modalidade de discurso “[...] passou a afetar tão amplamente os modos de pensamento que se incorporou às maneiras cotidianas de muitas pessoas interpretarem, viverem e compreenderem o mundo” (HARVEY, 2008, p. 13). Assim, além de regulamentar as relações existentes no mercado, ainda intervém sobre o contexto político e social. Com isso, é preciso ponderar que justiça social e liberdade individual não necessariamente convergem em um diálogo. Isso porque tal fato pode explicar a liberdade individual como garantia de acesso a direitos sociais. Por isso, muito da compreensão sobre liberdade individual no neoliberalismo, ao contrário, evidencia a exploração e a exigência de produtividade, limitando a posição do indivíduo a sua escassez em acessar seus direitos.

A discussão sobre neoliberalismo nos últimos anos inevitavelmente converge em embates sobre empresas privadas e de empreendedores (HARVEY, 2008). Essa importância muito tem a ver com a impulsão de discursos reforçados pelo neoliberalismo sustentado no modelo econômico-social discutido. Assim sendo, o neoliberalismo sustenta a base do mercado, enquanto o Estado e a sociedade precisam estar em combinação com as funções que lhes cabem, a fim de garantir a harmonização do neoliberalismo.

Compreender sobre as críticas que envolvem neoliberalismo, Estado e seu contexto, como é exposto pelo trabalho de Gameiro (2018), não se limita às explanações desenvolvidas por David Harvey e sua abordagem histórico-materialista. Argumentações de Pierre Dardot e Christian Laval auxiliam na profundidade das críticas feitas pela produção de conhecimento no campo das ciências sociais. Em *A nova razão do mundo*, Dardot e Laval (2013) têm como preocupação discutir sobre neoliberalismo e capitalismo a partir da racionalidade que organiza e estrutura a ação dos governantes e as condutas dos governados. A racionalidade, então, que os autores argumentam é a neoliberal.

O caminho que Dardot e Laval (2016) percorrem busca esclarecer o neoliberalismo não apenas como uma ideologia e um tipo de política econômica, mas como um sistema normativo o qual estende a lógica do capital a todas as relações sociais e esferas da vida. Como norma, o neoliberalismo é capaz de produzir e ordenar as relações sociais, justificar as desigualdades e até mesmo se comportar como empresa. Ou seja, como norma, rege políticas públicas, coordena relações econômicas e remodela e transforma a sociedade (DARDOT; LAVAL, 2016).

A preocupação em ampliar os estudos sobre neoliberalismo precisa considerar seus aspectos políticos, econômicos, sociais e subjetivos (DARDOT; LAVAL, 2016). Em primeiro lugar, conforme já citado, antes de ser uma ideologia ou política econômica, é fundamentalmente uma racionalidade. Sua ascensão perpassa pela valorização do homem e de suas relações políticas, econômicas e sociais até pela lógica do capitalismo. Ou seja, a fundamentação da racionalidade neoliberal estrutura e organiza não apenas a ação de governantes, mas também a conduta dos governados (DARDOT; LAVAL, 2013).

A racionalidade neoliberal generaliza e universaliza a concorrência como norma de conduta que define discursos, práticas e dispositivos que determinam o novo modo de governo dos homens. O neoliberalismo é a razão do capitalismo contemporâneo, sendo definido “[...] como o conjunto de discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modo de governo dos homens segundo o princípio universal da concorrência” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 15). Ou seja, o que compõe o neoliberalismo é a lógica do mercado sendo normativa, desde o Estado até o mais íntimo da subjetividade.

Ao Estado, os neoliberais admitem que a intervenção se estabelece quando se opõe a qualquer ação que entrave o jogo da concorrência entre interesses privados (DARDOT; LAVAL, 2016). Entretanto, a ideia de intervenção do Estado não se trata apenas de

fomentar o mercado e seu contexto, mas sim de estabelecer a concorrência entre os seus. A compreensão se assemelha à de Harvey (2008) quando refuta análises simplistas quanto à retirada do Estado diante das dinâmicas do mercado.

O neoliberalismo é um sistema de normas que hoje estão profundamente inscritas nas práticas governamentais, nas políticas institucionais e nos estilos gerenciais. A construção do Estado gerencial, por exemplo, passa por um questionamento sobre a falta de eficácia e produtividade (DARDOT; LAVAL, 2016). Ele absorve a lógica do mercado que privilegia a concorrência e sujeita suas exigências às das empresas privadas, aprova privações e instaura um estado avaliador que estrutura novos instrumentos de poder e relações entre governos e sujeitos sociais (DARDOT; LAVAL, 2016).

Na condição de um intelectual latino-americano, Puello-Socarrás (2008a) contribui tanto nos estudos da administração pública quanto para percepções relacionadas ao desenvolvimento do neoliberalismo sobre o continente. Para o autor, esse sistema precisa ser compreendido como um projeto de classe e prática discursiva, amparado por paradigmas que sustentam o indivíduo empreendedor e o papel do Estado em projetos de políticas públicas. No entanto, antes de se centrar sobre as características que o autor explana, prefiro trazer o questionamento que ele tece sobre a mudança do neoliberalismo para um “novo neoliberalismo”, que aparece como uma opção capitalista de superação e alternativa à nova ordem mundial (PUELLO-SOCARRÁS, 2008a). Essa mudança leva àquilo que se relaciona a este trabalho: o questionamento quanto ao homem econômico ortodoxo e às noções funcionais e ajustadas no novo momento: o homem empreendedor/empresário (PUELLO-SOCARRÁS, 2008a).

Para Puello-Socarrás (2008a), o neoliberalismo precisa ser compreendido como um projeto sociopolítico que se transforma a partir do capitalismo cíclico e se prolonga no tempo e no espaço social. Sua posição expõe a capacidade do neoliberalismo em se manter hegemônico, ainda que imerso a crises econômico-históricas como na década de 1980 e a transformações do capitalismo moderno. Assim, para entendê-lo, é preciso entender o projeto neoliberal a partir da sua complexidade social, econômica e fundamentalmente política

O “novo neoliberalismo” que o autor reforça está relacionado às referências neoclássicas da escola austríaca, na qual o homem passa a ser compreendido como empresário/empreendedor (PUELLO-SOCARRÁS, 2008b). Essa mudança, do homem

econômico para a concepção do homem empresário/empreendedor, revela como o neoliberalismo se transforma para continuar como o paradigma hegemônico. Ainda que exista diferenças entre os modelos, é preciso sustentar que ambos convergem em torno de um projeto que reivindica o individualismo, a propriedade privada e o mercado (PUELLO-SOCARRÁS, 2008a).

Sobre o homem empreendedor, conforme a discussão inicial realizada pela escola neoclássica austríaca, o indivíduo toma para si, a partir de ações e iniciativas, a filosofia do negócio, na qual assume riscos e incertezas na finalidade de obter benefícios, rendimentos e retornos futuros dos riscos, virtudes essas relacionadas à atividade empresarial (PUELLO-SOCARRÁS, 2008b). Segundo o autor, esse homem empreendedor é uma compreensão funcional e ajustada do capitalismo avançado que sintetiza a ideologia liberal a ponto de absorver a interdependência das realidades econômicas, políticas e sociais, as quais estão escondidas no velho neoliberalismo. O autor ainda pondera quanto à política latino-americana conhecida como “terceira via”, importante na configuração do novo liberalismo. Essa noção impacta o funcionamento do capitalismo, visto nas reformas do Estado, no avanço do gerencialismo e na construção de uma governança neoliberal empreendedora.

Então, nesse cenário de avanço do espírito empreendedor, expande a noção de aspectos que remetem ao *locus* natural do empreendedorismo na expansão das relações público-privadas e da nova era neoliberal (PUELLO-SOCARRÁS, 2008b). Esse entendimento propõe mudanças em paradigmas: se antes havia um agente racional e calculador no liberalismo clássico, agora há aqueles que se contrapõem ao homem econômico, que representa as novas categorias necessárias à ideologia neoliberal (PUELLO-SOCARRÁS, 2008a; 2008b). Essa visão, até então marginalizada na teoria econômica dominante no século XIX, hoje é construída a partir da interpretação atual baseada no empreendedorismo. A atual dinâmica econômica, política e social no mundo contemporâneo expõe o homem empreendedor/empreendedorismo não apenas como um conjunto econômico, mas num contexto no qual o social, o político e o econômico impactam o atual momento do funcionamento do mundo capitalista.

Nesse contexto de imersão das especificidades do capitalismo sobre as cidades, é fundamental considerar estratégias desenvolvidas cujo objetivo é responder ao avanço gerencial do século XXI. Uma dessas estratégias é a discussão que David Harvey (2005) desenvolve em seu texto, quando expõe uma modificação do pensamento da governança

urbana junto à ascensão do empreendedorismo. Por isso, trago as reflexões que o autor aborda sobre as transformações urbanas no capitalismo tardio.

2.2 A Cultura e a Economia Criativa no Brasil

Na academia, trazer uma definição apenas sobre o que é cultura é quase impossível, já que sua concepção transcende épocas e pensamentos (THIRY-CHERQUES, 2001). Não é possível considerar a cultura como algo determinantemente coeso ou homogêneo (SIMÕES, 2006). Mas, é preciso reconhecer sua participação sobre instituições públicas e privadas e como sua utilização atua sobre o cenário social, político e econômico no Brasil (SIMÕES; VIEIRA, 2010).

O campo da cultura nas últimas décadas é marcado pelas suas variáveis dimensões na vida em sociedade e pela sua centralidade no mundo contemporâneo (MIGUEZ, 2007). Por contemplar interesses multidisciplinares (CANEDO, 2009), sua discussão acadêmica é realizada na Sociologia, Antropologia, História e Administração, por exemplo. O reposicionamento a todo momento traz consigo a necessidade em ponderar sobre suas dimensões e compreendê-las na lógica capitalista moderna. Por isso, antes de apresentar os conceitos sobre o que é economia criativa, trago uma breve exposição sobre a evolução do que é cultura.

Trabalhada a partir de enfoques e usos distintos, a definição de cultura e suas dimensões são divididas de forma antropológica e sociológica (BOTELHO, 2001). Em seu texto “Dimensões da cultura e políticas públicas”, a autora assim divide sua contribuição com a intenção de colaborar com as estratégias de formulação de políticas públicas na área da cultura. Na dimensão antropológica, a cultura se produz mediante a interação social dos indivíduos a partir da construção de valores, dos modos de pensar e sentir, da rotina e das identidades e diferenças (BOTELHO, 2001). Logo, ela “[...] é tudo que o ser humano elabora e produz, simbólica e materialmente falando” (BOTELHO, p. 74, 2001).

Já a dimensão sociológica, ao contrário da visão antropológica, que contempla o plano cotidiano do indivíduo, estabelece-se a partir do âmbito especializado. Botelho (2001, p. 74) pondera que sua compreensão parte de uma “[...] produção elaborada com a intenção explícita de construir determinados sentidos e de alcançar algum tipo de público, através de meios específicos de expressão.” Então, a visão sociológica está

relacionada a demandas profissionais, institucionais, políticas e econômicas, de forma que sua complexidade se aplica às políticas culturais, relegando o plano antropológico ao seu discurso (BOTELHO, 2001).

Canedo (2009), autora do artigo que propõe uma reflexão sobre o conceito de cultura e sua atuação junto aos poderes públicos, centraliza sua análise nos usos e nos conceitos de cultura próxima à construída por Isaura Botelho (2001). Sua contribuição enriquece a definição quando desenvolve a evolução histórica da cultura, citando contextos de eventos históricos, como na França, no período Iluminista, e em discussões nacionalistas na Alemanha, antes da Primeira Guerra Mundial (CANEDO, 2009). Assim sendo, a autora divide o entendimento de cultura como sendo universalista no entendimento francês e como particularista no entendimento dos alemães.

Essa contemplação histórica precisa ser considerada, pois influencia em definições sobre o que é cultura. Como Canedo (2009) pondera sobre a multiplicidade de interpretações e usos sobre cultura, ela enriquece a análise com seu trabalho quando elenca três concepções de entendimento. São elas: “[...] modos de vida que caracterizam uma coletividade; obras e práticas da arte, da atividade intelectual e do entretenimento; e fator de desenvolvimento humano” (CANEDO, 2009, p. 4). Certas definições, por exemplo, são resultado das ponderações já feitas por Botelho (2001) ao longo do seu trabalho.

No primeiro caso, sobre os modos de vida que caracterizam uma coletividade, relaciona a cultura a um sistema de signos e significados associado a grupos sociais. Esse valoriza o patrimônio cultural imaterial, a organização social, os costumes e as crenças e manifestações de cultura popular. Nesse caso, segundo Canedo (2009, p. 6): “[...] todos os indivíduos são produtores de cultura, que nada mais é do que o conjunto de significados e valores dos grupos humanos.” Logo, essa concepção se associa ao entendimento da cultura no seu âmbito antropológico.

No segundo caso, sobre obras e práticas de arte, a autora pontua que atividade intelectual e entretenimento como atividade econômica é um entendimento restrito quanto ao papel da cultura (CANEDO, 2009). A concepção se relaciona ao aspecto especializado que associa a compreensão da cultura ao caráter sociológico (BOTELHO, 2011). Essa visão está associada à produção, à distribuição e ao consumo de bens e serviços, à expansão de atividades artísticas e intelectuais, à cadeia produtiva e a estratégias para o

desenvolvimento (CANEDO, 2009). É compreensível associar essa definição ao caráter econômico e à relação do mercado com a cultura e, conseqüentemente, à economia criativa.

Na terceira concepção, a autora associa a cultura ao fator de desenvolvimento humano, em atividades com finalidade socioeducativa. Dessa forma, relaciona-a a atitudes críticas e políticas no auxílio ao enfrentamento de problemas sociais na vida cotidiana (CANEDO, 2009), o que expõe a cultura como instrumento capaz de propor desenvolvimento político e social. Críticas a essa concepção estão conectadas a sua visão utilitarista.

No Brasil, similar a movimentos em outros países, a reflexão sobre cultura se concentra em questões como: a quem cabe a responsabilidade sobre o setor, ao Estado ou ao mercado? Essa preocupação que Simões e Vieira (2010) expõem dialoga com discursos impositivos ao avanço de estratégias a favor do desenvolvimento de novas indústrias nos anos 2000. Ainda que muitas discussões busquem dissociá-los quando se trata de transformações econômicas nos últimos anos, o fomento à economia criativa perpassa pela contribuição também do Estado, não só pelo mercado.

Presente nas esferas da vida social, a interface da dimensão econômica mais recente da cultura e o avanço de questões envolvendo indústria, mercados e tecnologia favoreceu as conglomerações sobre a produção da cultura (RUBIM, 2019). A emergência de temáticas relacionadas à economia criativa contempla dois pontos relevantes: cultura e economia. Ou seja, há sempre uma dimensão econômica nos bens e serviços artísticos e culturais (CANEDO, 2019).

Nos últimos anos, nomes e conceitos que buscam explicar a dimensão econômica nas artes e na cultura se conectam com a tecnologia. Por exemplo, Manuel Castells, em seu texto "*Sociedade em rede*", ponderou sobre a incorporação de novas tecnologias à vida cotidiana, pontuando em qual aspecto afetaram a configuração do mundo e o papel da cultura no processo da globalização (CANEDO, 2019). A consequência delas são explicações e conceitos como economia das artes, economia da cultura, indústrias criativas e economia criativa (RUBIM, 2019). A variação quanto a definições e significados sobre artes e cultura se relaciona ao cenário da crise do sistema capitalista já que suas transformações estão embasadas na busca por alternativas na produção e no consumo de bens e serviços (RUBIM, 2019).

Sobre economia criativa, o termo ganha corpo e força a partir do movimento que busca entender a cultura como fator inserido no sistema econômico e social (GAMEIRO; TOMETICH E SILVA, 2015). A roupagem do novo discurso neoliberal dos últimos anos contribuiu para a construção de significados da cultura no avanço do empreendedorismo. Além disso, transformações ocorridas no processo de globalização e a revolução tecnológica impactaram a construção de conceitos referentes à economia criativa (REIS, 2008).

A convergência socio tecnológica, expressão utilizada por Rubim (2019) quando argumenta sobre o alinhamento da comunicação, das telecomunicações e da informática à sociedade, permite a inter-relação de aspectos associados à cultura, ao entretenimento e ao turismo. A configuração e o funcionamento do mundo contemporâneo, onde a economia criativa se estabelece, estão atrelados ao momento em que a cultura e as implicações econômicas são associadas em favor do avanço capitalista.

Antes de adentrar no conceito de economia criativa, é necessário ponderar sobre a existência de discussões prévias que envolveram economia e cultura e sobre aquilo que antevê a economia criativa e suas especificidades. Reforça-se que, ainda que discussões tenham avançado com a dinâmica da economia criativa e exista certo consenso, não há rigidez em sua caracterização.

As primeiras impressões sobre a cultura como um recurso no mundo moderno partem da ideia de compreender o seu papel nas esferas da sociedade contemporânea. É a partir de artistas e consumidores que a relação cultura e economia fortaleceu a formação dos mercados culturais. Essa dinâmica, de início, contemplou áreas clássicas da cultura como as artes visuais, o patrimônio e os espetáculos no século XIX (CANEDO, 2019). No entanto, antes de adentrar na sua dimensão econômica, é importante abordar sobre as indústrias culturais e, principalmente, a crítica feita pela Escola de Frankfurt³.

A indústria cultural pode ser definida como um conjunto de meios de comunicação, como cinema, rádio, televisão, jornais e revistas (ADORNO; HORKHEIMER, 1985). É sobre o eixo do bem cultural que se apoia o conceito de indústria cultural, no qual a nova lógica consiste em ampliar os processos industriais aos protótipos da criação artística e cultural (SARAIVA, 2011; TOLILA, 2007). Membros da

³ A Escola de Frankfurt trata-se de um grupo de pensadores da Universidade de Frankfurt que está ligado à produção de uma teoria social: a Teoria Crítica. Max Horkheimer desenvolve sua análise sobre a cultura de massa e, de forma mais específica, o conceito de indústria cultural.

escola de Frankfurt e referência sobre o tema, Adorno e Horkheimer (1985) argumentam, em seu texto “*A indústria cultural: o esclarecimento como mistificação das massas*”, que a representação da indústria cultural ocorre a partir da apropriação da cultura pelas indústrias e a sua mercantilização atrelada aos interesses da sociedade capitalista. Assim, sua produção tem como fim abastecer padrões de comportamento e consumo das grandes massas, exercer o controle social e legitimar a geração de lucro (ADORNO, HORKHEIMER, 1985).

Os interesses da classe econômica no setor cultural até o final do século XXI eram restritos ao campo das artes visuais, dos espetáculos e do patrimônio, porém, posteriormente, a revolução tecnológica transformou o peso da cultura e do consumo nos hábitos da sociedade (CANEDO, 2019). Referência sobre cultura e desenvolvimento na década de 1990, a economista Françoise Benhamou, em seu livro sobre economia da cultura, abordou o tema como um movimento internacional cuja proposta é evidenciar setores que tradicionalmente não figuravam como centrais nas discussões da economia clássica, como a criatividade (CANEDO, 2019). A cultura, nesse contexto, assume o papel de ser um vetor estratégico no desenvolvimento e na sobrevivência à depressão econômica.

Na lógica capitalista, os bens e os serviços culturais produzem, reproduzem, conservam e difundem segundo critérios industriais e comerciais (SARAIVA, 2011). Aqueles que defendem a indústria criativa e a economia criativa como elementos centrais para a expansão do atual momento do capitalismo compreendem o setor como capaz de contribuir para o desenvolvimento do país, aliando tecnologia, trabalho criativo e políticas culturais (REIS, 2008). É, então, a partir do desenvolvimento do setor da indústria criativa junto à produção da criatividade que a economia criativa emerge como opção na agenda de políticas públicas nas cidades, por exemplo.

Com o objetivo de refletir sobre a temática, utilizo produções e manuais que são base na maioria das pesquisas qualitativas no campo da economia criativa. Entre todos, reforço as produções desenvolvidas pela Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e pela Secretaria da Economia Criativa (SEC), vinculada ao Ministério da Cultura. Essas produções são centrais para a pesquisa, pois são base para aquilo que é economia criativa como proposta de desenvolvimento para o

Brasil. Mas, antes de me centrar nas definições de economia criativa, trarei aquilo que é discutido em seu escopo: a indústria criativa.

O termo “indústria criativa” designa setores para os quais a criatividade é uma dimensão essencial ao negócio (BENDASSOLLI et al., 2008). De acordo com Bendassolli et al. (2008), está associado ao movimento da década de 1990 no qual países industrializados que sofreram mudanças econômicas e sociais deslocaram o foco da produção das indústrias fordistas para o desenvolvimento de atividades relacionadas ao conhecimento e ao setor de serviços. Não é coincidência que questões relacionadas à emergência da sociedade do conhecimento estão entrelaçadas com a passagem do período industrial tradicional com valores materialistas para o período pós-industrial e pós-materialista.

Como a criatividade, há outros pontos importantes que pertencem à indústria criativa, tal qual sua relação com a produção de propriedade intelectual, a forma como a cultura é tratada nos objetos culturais e sua associação a agendas de políticas públicas e econômicas. No primeiro momento, a Austrália, com o desenvolvimento do projeto *Creative Nation* e, posteriormente, o Reino Unido, a partir do relatório produzido pelo Departamento de Cultura, Mídia e Esportes (DCMS), produziram documentos e relatórios detalhados nos quais ponderam sobre a contribuição da criatividade e suas atividades na economia dos respectivos países e na atração da tecnologia e políticas culturais a favor das indústrias criativas (REIS, 2008). A definição sobre indústria criativa feita pela UNCTAD (2012, p. 6) é dividida em quatro aspectos:

São os ciclos de criação, produção e distribuição de produtos e serviços que utilizam criatividade e capital intelectual como insumos primários; constituem um conjunto de atividades baseadas em conhecimento, focadas, entre outros, nas artes, que potencialmente gerem receitas de vendas e direitos de propriedade intelectual; constituem produtos tangíveis e serviços intelectuais ou artísticos intangíveis com conteúdo criativo, valor econômico e objetivos de mercado; posicionam-se no cruzamento entre os setores artísticos, de serviços e industriais; e constituem um novo setor dinâmico no comércio mundial.

Exemplos de sucesso no desenvolvimento da indústria criativa centram-se em gerar propriedade intelectual a partir de invenção em campos como ciência, artes e propriedade intelectual. Seu escopo interage com setores criativos que variam de

atividades consolidadas tradicionais (artesanato, festivais culturais e patrimônio cultural) e vão até aquelas relacionadas à prestação de serviços (produções audiovisuais e novas mídias) (UNCTAD, 2012). A caracterização das indústrias criativas feitas pela UNCTAD abre o caminho para o entendimento sobre o que representa a economia criativa.

Analisar o que compõe essa economia precisa partir das considerações quanto a produções, relatórios e políticas públicas que foram e ainda fazem referência para evolução do tema. Entre os trabalhos e as pesquisas que serão posteriormente citados, de início, escolho trazer aquele presente na maioria das produções acadêmicas, em debates sobre políticas públicas e em projetos de cunho privado: o “Relatório sobre Economia Criativa”, publicado no ano de 2010 e desenvolvido pela Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD). Já em seu prefácio, o relatório UNCTAD (2012, p. 12) expõe qual é seu objetivo: “Como a criatividade, [o] conhecimento, [a] cultura e [a] tecnologia pode ser impulsores na criação de empregos, inovações e inclusão social.” De forma enfática, define a economia criativa como cenário necessário para atração de ativos criativos a favor do desenvolvimento capitalista.

Esse documento, por exemplo, não é apenas mais um relatório entre tantos que descreve e compõe maiores debates e reflexões, como o proposto pelo Governo do Brasil em 2012 a partir de produções desenvolvidas pela extinta Secretaria de Economia Criativa, vinculada ao também extinto Ministério da Cultura (MINC). No contexto de origem do termo economia criativa, como já citado, ele é inspirado nas indústrias criativas e no projeto *Creative Nation*⁴, em 1994, na Austrália (REIS, 2008). Posteriormente, sua releitura e maior exposição ocorre na década de 1990, a partir da Secretaria de Cultura do governo de Tony Blair⁵ junto ao Departamento de Cultura, Mídia e Esportes (DCMS) do Reino Unido. Seu objetivo era reposicionar a economia, a partir da criatividade e da inovação, no mundo globalizado (UNCTAD, 2012). O modelo de DCMS elencou treze indústrias⁶ que podem ser consideradas e descritas como “culturais”. Esse cenário reforça

⁴ Reis (2008, p. 17) defendia a importância do trabalho criativo, sua contribuição para a economia do país e o papel das tecnologias como aliadas da política cultural, dando margem à posterior inserção de setores tecnológicos no rol das indústrias criativas.

⁵ Anthony Charles Lynton Blair foi primeiro-ministro do Reino Unido entre os anos de 1997 e 2007. O primeiro-ministro foi o responsável por viabilizar uma força-tarefa capaz de analisar as contas nacionais do Reino Unido e formalizar a IC como resposta ao quadro socioeconômico global em transformação (REIS, 2008).

⁶ As 13 indústrias elencadas pelo DCMS são: publicidade, arte e antiguidades, artesanato, *design*, moda, filme e vídeo, música, artes cênicas, editoras, *software*, televisão e rádio, videogames e jogos de computador.

como o panorama da economia criativa nos últimos anos esteve interligado a estratégias de desenvolvimento associadas à cadeia de produção da indústria criativa.

Quanto aos autores que produzem pesquisas, textos e livros sobre o tema, eles reforçam aquilo que UNCTAD já explora. Sua contribuição agrega com explicações empíricas e uma maior descrição sobre o setor em ascensão. Ponderações feitas por Howking (2001) e Reis (2008), por exemplo, reforçam que o trabalho criativo associado à tecnologia é um dos elementos centrais na expansão da economia criativa no desenvolvimento da economia mundial em crise. Já acadêmicos como Valiati e Cauzzi (2016) seguem na mesma linha de pensamento da UNCTAD e do modelo da DCMS, associando a ideia de economia criativa aos ativos criativos e recursos culturais produzidos pela indústria criativa. Nesse contexto, o reconhecimento do capital humano para fomentar objetivos sociais, culturais e econômicos se coloca como alternativa ao mundo pós-industrial excludente (REIS, 2008). Essas explicações consolidam as abordagens referente à economia criativa brasileira onde elas são reflexo das mudanças capitalistas.

Antes de explicar sobre aquilo que compõe o tema a partir de trabalhos publicados na última década, afirmo: **não há um consenso ou apenas uma definição quanto ao objetivo de caracterizar e descrever sobre economia criativa.** Em trabalhos sobre a questão, a argumentação se desenvolve pelas impressões empíricas em seu campo de estudo. A maioria deles enfoca em países e cidades que se utilizaram da cultura, da criatividade, da tecnologia e do conhecimento como base para superação e expansão do capitalismo em crise.

A centralidade do conceito da economia criativa, relacionado à produção das indústrias criativas, criatividade e sua dimensão econômica, é melhor desenvolvida por Howkings (2001) em *Economia criativa: como ganhar dinheiro com ideias criativas*. O posicionamento do autor já é de que a EC é um meio de transações contidas sobre os produtos criativos onde cada transação pode ter dois valores complementares: intelectual intangível e suporte ou plataforma física. Isso pode ser visualizado na produção de patentes, nos direitos autorais e nas marcas e propriedade intelectual. A novidade para o autor é a natureza e a combinação da relação entre criatividade e economia na criação de valor e riqueza.

O relatório da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (2012) propõe a economia criativa “[...] como uma congregação de

fatores econômicos, culturais e sociais que, com auxílio da tecnologia, podem promover avanços na economia e na sociedade.” Essa posição permite associá-la à estruturação da atual sociedade de consumo (MACHADO, 2009). Ou seja, a evolução do conceito se baseia em ativos criativos que possuem como proposta potencializar o crescimento e o desenvolvimento econômico (UNCTAD, 2012). Em suma, sobre a economia criativa:

Pode estimular a geração de renda, criação de empregos e a exportação de ganhos, ao mesmo tempo em que promove a inclusão social, diversidade cultural e desenvolvimento humano. Ela abraça aspectos econômicos, culturais e sociais que interagem com objetivos de tecnologia, propriedade intelectual e turismo. É um conjunto de atividades econômicas baseadas em conhecimento, com uma dimensão de desenvolvimento e interligações cruzadas em macro e micro níveis para a economia em geral. É uma opção de desenvolvimento viável que demanda respostas de políticas inovadoras e multidisciplinares, além de ação interministerial. No centro da economia criativa, localizam-se as indústrias criativas (UNCTAD, 2012, p. 8).

Entre as possibilidades, a visão alinhada de Newbiggin (2010) para aquelas já feitas pela UNCTAD sugere que a economia criativa esteja vinculada às indústrias que se utilizam da cultura e das novas tecnologias digitais para o desenvolvimento econômico e social. Os setores envolvidos são os das artes, da mídia, do entretenimento e dos serviços, por exemplo (MACHADO, 2009; UNCTAD, 2012). De certa forma, Duisenberg (2012) também sugere a necessidade de mudanças estruturais e conjunturais que tencionem e reorientem políticas públicas culturais por parte do Estado. Assim, é possível afirmar que tanto os aspectos ligados à cultura quanto à inovação tecnológica podem direcionar a geração de riqueza a partir da economia criativa.

Reis (2008) observa que as transformações ocorridas a partir do processo de globalização e revolução tecnológica refletiram no desenvolvendo da economia criativa. Ainda que o movimento de reconhecer a dimensão da economia criativa, principalmente no mundo em desenvolvimento, seja mais recente, o novo paradigma socioeconômico desenvolvido pela sociedade britânica na superação da crise industrial deslumbrava países subdesenvolvidos como modelo a ser copiado (UNCTAD, 2012). Ainda assim, alguns textos, como os produzidos pela própria Ana Reis (2008), reforçam a necessidade de cuidado na adequação de outros projetos relacionados à economia criativa que se descolam da própria realidade cultural, social e econômica de cada país.

Produções como as expostas por Valiati e Cauzzi (2016) agregam a visão dominante quando assumem a economia criativa como alternativa de desenvolvimento econômico em meio a um progresso de tecnologias e inovações sobre um território. No texto em questão, os autores destacam a necessidade de mensurar variáveis e indicadores do segmento a fim de analisar as condições de instalação, manutenção e desenvolvimento das atividades e dos empreendimentos. Assim, nesse cenário, a evidência decorre de indicadores de movimentação financeira e geração de emprego e renda (CANEDO, 2019). Não é coincidência que essa interpretação se alinhe com as afirmações já expostas pela Unctad.

No Brasil, a economia criativa ganhou maior destaque por meio do Ministério da Cultura, no Governo de Dilma Rousseff, em 2011. O Plano da Secretaria da Economia Criativa (2011-2014) propôs definir intenções, políticas, diretrizes e ações no campo da economia criativa brasileira em conjunto com a redefinição do papel da cultura no Brasil (BRASIL, MINC, 2011). O contexto de crise do capitalismo e a decadência dos modelos de Estado, economia e desenvolvimento contribuíram com a necessidade em repensar sobre as dinâmicas clássicas (BRASIL, MINC, 2011). Com isso, ao longo do documento, a intenção da Secretaria da Economia Criativa (SEC) foi ampliar a percepção sobre cultura como um elemento central no discurso social e econômico da sociedade brasileira.

Um elemento central na proposta da SEC é afirmar como a diversidade cultural precisa ser compreendida além de um bem a ser valorizado, mas também um ativo capaz de impactar nas formas de desenvolvimento (BRASIL, MINC, 2011). Na descrição, o documento enfatiza a diversidade cultural como um “[...] recurso social, produtor de solidariedades entre indivíduos, comunidades, povos e países” e “[...] um ativo econômico, capaz de construir alternativas e soluções para novos empreendimentos, para um novo trabalho e para novas formas de produção de riqueza”, possibilitando a consolidação de uma nova economia (BRASIL, MINC, 2011). Naquele momento, a SEC, além de considerar a cultura como um recurso essencial na construção de políticas públicas, é capaz de contribuir com a construção de uma sociedade mais justa.

O Plano entende a ideia de produzir o conceito de economia criativa no Brasil a partir das realidades políticas, econômicas, culturais e sociais. Sua preocupação é não submeter o tema aos significados referentes às discussões sobre economia criativa no contexto anglo-saxão, seu objetivo é concentrar a atuação do “[...] Ministério da Cultura

na formulação de políticas públicas para o desenvolvimento brasileiro” (BRASIL, MINC, 2011, p. 21).

Pela SEC, a definição de economia criativa está relacionada à economia do intangível, do simbólico, isto é, conforme o documento, a dinâmicas culturais, sociais e econômicas nas quais o ciclo de criação, produção, distribuição e consumo de bens e serviços está associado aos setores criativos, caracterizados pela prevalência de sua dimensão simbólica. Ainda, é compreendida como uma nova economia, com dinâmica própria e desconectada dos modelos econômicos tradicionais, em que seus modelos de negócio, sua legalização e base conceitual se encontram em construção (BRASIL, MINC, 2011). Esse entendimento converge com as principais discussões já construídas sobre o tema nas últimas décadas.

Segundo o MinC (2011), a economia criativa brasileira é composta pela diversidade cultural, de forma que a sustentabilidade e a inovação atuam como elementos que propõem a inclusão social e o desenvolvimento local e regional baseados na economia cooperativa e solidária. Esse entendimento se assemelha às explanações produzidas por sociedades capitalistas avançadas, como os modelos de referência implementados pelo Reino Unido, pela Austrália e pelos Estados Unidos.

Entre os elementos expostos pela SEC, há preocupação em expor os setores produtivos da economia criativa. O plano identifica o setor criativo como além das definições clássicas: “[...] atividades produtivas [que] têm como insumos principais a criatividade e o conhecimento” e “[...] exploração da propriedade intelectual na geração de valor econômico” (BRASIL, MINC, 2011). Ainda há preocupação quanto ao caráter vago da criatividade e do conhecimento como insumos imprescindíveis em vez de distintivos e a propriedade intelectual como definidor único de valor dos bens e serviços criativos (BRASIL, MINC, 2011). Essa análise demonstra a preocupação do MinC em estabelecer cuidados em sua definição, ainda que na base prevaleçam as abordagens já conhecidas.

O plano entende os setores criativos da EC como imersos ao campo de atividades produtivas as quais “[...] têm como processo principal um ato criativo gerador de valor simbólico, elemento central da formação do preço e que resulta em produção de riqueza cultural e econômica” (BRASIL, MINC, 2011, p. 21). A preocupação da SEC é identificar e conceituar os setores com o objetivo de propor um eixo de atuação em suas políticas públicas. Assim como em outras definições, o entendimento da economia criativa para o MINC (BRASIL, MINC, 2011, p. 22) passa pela análise dos processos de criação nos

quais os setores criativos “[...] são todos aqueles cujas atividades produtivas têm como processo principal um ato criativo gerador de valor simbólico”, tal qual as atividades culturais clássicas, como aquelas relacionadas a novas mídias, indústrias de conteúdo, *design* e arquitetura.

Quanto às análises na produção da economia criativa, o plano tratou como “escassa” a produção de dados sobre o tema e a dificuldade em mensurar atividades e produções relacionadas aos setores criativos ao longo da década de 2000 (BRASIL, MINC, 2011). Traz como justificativa a escassez de levantamentos sobre atividades e produções no Brasil, levantamentos esses que deveriam ser produzidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), além da ausência dos órgãos públicos e de diretrizes específicas no controle e nos comandos das atividades econômicas criativas. Esse cenário reflete a omissão do Estado em políticas de desenvolvimento que atuem no setor da economia criativa. Hoje, ainda que o debate venha a se colocar como uma questão relevante para o país, há a negação dos governos sobre sua atuação na sociedade.

2.3 O empreendedorismo urbano como estratégia de desenvolvimento para as cidades globais.

A história recente sobre o espaço urbano é marcada pela produção capitalista, divisão do trabalho e propriedade privada. Esse movimento vem direcionando a reestruturação do espaço urbano e a gestão urbana territorial (FREITAS; BUENO, 2018). O geógrafo Álvaro Ferreira (2013) considera o espaço como um lugar de contestação, de encontro, de rebeldia e de ação. Ou seja, além de se caracterizar como meio de produção, o espaço também precisa ser percebido como lugar de reprodução das relações sociais.

Referência em debates sobre espaço, Milton Santos (2012) pondera quanto a necessidade de aprofundar a discussão, já que há dezenas de acepções sobre o tema. Em uma de suas principais obras, em “*Espaço e método*” o espaço é considerado uma evolução social, composto pela instância social, econômica e cultural ideológica. É sobre o espaço onde ocorre grandes tensões e contradições percebidas na sociedade urbana.

Em uma análise abstrata, o espaço pode ser compreendido como um sistema de realidade formado pelas coisas e a vida que as anima e onde se supõe uma legalidade: uma estruturação e uma lei de funcionamento (SANTOS, 2008). Na mesma linha de raciocínio, sua natureza é identificada por uma realidade relacional: coisas e relações

juntas. Ou seja, para Santos (2008) o espaço é um conjunto de formas contendo cada qual frações da sociedade em movimento, onde elas têm um papel na realização social.

Álvaro Ferreira (2013) ao explorar os elementos que compõem o espaço urbano, o autor, utiliza a obra de Milton Santos para avaliar a existência de outros aspectos, sendo eles materiais e imateriais, objetivos e subjetivos, sujeito e o objeto, ideologias e representações. Para o autor, a dinâmica do espaço impacta a urbanização das cidades na medida que envolve materialidade e contradições em sua própria organização espacial. Conforme Harvey (2012) aponta, a cidade que queremos passa pelos tipos de laços sociais, relação com a natureza, estilos de vida, tecnologias e valores estéticos que desejamos. Em sua essência, elas são carregadas de produção simbólica, composta por representações e ideologias de atividades políticas, econômicas e culturais (FERREIRA, 2013).

Determinado pela movimentação social e produção capitalista, o espaço é marcado por conflitos e contradições entre as diferentes classes sociais (SANTOS, 2012). Pensado como um produto social, o espaço é engendrado por esse modo de produção e sustentado por sua estrutura socioeconômica (FERREIRA, 2013). Considerado por Santos (2008) como um conjunto indissociável de arranjos de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais, o espaço é uma sociedade em movimento. Por isso, nos últimos anos, construído a partir de forças produtivas, organização do trabalho e relações de propriedade, os espaços atuam como reprodutores da ideologia neoliberal (FERREIRA, 2013).

O surgimento de novas formas espaciais é resultado de transformações ocorridas sobre o modo operante do sistema capitalista (FERREIRA, 2013). De acordo com a reflexão do autor, imerso ao contexto do capitalismo o espaço é apropriado e dominado a fim de sustentar seu modelo capitalista hegemônico. Ele pode ser avaliado como meio de reprodução das relações sociais, objeto de investimentos públicos e privados, reserva de valor ou retrato do acaso e abandono (SANTOS, 2012). O contexto de produção do espaço urbano é a favor da circulação de produtos, mercadorias, homens e ideias, a qual se produz as relações capitalistas sobre as s cidades (SANTOS, 2012). Ou seja, o arranjo espacial da cidade é produto da reestruturação produtiva pós-fordista.

Há um consenso em estudos críticos sobre a cidade que relacionam o seu desenvolvimento ao avanço do capitalismo como modelo político-econômico

hegemônico. Segundo Rolnik (1995), é a partir do momento histórico de ascensão do capital que as cidades se organizam a fim de propor uma estrutura urbana capaz de reorganizar seu espaço a favor das funções do mercado. A urbanização da cidade capitalista, a partir desse momento transcorre de acordo com os interesses do capital global financeiro (MARICATO, 2015).

Ao pensar que a urbanização das cidades capitalistas depende da produção de excedente, é necessário associar seu processo de desenvolvimento ao contexto capitalista. A cidade é o meio no qual a criação e a transmissão do conhecimento têm nela lugar privilegiado (SANTOS, 2012). Sobre ela, há transformações intensas e cada vez mais rápidas. Milton Santos (2008) pontua que seu lugar é de ebulição, onde se impulsiona o aperfeiçoamento de técnicas, troca de excedentes e especialização em atividades relacionadas ao capital. Como argumenta Ferreira (2013) o modo de produção forma o espaço, de modo que cada cidade é a materialização de um momento histórico.

Ao legitimar sua atuação, Harvey (2012) argumenta que o movimento dos capitalistas está concentrado em descobrir novos meios de produção e recursos naturais para se consolidar como hegemonia. Há busca por novos mercados, promoção de novos produtos e estilos de vida e crédito de financiamento estatal e privado (HARVEY, 2012). Enquanto local de moradia e trabalho, a cidade capitalista se consolida a partir do momento que sua produção gera um excedente capaz de suprir o consumo imediato e alimenta a competitividade urbana (ROLNIK, 1995).

No Século XXI a questão urbana possui como elemento central a competitividade urbana. Nos últimos anos, os projetos sobre as cidades são delimitados aos interesses empresariais globalizados e à exclusão de políticas e condições para o exercício da cidadania (VAINER, 2013). Segundo o autor, a partir do momento que as cidades passam a ser organizadas a favor do mercado, a organização da estrutura urbana opera a favor da atração do capital, seja ele privado, especulativo. Ou seja, nesse cenário as cidades se consolidam como protagonista na busca pela superação de crises e acumulação do capital (ARANTES, 2002).

O final do século XX foi marcado pelo avanço da globalização e o fortalecimento do neoliberalismo sobre dinâmica urbana, a qual impuseram às grandes cidades uma relacionada à produção capitalista do espaço (FERREIRA, 2013). A apropriação da cidade aos interesses empresariais depende das articulações formadas com a finalidade

de fortalecer políticas e condições econômicas ao sistema hegemônico (VAINER, 2013). A construção de uma cidade amparada a lógica neoliberal parte do movimento de financeirização de privatizações, fomento a ativos bancários privados e centralidade na economia de serviços (D'ARC, 2014).

Com representante do capital, a cidade é um espaço produtivo propriamente dito, onde se coloca como meio de trabalho e local de existência para as pessoas na vida urbana (SANTOS, 2012). Por exemplo, nesse contexto a urbanização atua como um fator que facilita a circulação de produtos, mercadorias, homens e ideias (SANTOS, 2012). Elementos como produtividade, competitividade e subordinação às lógicas do mercado são impostas a sociedade como a essência para a gestão urbana eficiente (HARVEY, 1981). A cidade, então, pode ser atribuída como uma coisa a ser vendida e comprada e forma ativa de sujeito.

A compreensão sobre as cidades não pode se limitar a uma análise superficial sobre quanto as transformações urbanas e suas consequências para o desenvolvimento da economia global. Raquel Rolnik (1995) aponta que o desenvolvimento das cidades precisa ser enquadrado para além de um conjunto denso e definido de edificações e produção. A partir do contexto de transformações com o avanço do capitalismo, Rolnik (1995) argumenta que o espaço urbano deixa o lugar exclusivo de absorção das consequências do êxodo rural para um movimento incessante de urbanização que contribui na internacionalização da economia e na estruturação da vida social capitalista no planeta (SANTOS, 2008).

Como defende Milton Santos (2012), a cidade atua como a forma ideal que permite a socialização das forças produtivas. A cidade como um espaço produzido é construída “pelas relações de produção capitalistas que se baseiam na divisão do trabalho e na propriedade privada (FERREIRA, p.32, 2013)”. Essas transformações, segundo o autor, resultam em uma realidade marcada por fortes conflitos e contradições entre as diferentes classes sociais. Diante disso, dentro de um contexto onde as relações sociais são construídas em um espaço urbano, é impossível desconsiderar as lutas simbólicas travadas no processo de construção das cidades. Há atores que lutam pelas causas sociais, mas acabam se inserindo no cotidiano de naturalização e banalização da miséria e desigualdade (FERREIRA, 2013).

O pensamento único das cidades neoliberais exclui a necessidade de considerá-la como um conjunto social que incorpora aspectos sensíveis e ideologias (LEFEVBRE, 2001). Ao explicar sobre os pontos necessários para análise da realidade urbana, Lefebvre (2001) entende que o movimento de construção das cidades precisa considerar a prática social da sociedade urbana. Harvey (2012) reforça essa visão quando afirma que mesmo as cidades sendo imersas a uma urbanização que se caracteriza por ser um fenômeno de classe onde há concentração social e produção excedente do capitalismo, a sua transformação perpassa por uma mobilização coletiva sobre o espaço urbano. Tanto para Lefebvre (2001) quanto para Harvey (2012), a cidade precisa ser a mediação necessária para compreender a sociedade como um todo.

Em um artigo publicado pela Revista Piauí em julho de 2013, David Harvey (2013) expõe que, além do recente processo de urbanização ter construído mudanças no estilo de vida das pessoas, há transformações significativas na qualidade de vida urbana. Isso ocorre a partir da compreensão que a sociedade urbana nos últimos anos assume a cidade como sendo um elemento de consumo (VAZ, 2004). Harvey (2013) argumenta que essa compreensão reforça o consumismo, o turismo, as indústrias culturais e do conhecimento. O acesso a serviços, lazer e cultura, por exemplo, se restringe àqueles que tem condições para pagar.

Relacionar a cidade como mercadoria atribui a ela elementos específicos que são valorizados pelo capital financeiro global. Sobre isso, Vainer (2013) qualifica-a como mercadoria a partir do seu “receituário neoliberal”. Como coisa a ser vendida e comprada, ela pode, então, ser considerada “[...] uma mercadoria de luxo, destinada a um grupo de elite de potenciais compradores: capital internacional, visitantes e usuários solváveis” (VAINER, 2013, p. 83). O discurso neoliberal sobre as cidades se associa ao comportamento empresarial para obter benefícios e sucesso no contexto capitalista (HARVEY, 1981).

Dentro do contexto de avanço da sociedade de consumo, há o movimento de associar a cidade como uma instância da cultura. Otília Arantes (2013) em seu texto evidencia que a cultura, antes dissociada e independente, por razões econômicas se estabelece como elemento a ser mercantilizado. Ainda segundo a autora, essa mudança ocorre a partir que do momento em que o domínio cultural e a sua dimensão simbólica são utilizados como repertório pelo capitalismo na promoção de novos gestos urbanos.

Como argumenta Lefebvre (2001) os espaços não se limitam aos aspectos materialistas e que é a partir das atividades de representação que adquirem seu valor simbólico.

Antes, como uma esfera autônoma dos valores antimercado, hoje a cultura se apresenta como representação e interpretação que molda os indivíduos ao consumo, inclusive no período após o processo de reformulação do planejamento urbano pós-fordismo (ARANTES, 2013). A cidade historicamente formada, nesse cenário, não existe mais. Conforme expõe Lefebvre (2001) esse entendimento despreza a importância de considerar o passado, presente e o possível na dinâmica da sociedade urbana. Ou seja, como afirma Arantes (2012) a cultura se limita a ser um elemento que fomenta a cidade do espetáculo a partir da objetivação do consumo cultural.

No plano urbano, a cultura se faz presente no contexto de explosão de projetos de renovação urbana que possibilitam criar vantagens competitivas ao espaço urbano (ARANTES, 2013). Inclusive, Lilian Vaz (2004, p. 2,) afirma que “a utilização da cultura como instrumento de revitalização urbana, faz parte de um processo bem mais vasto de utilização da cultura como instrumento de desenvolvimento econômico”. Ou seja, partindo do pressuposto que a produção do espaço impacta a forma como as cidades são geridas, a cultura como agente nesse processo de reestruturação urbana que expande a cidade em aglomerados urbanos (FERREIRA, 2013).

David Harvey (2005), entende que seu processo de construção da cidade é condição e produto social em transformação. Ainda assim, há estudos nos quais é frequente a separação de reflexões sobre desenvolvimento econômico e mudanças sociais, de modo que consideram secundárias as transformações sociais que envolvem as cidades (HARVEY, 2005). Ou seja, uma reflexão sobre a natureza dos processos urbanos fica comprometida caso não se explicitem as relações sociais junto aos aspectos espaciais das cidades.

No contexto de avanço da reprodução capitalista em todas as esferas da sociedade e, principalmente, na dinâmica sobre os espaços urbanos, a proposta das cidades neoliberais envolve nutrir o sistema de produção capitalista. Na medida em que o pensamento da cidade assume seu lado empresarial, sua apropriação reforça os interesses daqueles que lucram com a acumulação do capital (VAINER, 2013). É a partir desse protagonismo e pela busca incessante na atração de capital para as cidades que é possível debater sobre o que David Harvey desenvolve como empreendedorismo urbano.

Antes de aprofundar sobre o tema, é preciso considerar o contexto que o autor se debruça para desenvolver suas impressões quanto a definição de empreendedorismo urbano. Parte importante na conceitualização, Harvey (2005) entende que a reestruturação radical nos processos urbanos é consequência do avanço tecnológico, da produção flexível e da dinâmica político-econômica. Como Vaz (2004) argumenta, a cidade pós-industrial difunde novas formas de intervenção onde a produção simbólica ganha destaque e expande promoção de serviços, informações, símbolos, valores, estética, além do conhecimento e da tecnologia. Esses elementos contribuem para a consolidação do empreendedorismo urbano como um modelo capitalista de desenvolvimento dos espaços urbanos.

A urbanização nesse cenário precisa ser considerada como um processo social “especialmente fundamentado, no qual um amplo leque de atores, com objetivos e compromissos diversos, interagem por meio de uma configuração específica de práticas espaciais entrelaçadas (HARVEY, 2005, p. 170)”. Essa definição ressalta a preocupação do autor em enfatizar que a nossa sociedade é vinculada a diferentes classes, à circulação do capital, à reprodução da força do trabalho e ao controle das forças hegemônicas do capitalismo. Por mais que algumas manifestações sobre as cidades sejam limitadas e compreendidas meramente como um objeto, os processos sociais estabelecidos nessas manifestações proporcionam uma organização dinâmica em seus espaços produzidos.

É a partir desse panorama que a organização das cidades pode se caracterizar a partir da lógica empreendedora, que rompe com o processo de transição do administrativo urbano para o *entrepreneurialism*. Antes de, enfim, aprofundar sobre o que é o empreendedorismo urbano, trago a justificativa pela utilização do termo “empreendedorismo” ao invés do “empresariamento”. Isso se faz necessário diante da duplicidade de tradução e construção de conceitos a partir de textos escritos por Harvey.

Em seu texto, Oliveira (2005), argumenta que a importância de diferenciar o emprego dos termos “empresariamento” e “empreendedorismo” consiste em distinguir sobre aquele que é utilizado como base para a governança urbana no empreendedorismo urbano. A autora diferencia os termos quando diz que o primeiro “[...] se refere a um fenômeno antropológico e cultural, no qual a empresa se torna referência para todas as esferas da vida social” enquanto o segundo se relaciona a estratégias do governo empreendedor que traz consigo a noção do empreendedorismo (OLIVEIRA, 2015, p. 14). Para este trabalho, optei por utilizar o termo “empreendedorismo”, diante da base

conceitual feita pelo livro “*A produção Capitalista do Espaço*”. Minha escolha parte da proposta de relacionar as amarras do empreendedorismo às especificidades entre gestão urbana e seus atores sociais na cidade.

Para entender a imersão do empreendedorismo em debates urbanos, é preciso considerar a importância da crise de produção fordista que impôs sobre os agentes públicos o questionamento quanto a organização e o gerenciamento de suas ações. A administração urbana, até então estruturada a partir da lógica funcionalista, são questionadas e associadas ao cenário de crise do modelo de acumulação capitalista (HARVEY, 2005). Mas, ao mesmo tempo, como argumenta Arantes (2013) não houve ruptura com o pensamento da cidade industrial, mas sim um aperfeiçoamento do gerenciamento dos planos urbanos

Em expansão na Europa e na América Latina, o gerencialismo expôs aos setores públicos e privados um possível caminho para a superação das crises econômicas em decorrência do capitalismo (DE PAULA, 2005; HARVEY, 2005; OLIVEIRA, 2018). Baseado em prerrogativas pós-fordistas e na reestruturação produtiva da economia mundial, sua essência é caracterizada por valores e condutas que orientam as atividades a favor da eficiência, da competitividade e do capitalismo flexível (HARVEY, 1992; PAES DE PAULA, 2005). Como Paes de Paula (2005, p. 35) aponta, “[...] o gerencialismo possui como elemento central suprir as necessidades de governos e empresas relativizando as matrizes históricas e culturais locais.”

As transformações decorrentes do gerencialismo e da reforma do Estado impactaram e ainda impactam a organização dos espaços urbanos. As articulações de caráter neoliberal e as estratégias administrativas orientadas para o mercado dominam aquilo que pode ser compreendido como um planejamento urbano capitalista para as cidades (MARICATO, 2013). A relação entre a produção do espaço urbano, o gerencialismo e o empreendedorismo urbano se estabelece a partir da noção da produção de cidades capitalistas amparadas pelo empreendedorismo (HARVEY, 2005).

O pensar das cidades sob a perspectiva da renovação do capitalismo contribui na gestão e formulação de estratégias de políticas públicas mediante discursos empreendedores e inovadores (HARVEY, 2005). A orientação pelo empreendedorismo impacta a dinâmica de funcionamento das governanças urbanas de tal forma que anteriormente era pensado sob a lógica do planejamento público, mas hoje se configura com objetivo de padronizar o desenvolvimento empresarial dos centros urbanos

(HARVEY, 2005; OLIVEIRA, 2018). É importante reforçar que, a partir de então, a cidade atua como uma unidade relevante na criação e acumulação de riquezas (HARVEY, 2005). Por isso, ainda que seja importante considerar a influência do gerencialismo sobre as cidades, é necessário analisar as estratégias que compõem o discurso do empreendedorismo urbano na gestão das cidades.

Em sua argumentação, Harvey (2005) assume o “novo empreendedorismo urbano” como um elemento recente na formulação de estratégias e políticas urbanas dos centros urbanos. Para ele, esse movimento escancara a mudança da lógica do planejamento “tecnocrático-centralizado-autoritário”⁷ para a filosofia do empreendedorismo urbano de acumulação flexível que releva, como afirma Arantes (2013) a mercadorização integral de um valor de uso civilizatório como a cidade e a coalização de agentes sociais e a formação de alianças como atores desse processo. Ou seja, quanto à base estrutural estratégica do empreendedorismo urbano, é preciso considerar a presença de agentes que são empresários, governos e figuras carismáticas que se relacionam condicionadas a favor da reprodução capitalista das cidades.

É impossível pensar os espaços do século XXI desconectados das mudanças de gerenciamento, dos arranjos espaciais e de suas relações sociais. As práticas espaciais sofrem mutações que imputam às zonas urbanas a fragmentação da unidade física organizada (HARVEY, 2005). Essa mobilização se aproxima do movimento de ascensão das transformações urbanas que buscam reverter as consequências das mudanças econômicas pós-fordistas e adequar o ambiente construído à nova economia (VAZ, 2004). E, como reflete Lefebvre (2001) a fragmentação das cidades, na realidade, reflete também o empobrecimento da vida cotidiana, a fragmentação da vida urbana.

A desconcentração urbana emplaca sobre as cidades a sensação de ser esparramada, tanto em sua organização da produção como nas dinâmicas de troca e consumo (HARVEY, 2005). Como argumenta Arantes (2002), o teorema-padrão desse modelo de cidade utiliza do discurso da renovação urbana para gerar respostas aos desafios da globalização. Esse contexto contempla o que Hall (1995) desenvolve como “a cidade do empreendimento” onde sua configuração conduz a intervenção urbana como um processo de produção de locais de sucesso e representa uma nova elite financeira que almeja tomar

⁷ VAINER, 2013

posse da cidade. Esse pensamento de cidade se aproxima do objetivo final das estratégias que envolvem o empreendedorismo urbano.

Uma das bases importantes para compreender o empreendedorismo urbano é a ideia de transformação da governança urbana para um modelo de governança empreendedora. A governança urbana se caracteriza pela coalizão de forças nas quais o governo e a administração urbana têm o papel de facilitador e coordenador na organização do espaço (HARVEY, 2005). Ainda, segundo o geógrafo, sua análise precisa partir de escalas espaciais, como: zonas e comunidades locais, centro da cidade e subúrbios, região metropolitana e estado-nação. Ou seja, é a partir da formação de alianças de classes, melhor dizendo, a partir da parceria público-privada que a governança urbana se coloca como base das asserções sobre o empreendedorismo urbano.

A partir dessa contextualização é possível adentrar sobre o que representa empreendedorismo urbano no desenvolvimento das cidades. A definição de empreendedorismo urbano para Harvey (2005) seleciona três elementos, sendo eles: o que representa a parceria público-privada, a reflexão quanto o direcionamento de suas atividades ao empreendedorismo e seu enfoque de considerar mais a economia política do lugar ao invés do território. Em síntese, o empreendedorismo urbano é um modelo de planejamento urbano que se utiliza de valores e estratégias neoliberais na busca incessante pela ascensão das cidades ao mundo globalizado.

Como Harvey (2005) pontua, o empreendedorismo urbano é a transformação da essência da gestão urbana, antes amparada pelo paradigma do administrativismo e agora direcionada ao empreendedorismo urbano. Na verdade, é a transformação do modelo de cidade racional funcional, para um planejamento estratégico pensado para adequação a atual dinâmica econômica contemporânea (ARANTES, 2013; FERREIRA, 2011; VAZ, 2004). Isso significa o modelo de gestão empresarial sendo empurrado como solução para a urbanização descontrolada das cidades.

A estruturação do “novo empreendedorismo urbano” a partir da parceria público-privada é estabelecida através da integração da iniciativa tradicional local junto aos poderes governamentais locais na busca e atração de fontes externas de financiamento, novos investimentos diretos e novas fontes de emprego nas cidades. (HARVEY, 2005). Nesse cenário, o Estado, como governo local, se une a empresas privadas com a finalidade de arrecadar investimentos na construção ou manutenção de projetos no caso, para os espaços urbanos (OLIVEIRA, 2013).

A parceria público-privada retrata o cenário de “conceção de subsídios aos consumidores ricos, às empresas afluentes, e às atividades de controle importantes para que elas permaneçam na cidade, à custa do consumo coletivo local da classe trabalhadora e dos pobres (HARVEY, 2005, p. 181)”. Isto implica a apropriação da cidade ao empresariado que pratica o banimento de políticas de conflito e condições para o exercício da cidadania (VAINER, 2013). Esse cenário, na realidade, desconsidera a cidade como um conjunto coletivo de caráter libertador e emancipatório capaz de transformar a sociedade (LEFEBVRE, 2001).

A necessidade que as parcerias público privadas precisam serem empreendedoras parte da justificativa que na execução dos projetos ela é “especulativa e, portanto, sujeita a todos os obstáculos e riscos associados ao desenvolvimento especulativo, ao contrário do desenvolvimento racionalmente planejado e controlado (HARVEY, 2005, p. 173).” Na realidade, esse mecanismo tem como objetivo político e econômico imediato o investimento e o crescimento econômico através de empreendimentos imobiliários pontuais e especulativos (FERREIRA, 2013; HARVEY, 2005). A noção de incorporação dos riscos no cenário de transformação se concentra apenas no setor público, enquanto os lucros são destinados ao setor privado (HARVEY, 2005).

No momento que Harvey (2005) reforça que o empreendedorismo urbano enfoca muito mais a economia política do lugar do que do território, ele evidencia a limitação do alcance social das transformações urbanas. Esse tipo de pensamento se alinha com o pensamento de Maricato (2013) a partir da noção que a urbanização pensada para as cidades não tem comprometimento com a realidade concreta, mas diz respeito a uma parcela da sociedade que reproduz desigualdades e privilégios. Assim, a melhoria das cidades a partir de intervenções ou requalificações urbanas pode lançar uma “sombra aparentemente benéfica” onde na realidade, facilita o desenvolvimento da desigualdade socioespacial, a gentrificação e a ascensão do capital financeiro.

Em seu texto Harvey (2005) cita que há quatro estratégias presentes no empreendedorismo urbano que, combinadas, possibilitam mudanças rápidas e desiguais no sistema urbano. Suas aplicações impedem que as lutas urbanas prezam apenas o avanço legal e infraestrutura participativa na urbanização (MARICATO, 2015). Essas propostas, conforme a figura abaixo demonstra, retratam os elementos que são capazes de desaparecer com a essência do direito à cidade. Ou seja, como Lefebvre (2001) pontua,

idades como essa são feitas a partir da urbanização desigual, excludente e segregadora que funciona apenas para quem pode pagar por elas.

Quadro 1: Estratégias do Empreendedorismo Urbano

Posição competitiva da região urbana para a divisão espacial de consumo	<ul style="list-style-type: none"> • Espaço urbano transformado para estimular o consumo em massa • Especulação de regiões urbanas
A cidade como um local inovador	<ul style="list-style-type: none"> • Estimulante, criativa, segura para viver, visitar, divertir e consumir • Valorização de riquezas simbólicas • Ênfase no valor de troca em vez do valor de uso à sociedade
Controle e comando	<ul style="list-style-type: none"> • Investimento em infraestruturas específicas para as tomadas de decisão • Busca pela minimização do tempo e dos custos • Impacto sobre a dinâmica econômica das cidades
Vantagem competitiva e redistribuição de superávits através dos governos centrais	<ul style="list-style-type: none"> • Distribuição de recursos para cidades estratégicas • Fortalecimento das entidades privadas na gestão dos espaços urbanos

Fonte: elaborado pela autora, baseado em Harvey (2005)

Como as quatro estratégias não se excluem entre si, o caráter desigual do sistema urbano se estabelece por coalizões formadas e estratégias que impactam as regiões metropolitanas e resultam em um tipo de cidade amparada na competição e concorrência interurbana (HARVEY, 2005). Ainda, para o autor, essas ponderações reforçam que, à medida que a concorrência interurbana se amplia, quase sempre há um poder coercitivo sobre as cidades que as aproxima da lógica do desenvolvimento capitalista. Por exemplo, a redução das distâncias de barreiras espaciais intensifica a concorrência por capital destinado ao desenvolvimento de localidades, estados e regiões urbanas (HARVEY, 2005).

O fomento a concorrência interurbana no contexto do empreendedorismo urbano avança novos tipos de padrão de desenvolvimento em espaços urbanos, principalmente em capitais capitalistas avançadas (HARVEY, 2005). Nos processos de renovação urbana, há o destaque para centros históricos, áreas centrais degradadas e vazios urbanos resultantes do processo de desindustrialização (VAZ, 2004). Essas localidades geralmente imitam outros lugares já consolidados que constroem espaços que centralizam serviços e experiências e capitalizam vantagens competitivas atraentes para as cidades.

Para governantes, burocratas e urbanistas empolgados com a abordagem empresarial da gestão urbana cada vez mais há o vislumbre pela requalificação dos espaços como o principal elemento para o planejamento das cidades. As zonas requalificadas geralmente são espaços onde o capital cultural atua para garantir o futuro

de certos lugares em detrimento de áreas menos favorecidas (ARANTES, 2013). A utilização de atividades como turismo, produção e consumo de espetáculos e promoção de eventos atuam como o “remédio predileto para economias urbanas enfermas” (HARVEY, 2005). Isso significa que intervenções urbanas com esse fim consiste em um processo de tomada de posse da cidade que visa a produção de locais de sucesso a partir da elite financeira e com propósito de promover uma urbanização comercial sem escala (HALL, 1995).

Como argumenta Vaz (2004) em sua análise, a expansão das intervenções urbanas nas cidades pós crise industrial são pautados pela culturalização do planejamento urbano. É a utilização da cultura mercantilizada a favor da reestruturação urbana e gentrificação dos espaços (ARANTES, 2013). Ou seja, projetos de empreendedorismo urbano imersos a esse cenário, como afirma Harvey (2005), ao invés de pensar um planejamento urbano abrangente, ele focaliza suas políticas para fragmentos urbanos específicos. Isso significa que a cultura como um agente econômico também é indispensável no processo de consolidação da cidade estruturada a partir das estratégias do empreendedorismo urbano.

Pensar em transformações urbanas a partir da ideia de planejamento estratégico é entender que uma cidade estrategicamente planejada é uma cidade gentrificada (ARANTES, 2013). Nesse processo, a economia cultural tem destaque no momento que se utiliza da cultura como instrumento de revitalização urbana e desenvolvimento econômico (HALL, 1991, ARANTES, 2013). O empreendedorismo urbano se encaixa nesse cenário, pois no anseio de construir uma identidade local, ele também propõe a construção de mecanismo de controle social (HARVEY, 2005). Ou seja, é sobre esses arranjos que a cultura também como um elemento que contribui para o controle urbano nas cidades.

Ao expor sobre a gentrificação, Arantes (2013) aponta que seu desenvolvimento propõe responder a uma máquina urbana de crescimento e a uma conjuntura história que valoriza a terceirização crescente das cidades e a precarização da força de trabalho. Isto é a “revitalização associada à memória, ao patrimônio e a demandas locais, e o segundo, que remete à mercantilização, à globalização e à espetacularização da cidade e da cultura” (VAZ, 2004, p. 4). O empreendedorismo urbano nessa circunstância é o modelo neoliberal de governança urbana que não se limita a impactar apenas a estrutura das cidades, mas a sociedade urbana.

Há formas de pensar a urbanização a favor do coletivo. Lefebvre (2001), por exemplo, propõe que o direito à cidade é a chave para a emancipação e transformação radical da sociedade. Para ele isso significa uma democracia concreta capaz de suprir as demandas sociais e impactar o pleno desenvolvimento do sujeito. Uma forma de pensar que avance a busca por um outro modelo de urbanização social das cidades é por meio de avanços legais e uma infraestrutura participativa (MARICATO, 2012).

O Brasil, referência quando o assunto é o desenvolvimento de marcos legais urbanos em política urbana, regulamentou a Lei nº 10.257/21 e os artigos 182 e 183 da Constituição Federal que discutem normas e regras sobre a dinâmica das cidades brasileiras. Denominada como Estatuto da Cidade, a lei estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulamentam o uso da propriedade urbana a favor do bem coletivo, da segurança, bem estar dos cidadãos e equilíbrio ambiental (BRASIL, 2001). Ao longo de suas diretrizes gerais, a lei é estruturada de forma que o desenvolvimento urbano considere a função social das cidades e a propriedade urbana.

As diretrizes do Estatuto da Cidade fundamentam a cidade como um espaço mais equitativo, sustentável e democrático (ROLNIK; SAULE, 2001). Suas atribuições, além de reforçar a necessidade pensar a urbanização como elemento que fomente a inclusão social, o seu discurso preza pela democratização das cidades. A União, a partir da Constituição Federal, insiste que as diretrizes para o desenvolvimento urbano precisam considerar o investimento em habitação, saneamento básico e transportes urbanos (BRASIL, 2001). Em suas diretrizes gerais é possível visualizar a preocupação na garantia ao direito a cidade a partir do movimento de cooperação entre governos, iniciativa privada e demais setores na busca pela gestão democrática (BRASIL, 2001). Sua concepção funciona como uma “caixa de ferramentas” para uma política urbana (ROLNIK; SAULE, 2001).

O alinhamento do Estatuto da Cidade é a constituição de um novo marco legal urbano que aponta uma proteção legal ao direito a moradia para pessoas que vivem em favelas, loteamentos populares e periferias (ROLNIK, SAULE, 2002). Esse processo evidencia que a lei busca constitucionalizar as funções sociais da cidade e da propriedade. Isso significa criar mecanismos que promovam o direito à cidade no Brasil. Como Rolnik e Saule (2001) ponderam, o pleno exercício do direito à cidade passa pela sanção de condições dignas de vida, exercitando a cidadania e os direitos humanos. Sua ausência em políticas urbanas, na realidade, tem relação com a ausência do Estado e do judiciário

para sua regulamentação (MARICATO, 2013). Ou seja, norteadas as políticas urbanas a partir do Estatuto da Cidade é possível construir uma cidade mais inclusiva, capaz de construir a relação sociedade e cidade de tal forma que democrática e social.

3. Procedimentos Metodológicos

O capítulo em questão tem por objetivo descrever os procedimentos metodológicos utilizados para viabilizar esta pesquisa. No texto será descrita a delimitação da pesquisa, o processo de coleta de dados e, por fim, o processo de análise de dados.

Delimitação da Pesquisa

O presente estudo busca desenvolver uma análise quanto a relação da região do 4º Distrito de Porto Alegre do projeto Vila Flores no desenvolvimento do empreendedorismo urbano sobre a cidade. Sendo assim, a fim de atingir os objetivos propostos, a pesquisa é predominantemente qualitativa. A escolha por esta abordagem passa pela necessidade do trabalho em compreender a realidade social que não pode ser quantificada (MINAYO, 2012). Tendo em vista que as pesquisas qualitativas permitem observar o fenômeno em sua totalidade e explorar suas contradições e paradoxos (VIEIRA, 2004), ela é capaz de viabilizar a compreensão do objeto de pesquisa. Portanto, essa escolha parte da necessidade de explorar o discurso dos atores inseridos no projeto Vila Flores do 4º Distrito de Porto Alegre.

A importância da análise qualitativa em estudos da administração consiste em propor estudos que compreendam as organizações, seu contexto, seus processos, estruturas e suas inter-relações (GOULART; CARVALHO, 2005). Sua natureza qualitativa explora a necessidade de uma descrição bem fundamentada de seus objetos e o trato dos dados coletados. Em uma pesquisa com essa característica, a riqueza dos dados coletados ao longo do campo precisa ser preservada (VIEIRA, 2004). Por isso, é fundamental o planejamento e cuidado na organização dos dados qualitativos para a estruturação correta da pesquisa.

Pesquisas científicas qualitativas que optam em não utilizar mecanismos de análise quantitativa precisam ter como fundamento reforçar a cientificidade e o rigor

de seus estudos. Inclusive, Vieira (2004) destaca que são questões teóricas e epistemológicas apresentadas em pesquisas qualitativas nos estudos em organizações que reforçam o caráter científico dos estudos qualitativos. Ou seja, esse tipo de abordagem permite ao pesquisador compreender os significados e valores da realidade social que não podem ser quantificados (MINAYO, 2012).

As críticas sobre as pesquisas qualitativas passam pela comparação com as técnicas utilizadas em estudos quantitativos. Essa posição parte da interpretação que estudos dessa abordagem metodológica não cumprem os métodos científicos rigorosos como, por exemplo, a ausência de instrumentos estatísticos para análise dos dados. (VIEIRA, 2004). É possível preservar o caráter qualitativo subjetivo da pesquisa ao compensar a ausência de técnicas com “a definição explícita das perguntas de pesquisa, dos conceitos e das variáveis, bem como uma descrição detalhada dos procedimentos de campo” (VIEIRA, 2004, p.18). Ainda que o trabalho seja caracterizado pela sua dimensão subjetiva, isso não significa que procedimentos científicos não sejam estabelecidos. Ou seja, uma boa pesquisa qualitativa passa pela análise aprofundada do pesquisador na compreensão dos fenômenos e, conseqüentemente, em suas interpretações.

Além deste trabalho ser caracterizado por uma análise predominantemente qualitativo, a pesquisa é delimitada pelo aspecto descritivo-explicativo. Essa natureza permite que a pesquisa possa descrever sobre uma população ou um fenômeno determinado (VERGARA, 2004). Neste caso, isso ocorre pois há exigência em observar o cotidiano produzido pelo Vila Flores e seus atores. Como Vergara (2004) pontua, é um processo de observar, descrever e interpretar o objeto estudado. Ou seja, o estudo possui como propósito a interpretação da realidade e suas particularidades.

No que diz respeito à estratégia de pesquisa adotada, foi escolhida a técnica de estudo de caso único, já que para responder o problema de pesquisa é necessário analisar o impacto das ações do Projeto Vila Flores na expansão do empreendedorismo urbano no 4º Distrito de Porto Alegre -RS. No momento que se opta pela utilização do estudo de caso como técnica metodológica, a tarefa do pesquisador se concentra em compreender a complexidade imposta pelo campo de estudo (STAKE, 1994). A escolha pelo caso único parte da compreensão que os acontecimentos não ocorrem de forma isolada, mas estão associados a outros elementos que, juntos, necessitam de uma análise conjunta.

Parcela da comunidade científica questiona o rigor de trabalhos que utilizam a

estratégia de estudo de caso para pesquisas acadêmicas. Essa leitura precisa ser questionada pois a utilização do estudo de caso em produções acadêmicas, principalmente no campo das ciências sociais, prezam pelo alto nível de caracterização e explicação. Como reitera Stake (1995), um projeto de estudo de caso é enfatizado pela sua capacidade de otimizar o entendimento e não pela possibilidade de generalização.

Em um estudo de caso qualitativo, a centralidade da pesquisa precisa contemplar o fenômeno a partir do seu cotidiano e a preservação de suas múltiplas realidades (STAKE, 1995). Assim, o pesquisador precisa considerar a complexidade dos casos estudados e compreender o contexto político, social, histórico e pessoal presente nos casos pesquisados (STAKE, 1995).

No momento que o pesquisador escolhe o estudo de caso para seu estudo, Stake (1994) pondera que essa posição não se limita a uma escolha metodológica, mas a seleção de um determinado objeto que pode ser uma pessoa, um programa, uma instituição, uma empresa ou um determinado grupo de pessoas que compartilham o mesmo ambiente e a mesma experiência. O estudo de caso também permite processos de mudança, identificando e analisando as forças históricas, pressões contextuais e a dinâmica dos vários grupos (HARTLEY, 1995).

A construção metodológica desta pesquisa precisa garantir que o estudo do fenômeno não isole o contexto de sua interpretação (HARTLEY, 1995). O pesquisador, por exemplo, precisa ter atenção para os novos significados que por ventura apareçam durante o desenvolvimento do estudo, conduzindo a reflexão sobre o fenômeno investigado (GODOY, 2006). Sendo assim, essa pesquisa opta pelo estudo de caso com objetivo de, a partir das fontes de coleta de dados e sua análise, aprofundar a compreensão sobre o Vila Flores e o 4º Distrito de Porto Alegre.

Coleta de Dados

A construção e delimitação desta pesquisa, no primeiro momento, partiu do interesse em aprofundar o que contempla o 4º Distrito de Porto Alegre. O desejo em assimilar sobre as especificidades da localidade sucedeu ao momento que a expansão econômica da região ocorria e se consolidava um novo polo de desenvolvimento econômico na cidade. Por exemplo, a explosão de novas indústrias, empresas e sucessivas tentativas de expansão do discurso de revitalização urbana expuseram inquietações sobre

o significado do espaço no atual contexto. Ou seja, o primeiro momento do processo de coleta de dados ocorre a partir da necessidade de conhecer melhor sobre sua história e questionar o verdadeiro interesse de agentes privados, públicos e organizações do terceiro setor sobre a região.

Logo de início foi feita uma pesquisa das reportagens em páginas disponíveis em web, documentos e produções acadêmicas que discutiam sobre o processo de transformação dessa região da cidade. A região, renegada por anos pelas entidades públicas, hoje se consolida a partir do discurso de transformar a capital referência na expansão do empreendedorismo. Diante disso, foram encontradas dezenas de reportagens que abordam sobre o passado, o presente e o futuro da antiga zona industrial de Porto Alegre, como também produções acadêmicas recentes que retratam o cenário atual local. Sendo assim, o primeiro momento do processo de coleta de dados desta pesquisa foi descobrir o que representa o 4º Distrito de Porto Alegre.

A partir do momento que foi factível explicar qualquer tipo de consideração sobre os atores e o que, de fato, representa a região no cenário atual, se fez indispensável pensar sobre o melhor objeto a ser investigado e analisado. De fato, fazer um levantamento aprofundado das discussões atuais que se relacionam com o tema permite ao pesquisador elencar possíveis perspectivas para estudos futuros. Ao longo desse processo foram encontrados trabalhos baseados em vertentes teóricas e campos de estudo distintos ao campo dos estudos organizacionais. Então, a partir desse momento, o Vila Flores se colocou como um objeto de estudo capaz de ser analisado bem como inserido nas dinâmicas que do 4º Distrito de Porto Alegre.

Pesquisa documental

A exigência de concentrar os estudos sobre um objeto específico como o projeto Vila Flores possibilita que a investigação do problema de pesquisa considere a complementariedade dos tipos de dados analisados com a finalidade de promover o enriquecimento científico (VIEIRA, 2001). Nesse momento, ao determinar o verdadeiro enfoque da pesquisa, foi feito um novo processo de coleta de dados, considerando o já feito sobre o 4º Distrito de Porto Alegre e acrescentando agora o Vila Flores. Com isso, os dados da pesquisa convergiram para a seleção de documentos e análise de entrevistas e web documentários produzidos pelo projeto Vila Flores.

Considerando os documentos como peças fundamentais na construção da realidade, que são responsáveis por registrar descrições de locais e acontecimentos numa época específica, este trabalho utilizou a pesquisa documental como um dos métodos de coleta de dados. De acordo com May (2004), possíveis fontes de documentos a serem analisados podem variar por leis, estatutos, registros, debates e relatórios desde que seu conteúdo seja representativo e autêntico. Por isso, este trabalho utilizou a pesquisa documental como uma etapa da coleta de dados pois permite uma análise mais aguçada quanto a descrições e acontecimentos em um período de tempo específico.

A pesquisa documental partiu da coleta de artigos, dissertações e teses que contextualizam, de alguma forma, sobre a região do 4º Distrito de Porto Alegre e o Vila Flores. Há estudos em diferentes campos do conhecimento, como na sociologia, arquitetura, geografia e administração. Com o objetivo de contribuir na descrição foram selecionadas utilizadas teses nos campos da arquitetura e filosofia que desenvolveram análises qualitativas sobre a sua histórica e formação. A fim de contribuir com o detalhamento, foram coletadas reportagens em canais de comunicação da web que compartilham conteúdos empíricos que permitem atualizar o cenário atual da região.

Junto a esse processo também foram realizadas buscas em bases de dados de trabalhos acadêmicos por materiais que descrevem o projeto Vila Flores e reportagens que contextualizam sobre suas atividades. Diante da sua relação com temas como empreendedorismo, inovação e economia criativa, a maioria das produções acadêmicas estão relacionadas a esses temas. Além disso, foi realizado a coleta dos dados disponibilizados pela Associação Cultural Vila Flores em seu site institucional.

Produção de vídeo gravações

Com objetivo de agregar a riqueza aos dados coletados, a principal fonte de dados utilizada para discussão consistiu em dois web documentários que contam a história e a dinâmica de funcionamento do projeto Vila Flores. Em ordem cronológica, o primeiro documentário é denominado “*Vila Flores: Território e Memória*” lançado em 2018. A produção retrata a história do espaço, seu processo de transformação e, naquele momento, como as iniciativas se inseriam no contexto do espaço e das dinâmicas do 4º Distrito. O segundo, tem como título “*Por dentro do Vila: Comunidades Possíveis*” que teve sua produção, divulgada em 2021. Esse documentário buscou retratar a dinâmica e construção de redes no espaço Vila que impactam seu funcionamento e a comunidade local.

A escolha pela coleta dos conteúdos audiovisuais ocorreu diante da riqueza de dados e, ao mesmo tempo, a participação de diferentes atores, sejam eles internos ou externos ao projeto Vila Flores, que impactam o desenvolvimento da região do 4º Distrito. A escolha foi dividida em dois projetos, ainda que distintos, tinham a finalidade de retratar o Vila Flores e suas relações. Cada vídeo, referente ao projeto, foi transcrito a rigor das explanações, separando e relacionando participantes para cada uma de suas falas. Além disso, o conteúdo visual foi descrito enquanto ocorria a fala dos participantes.

A primeira produção é fruto do projeto financiado pelo Edital de Concurso “Pró-cultura RS FAC Memória e Patrimônio” vinculado à Secretaria de Estado da Cultura, Turismo, Esporte e Lazer do Rio Grande do Sul em 2016. O *web* documentário foi dividido em quatro episódios, cada um com média de duração de nove minutos. Para apresentar a história do Vila Flores, cada episódio retrata aspectos que remetam a sua história, como também a participação de gestores e vilienses que, naquele momento, estavam vinculados ao espaço e o desenvolvimento do projeto. Os temas são divididos em: arquiteturas, memórias, coletivos e perspectivas. No quadro 1 relaciono cada episódio e seus respectivos temas, duração e o local onde os vídeos estão hospedados, no caso a plataforma de compartilhamento de vídeos *youtube*.

Quadro 2: Os episódios de Território e Memória

Episódio	Tema	Duração em minutos	Transmissão
Primeiro	Arquiteturas	08:35	Youtube
Segundo	Memórias	07:58	Youtube
Terceiro	Coletivos	08:48	Youtube
Quarto	Perspectivas	09:24	Youtube

Fonte: elaborado pela autora

Além dos temas, ao longo da produção audiovisual houve participação dos idealizadores do projeto, gestores e vilienses que estão imersos no Vila Flores. Nos episódios participaram onze iniciativas que utilizavam o espaço como local de trabalho. Além disso, foram apresentados também depoimentos dos integrantes da família Wallig, proprietários do conjunto. No quadro 2, selecionei os entrevistados e os relacionei a cada iniciativa que estão relacionados a condução do Vila Flores e que descreveram sobre a historicidade do local.

Quadro 3: Participantes do Território e Memória

Vileiros	
Estudio Hybrido	Marcelo Monteiro
	Ernani Chaves
Mulher em Construção	Divina
Matehackers	Joel Griolo
Projeto Casa Grande	Michele Zgiet
Solabici e Galpao Makers	Fabio Schmidt
Caixa do Elefante	Viviana Kreitchmann
	Mário de Balentti
Ato Espelhado Cia Teatral	Patrícia Ragazzon
Coletivo Geração Urbana PUC RS	Camila Radici
Instituto Fidedigna	Aline Kerber
Nano Bitztools	Marta Dueñas
Escola Convexo	Onília Araújo
Gestão do Vila Flores	
João Wallig	Idealizador
Antônia Wallig	Gestora
João Felipe Wallig	Arquiteto
Aline Bueno	Gestora de Projetos
História do Vila Flores	
Lara Lutzenberger	Neta Lutzenberger
Paulo Bicca	Arquiteto e Professor
Amável Amaral	Guardião Vila Flores

Fonte: elaborada pela autora

A segunda produção se relaciona com o projeto multicultural desenvolvido pelo Vila Flores “De Vila a Vila 2021”, viabilizado por meio de recursos públicos via Lei nº 14.017/2020 - Aldir Blanc e contemplado pelo Edital SEDAC nº 09/2020. A websérie “Por Dentro do Vila: Comunidades Possíveis” utiliza a plataforma de compartilhamento de vídeos *youtube* e seu canal⁸ para divulgar suas produções e ações. Essa também é dividida em quatro episódios, onde em cada vídeo desenvolve um assunto em específico. Nele, há participação dos vileiros, parceiros externos e gestores da Associação Cultural responsável pela gestão do espaço e imagens que retratam o estado atual espaço. No primeiro quadro estão separados os episódios analisados, sua duração e onde estão hospedados. O segundo quadro é elencado os entrevistados e sua relação com o Vila Flores.

⁸ Ver em: <https://www.youtube.com/vilaflores>

Quadro 4 – Duração dos Vídeos

Episódio	Duração em minutos	Transmissão
Primeiro	07:44	Youtube
Segundo	09:14	Youtube
Terceiro	08:38	Youtube
Quarto	09:24	Youtube

Fonte: elaborado pela autora.

Quadro 5 – Participantes do Vídeo

Vileiros	
D'o pátio Atelie	Ju Napp
Matchackers	Joel Griolo
Mulher em Construção	Bia Kern
AH! Arquitetura Humana	Karla Moroso
Artista independente	Xadalu Tupã Jekupé
Cós Arquitetura	Liz Unikowski
Gravura da Tulipa	Fernanda Soares
Projeto Aldeira	Carô Ribeiro
Assentamento 20 de Novembro	Elis Regina Vargas
Ksa Rosa	Maristoni Lima
Centro Social Marista Irmão Antoni Bertolini	Irmão Miguel
Comunidade Trans-Trabalhadoras do Sexo	Priscila Froes
Cofundadores Vila Flores	
João Felipe Wallig	Gestor
Antônia Wallig	Gestor
Aline Bueno	Gestor

Fonte: elaborado pela autora.

Ao juntar todos os entrevistados nos dois projetos, suas funções se dividem em gestores do Vila Flores e das iniciativas residentes no espaço, empreendedores, representantes de movimentos sociais, representantes de classes específicas e projetos externos. São mais de quinze participantes que explanam suas impressões sobre complexo arquitetônico, a gestão do Vila Flores e sua relação com seu entorno, no caso, o 4º Distrito de Porto Alegre. Ainda que sejam dois projetos distintos, o resultado da produção de ambos dialoga entre si, enquanto um se concentra em explanar sobre as comunidades que se encontram no Vila Flores e o outro detalha sobre a memória da construção. Todos os vídeos tem acesso gratuito ao público geral.

Entrevistas

A utilização das entrevistas em pesquisas qualitativas permite ao pesquisador obter informações singulares ou interpretações sustentadas pelo entrevistado, soma numérica de informações e encontro de fatores que anteriormente o pesquisador não seria capaz de observar por ele mesmo (STAKE, 2011). Como May (2004) argumenta, a coleta de informações perpassa pela explanação de valores, opiniões e experiências vividas dos entrevistados. Assim, como Stake (2011) afirma, uma entrevista rica em materiais dignos de citação precisa ser adaptada ao que há de especial para ser transportada a descrição do trabalho.

Quanto os tipos de entrevistas possíveis, Minayo (2012) descreve que há aquelas que são possíveis como, por exemplo, as estruturadas, abertas e semiestruturadas. Para este trabalho foram realizadas entrevistas semiestruturadas pois ela permite que o entrevistador pré-agende pontos importantes a serem abordados junto ao entrevistado (VERGARA, 2010). Ou seja, essa escolha permite ao pesquisador maior flexibilidade durante a entrevista e ao entrevistado expor sobre questões que vão além do perguntado (MINAYO, 2012).

Com o objetivo de operacionalizar as entrevistas semiestruturadas, de antemão foi elaborado um roteiro com perguntas abertas, de acordo com o objeto estudado. Utilizado como um guia durante as entrevistas, Stake (2011) pondera que a elaboração de um roteiro permite aos entrevistados descrever profundamente sobre o objeto. Assim, uma entrevista com perguntas abertas precisa garantir que os temas relevantes da pesquisa sejam abordados.

Para responder as questões que envolvem o projeto Vila Flores e o 4º Distrito de Porto Alegre, durante a pesquisa de campo foram feitas três entrevistas. A primeira, previamente marcada e de forma presencial, aconteceu com uma responsável pela visita guiada ao complexo arquitetônico e vinculada a Associação Cultural Vila Flores, A conversa, considerando as intercorrências e interrupções, teve duração de cinquenta minutos onde se falou sobre a história do complexo arquitetônico e as iniciativas que utilizam o espaço. A segunda, também previamente marcada, já ocorreu com duas gestoras responsáveis por um escritório de arquitetura sediado no Vila Flores. Essa entrevista aconteceu de forma virtual e foi utilizada a plataforma de chamada de vídeo do *Google Meets*. E a terceira, assim como a segunda, também foi feita de forma virtual e

por meio de chamada de vídeo. Essa contou com a participação do gestor responsável pelo projeto Distrito Criativo, na cidade de Porto Alegre. No quadro abaixo descrevo os aspectos que envolvem as entrevistas realizadas para pesquisa.

Quadro 6: Entrevistados da pesquisa

Entevistas	Presencial/Virtual	Duração	Gravação
Entrevista I	Presencial	00:50:33	Sim
Entrevista II	Virtual	03:01:24	Sim
Entrevista III	Virtual	02:35:15	Sim

Fonte: elaborado pela autora

Diante da complexidade de obter entrevistas durante o período de pandemia da covid-19 foram selecionados três entrevistados, com funções distintas, que pudessem contribuir mais a fundo sobre o cenário do Vila Flores dentro do 4º Distrito de Porto Alegre. A complexidade do contexto pandêmico direcionou a seleção de sujeitos para serem entrevistados que pudessem contribuir de forma significativa para a pesquisa. três pessoas, de ocupações distintas, se colocaram à disposição para entrevistas remotas. Os entrevistados contribuíram na análise sobre o tema pois cada um, dentro do seu contexto, pôde aprofundar e enriquecer o trabalho com seus relatos e histórias sobre o processo de criação do Vila Flores e quanto as transformações urbanas na região nos últimos anos.

Análise de Dados

A análise de dados através da análise de conteúdo permite que os dados das entrevistas possam ser categorizados por meio de frases, palavras e conteúdo (ROESCH, 1999). Esse caminho de análise possibilita ao pesquisador analisar os conteúdos coletados e fazer a interpretação dos mesmos (VERGARA, 2005). Neste caso, os dados relacionados as entrevistas e os web documentários foram tratados a partir das etapas de pré análise, exploração de material, tratamento e interpretação dos dados.

No primeiro momento foi feita a organização e sistematização das ideias de tal maneira que permitiu a condução da pesquisa. Neste trabalho, esta fase consistiu em relacionar o plano inicial do trabalho para a análise dos dados propriamente dito. Foram feitas leituras sobre os objetos de estudo, no caso a região do 4º Distrito de Porto Alegre e o Vila Flores, para formulação de reflexões iniciais que posteriormente são desenvolvidas ao longo do trabalho. Após a pesquisa de campo, foi necessário retomar

as discussões feitas no referencial teórico com objetivo de selecionar os conceitos que dialogam com os dados coletados.

Em um segundo momento, a análise de dados se desenvolveu a partir da exploração do material com a categorização dos dados. Foram feitos recortes com objetivo de dividir e classificar os dados de acordo com os objetos de pesquisa. Esse momento da pesquisa se fez necessário diante da complexidade de elencar os dados coletados e relacioná-los com a construção teórica feita na pesquisa. Os dados organizados foram obtidos pelo conteúdo pelas entrevistas, *web* documentários, documentos e estudos selecionados.

Por último, com a reunião dos materiais coletados, sua organização e tratamento foi feita análise interpretativa do conteúdo. Dentre os dados coletados, no primeiro momento foram feitas transcrições das entrevistas gravadas e do conteúdo proveniente dos *web* documentários. Posteriormente, ocorreu a separação dos trechos de acordo com as categorias de análise do trabalho, destacando as principais falas dos entrevistados e dos participantes dos *web* documentários. E, por último, foram feitas as inferências e conclusões de acordo com os objetivos propostos.

4. Análise de Dados

4.1 Caracterização da região do 4º Distrito na cidade de Porto Alegre e do Projeto Vila Flores

4.1.1 A configuração do 4º Distrito de Porto Alegre

Conhecida como uma das principais capitais brasileiras, localizada no Estado do Rio Grande do Sul e ao extremo-sul do Brasil, Porto Alegre vem servindo de cenário para debates quando o tema contempla estratégias e projetos que atuam nas regiões urbanas espalhadas pelo país. A cidade, assim como tantas outras espalhadas pelo Brasil, é considerada um potencial centro em ascensão de projetos em transformação urbana. Inserida no avanço neoliberal da América Latina e na agenda de políticas públicas específicas, ao longo da última década Porto Alegre tem chamado atenção de governos, instituições privadas e da sociedade civil quanto à sua atuação como um polo urbano reprodutor dos espaços a partir de interesses capitalistas.

Diante da complexidade social e estrutural junto a sua historicidade dos centros urbanos, Porto Alegre abriga em sua região central diversas promessas e propostas que envolvem a transformação da região em um polo inovador, sustentável e criativo. A referida região urbana é conhecida como 4º Distrito de Porto Alegre. Entendemos como uma região urbana reconhecida pela sua localização central onde engloba diferentes bairros e não se limita a um bairro em específico. A partir dessa particularidade, prezamos pelo cuidado ao propor uma reflexão acerca da produção de atividades relacionadas à região

Antes de adentrarmos nas questões específicas do 4º Distrito, fez-se necessário uma breve consideração sobre a historicidade e formação tanto da cidade de Porto Alegre, quanto na região. Conforme o previsto, as contextualizações se complementam, afinal, não há 4º Distrito sem Porto Alegre e vice-versa. Suas histórias caminham lado a lado e por isso, faremos uma breve construção sobre a emergência de Porto Alegre a partir do período de expansão industrial e sua contribuição como aquilo que compõe o atual Quatro Distrito.

Ao longo da sua história, o estado do Rio Grande do Sul foi caracterizado por fortes tensões políticas, sociais e econômicas. Porto Alegre era anteriormente

desvalorizada quando o assunto era a produção de atividades econômicas (TITTON, 2003). Nesse primeiro momento, foi na região do extremo-sul do estado onde se constituiu o principal polo econômico de produção e exportação de charque e couro no período imperial (TITTON, 2003). Posteriormente, com o desenrolar da Revolução Farroupilha⁹ e o avanço da crise imperial e da produção dos charques, Porto Alegre, antes renegada, se posicionou como crucial na ascensão da produção industrial, destacando-se não somente no Rio Grande do Sul, mas também em todo o Brasil. Ainda hoje é possível observar resquícios das atividades econômicas em cidades como Rio Grande e Pelotas. Entretanto, é preciso também enfatizar a inversão do polo econômico a partir de 1960 com a consolidação em Porto Alegre.

O início do século XX marcou Porto Alegre no contexto de investimentos em infraestrutura, no movimento imigratório europeu pós Segunda Guerra Mundial e no desenvolvimento desordenado industrial (FORTES, 2001, TITTON, 2013; OLIVEIRA, 2018). Enquanto polo comercial, a capital começa a ganhar força a partir da decadência do ciclo do charque, e, principalmente, a partir da organização comercial de colônias europeias, dentre elas as italianas e alemãs (STROHAECKER, 2005). Conforme apontam Strohaecker (2005) e Oliveira (2018), foi por meio de iniciativas privadas que ascenderam mudanças espaciais de infraestrutura e serviços urbanos que contribuíram para a transformação da região industrial de Porto Alegre.

A partir do crescimento urbano desordenado e tardio articulado à explosão de parques industriais e redes de transportes de médio e longo curso, emergiu na cidade uma região industrial, caracterizada pela proximidade das áreas de moradia aos locais de trabalho e de sua localização com saída por terra e mar (FORTES, 2001). Em sua tese, Fortes (2002) enfatiza que a capital gaúcha, na medida em que ofertava empregos em larga escala em seus bairros industriais, evoluía ao mesmo tempo o processo de industrialização, redefinindo seu perfil urbano. Assim, o acelerado processo de crescimento urbano, característico de cidades latino-americanas como Porto Alegre, esteve diretamente associado ao desenvolvimento de um complexo econômico rentável que articulava parques industriais, redes de transporte e moradia.

⁹ Conhecida também como a Revolta dos Farrapos, a Revolução Farroupilha (1835-1845) consistiu em um movimento de questionamento aos altos impostos sobre o comércio de charque na região. Posteriormente, se caracterizou por ser um movimento republicano, separatista e abolicionista.

A zona próxima ao Rio Guaíba ergueu-se a partir de instalações de pequenas oficinas industriais e chácaras, voltadas para moradores que movimentavam a região com armazéns e comércio na região (CANOFRE, 2017). Assim, a cidade configurava sua classe trabalhadora predominantemente no setor fabril de Porto Alegre (FORTES, 2004). Foi nesse cenário que a cidade se estabeleceu, através de um acelerado crescimento urbano desordenado, aliado ao desenvolvimento de sua estrutura industrial com características fordistas que impactaram diretamente no modelo de urbanização da cidade (FORTES, 2004).

A cidade de Porto Alegre era originalmente dividida em cinco Distritos. De seu antigo parque industrial, surge a região estudada, denominada como Quatro Distrito e caracterizada pelo avanço dos complexos industriais resultantes de uma urbanização desordenada. A sua posição geográfica privilegiada, próxima a rios navegáveis e aliada à implementação de ferroviárias na beira da orla auxiliou o movimento de industrialização em seu entorno. Suas atividades se concentravam na produção fabril, têxtil, metalúrgica, alimentícia, construção civil e ferroviária (FORTES, 2005, OLIVEIRA, 2018). Nele, habitaram grandes indústrias como a Antônio Jacob Renner, a antiga fábrica da Brahma e a Gerdau, por exemplo.

Construída a partir dos investimentos em infraestrutura local e de transportes, hoje a região se coloca como conexão entre a região metropolitana e a cidade de Porto Alegre (OLIVEIRA, 2018). Composta pelos bairros Floresta, São Geraldo, Navegantes, Farrapos e Humaitá, ao longo de sua história o 4º Distrito esteve localizado a margem das principais vias de circulação, como a avenida Voluntários da Pátria, e, ainda hoje, é porta de entrada para a capital gaúcha. Por suas particularidades, ainda que existam problemas políticos e sociais, a região é encarada por entidades públicas e privadas como um futuro próspero, inovador e sustentável para a cidade de Porto Alegre.

No passado, a particularidade do 4º Distrito de Porto Alegre se estabelecia a partir da sua configuração e ocupação territorial. O distrito industrial, composto no primeiro momento pelos bairros de Navegantes e de São João se posicionava como polo de debates e discussões da classe operaria (FORTES, 2005). A ocupação pelos trabalhadores e suas respectivas famílias em busca de trabalho e moradia junto à estrutura industrial fordista impactou não somente a paisagem urbana, mas também sua dinâmica político-administrativa. Essa dinâmica permitiu a construção política e explosão de aspectos sociais e de resistência. Com isso, as especificidades do 4º Distrito demonstram que é

preciso reverenciar a sua relevância política e administrativa, baseada em sua historicidade coletiva, onde estende esse aspecto a partir de valores étnicos, políticos-ideológicos ou profissionais (FORTES, 2004). Ainda hoje é possível observar algumas iniciativas e associações que tem por objetivo contrapor a lógica capitalista vigente.

Como Fortes (2005) reforça em sua análise, as formas de sociabilidade e estratégias colocadas ao 4º Distrito contribuíram para a construção da identidade coletiva na região. Em 1940, essas relações impactaram de tal forma a região que a zona urbana se apresentava como a localidade próspera, capaz de se posicionar como um “bairro-cidade, uma cidade dentro da própria cidade” (FORTES, 2005). Essa combinação exemplifica a ascensão da região para além do seu caráter industrial, mas como uma região capaz de gerar empregos e moradias.

Em 2022, o 4º Distrito (figura 1) se posiciona como uma zona impactada pela metropolização das indústrias e ausência de políticas públicas urbanas específicas para o desenvolvimento da região. Oliveira (2018) aponta em sua tese a baixa densidade populacional, a baixa ocupação de residentes com renda acima de cinco salários mínimos e a reduzida incidência de construções históricas tombadas ou inventariadas pelo Patrimônio Histórico. Através dos muito prédios e residências esvaziados e desocupados na região nos últimos anos, aflora a discussão quanto às intervenções imobiliárias já observadas. Como consequência, e associado a esse contexto, ganha força o processo de especulação imobiliária e de concentração de renda em bairros específicos da região.

Desde 2000, junto ao discurso da necessidade em revitalizar e reocupar regiões, reforçado pelo discurso perpetuado pelas mídias, governos, entidades privadas e públicas, houve o avanço de empreendimentos privados e a ampliação do setor de serviços. Esse movimento se estabelece quando o gerencialismo atua como elemento central no avanço do processo neoliberal das cidades. Como explica Paes de Paula (2005), esse movimento consolidou o empreendedorismo no funcionamento do setor público, alcançando assim as políticas públicas urbanas. No 4º Distrito isso ocorreu a partir de projetos de reestruturação urbana neoliberais pensados pelo poder público, iniciativa privada e sociedade civil (WAGNER, 2019).

As cidades brasileiras, principalmente em Porto Alegre, de acordo com suas especificidades urbanas consequentes da industrialização tardia, se posicionavam como campo próprio para políticas urbanas neoliberais pensadas a partir da financeirização

privada dos espaços. Harvey (2005) reforça em seu texto que certos projetos urbanos neoliberais associam seu sucesso à governança urbana a partir do empreendedorismo e que utilizam a tecnologia para reestruturação das cidades. Há casos que associam diferentes atores públicos e privados na busca pelo desenvolvimento de Porto Alegre e do 4º Distrito, entendido como um polo de inovação e atração de investimentos. Inclusive, há iniciativas que buscam transformar zonas industriais em esgotamento e marginalizadas, sem considerar sua historicidade e comunidade local.

Um contexto fundamental para entender Porto Alegre e o 4º Distrito foi a ascensão de projetos e políticas exigidas para sediar grandes eventos. Segundo Wagner (2019), a Copa do Mundo de 2014, sediada no Brasil, foi um momento de explosão de estudos e propostas que priorizavam a “reciclagem” de usos e infraestrutura de espaços. A viabilização de intervenções com esse cenário ocorreu a partir da governança urbana que Harvey (2005) aponta como ponto onde coalizão de forças entre governo e administração urbana facilitam a coordenação do espaço a favor dos objetivos capitalistas.

O planejamento para a Copa do Mundo impactou na dinâmica das cidades pelo Brasil. No caso de Porto Alegre, de forma geral, as intervenções ocorreram a partir de financiamentos do Governo Federal, da iniciativa privada e de fundos internacionais. Esse movimento impacta ainda nos dias de hoje as perspectivas quanto à efetividade de propostas urbanas. Mesmo após sete anos do megaevento, ainda há pendências de projetos não concluídos e até mesmo esquecidos, como a orla do rio Guaíba. Seu projeto inicial previa a entrega revitalizada até o início do evento, em junho de 2014. O último trecho inaugurado foi em outubro de 2021, já sob outra gestão municipal.

O plano mais recente de revitalização do 4º Distrito desenvolvido pela Prefeitura de Porto Alegre - o 4D distrito de inovação- foi configurado para suprir demandas da sociedade e qualificações do espaço urbano de forma sustentável garantindo a qualidade de vida. Sua agenda se baseava na “miscigenação de usos, densificação, sistema de espaços abertos, e valorização do patrimônio cultural (WAGNER, 2019)”. Para que isso se tornar realidade, dentro do contexto do empreendedorismo urbano que Harvey (2005) aponta, é preciso considerar avançar em infraestruturas específicas para as tomadas de decisão nas cidades. Inclusive, Wagner (2019) argumenta que foi contratada uma consultoria especializada com objetivo de propor planos para revitalização urbana na região.

Mais uma questão importante dentro da região do 4º Distrito de Porto Alegre é o movimento de intervenções urbanas em áreas concentradas. Conforme Harvey (2005) expõe, no empreendedorismo urbano a escala espacial que importa é a economia política do lugar, e não do território. Ainda que o 4º Distrito seja uma região específica em Porto Alegre, há fragmentação de investimentos privados e políticas públicas dentro da própria especificidade do local. É possível dividir a zona urbana em mais de uma, com diferentes atividades sociais, comerciais e urbanas.

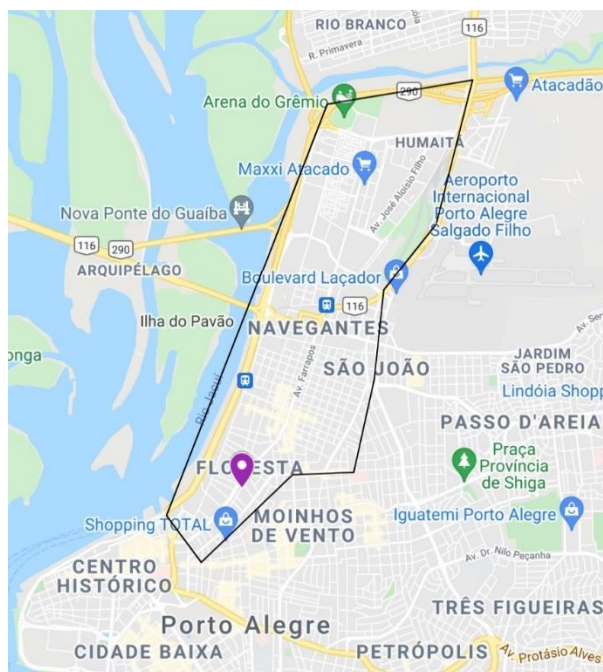
A área norte, onde hoje fica localizada a Arena do Grêmio e seu entorno, foi favorecida por grandes empreendimentos e intervenções do setor privado e do poder público. Grandes empreendimentos imobiliários foram construídos com o intuito de aquecer a especulação imobiliária local, o setor de serviços e “buscar melhorar sua posição competitiva com respeito à divisão espacial de consumo (HARVEY, 2005, p. 175).” No entanto, a zona em específico também se consolida com a presença de comunidades carentes, que foram impactadas pelo aumento da desigualdade social.

Um exemplo marcante é o processo de remoção¹⁰ das famílias na Vila Nazaré, localizadas próxima ao Aeroporto Internacional Salgado Filho. Em função da concessão vencida pela Fraport AG Frankfurt em 2017, a empresa alemã responsável pela administração do aeroporto na capital gaúcha pelos próximos vinte e cinco anos conduz obras com o objetivo de ampliar suas ações, como a expansão das pistas de pouso e decolagem e dos terminais de embarque e desembarque. Como consequência, famílias foram e ainda são expulsas de suas residências e, muitas vezes, realocadas distante dos seus trabalhos e das suas rotinas.

Na outra ponta do 4º Distrito está localizada a região mais consolidada em termos de serviço, comércio e moradia. Essa mesma localização se refere à região da atração de investimentos em iniciativas de inovação e empreendedorismo. Essa zona atua como uma unidade relevante na criação e acumulação de riquezas (HARVEY, 2005). Entretanto, ainda que sua localidade seja mais atrativa para os interesses privados, nela também se concentram comunidades populares e organizações sociais que buscam seu lugar nas discussões sobre o desenvolvimento urbano.

Figura 1: Delimitação da Região 4º Distrito de Porto Alegre

¹⁰ Ver em: “<https://midianinja.org/news/audiencia-publica-discute-tentativa-de-despejo-de-moradores-da-vila-nazare-em-porto-alegre/>”



Fonte: Google

A região do 4º Distrito é considerada, ainda hoje, como o lugar onde a revitalização urbana precisa ser aplicada em Porto Alegre. Diante das suas particularidades atrativas, como a proximidade com a região central, fazer fronteira com bairros nobres e ser porta de entrada da cidade, a região sempre é assunto em debates públicos. Há algumas iniciativas específicas que buscam replanejar a antiga zona industrial, como o Porto Alegre 4D, um plano de desenvolvimento urbano que tem como base o modelo 22@Barcelona¹¹.

O Porto Alegre 4D foi construído a partir do fomento à produção de tecnologia e inovação. Como é retratado em sua apresentação, o projeto é descrito em seu site¹² como um conjunto de ações da prefeitura com o objetivo de desenvolver economicamente e socialmente a região a partir das pessoas. De acordo com a sua descrição, a atração de investimentos seria através do setor privado, impactando a infraestrutura a partir de empreendimentos focados em novas tecnológicas, indústria criativa, conhecimento e saúde na geração de emprego e renda. A construção do projeto também contou com a participação da Faculdade de Arquitetura na Universidade Federal do Rio Grande do Sul

¹¹ Conforme Oliveira (2018) aponta, a antiga região de desenvolvimento industrial no século XX em Barcelona é conhecida pelo desenvolvimento de tecnologia, informação, empreendedorismo e inovação a partir de empresas e universidades. Baseado em projetos de cidade criativa, o 22@Barcelona é composto por clusters relacionados a mídia, informação e tecnologia de comunicação, tecnologia da saúde, energia e *design*.

¹² Ver em: <http://4distrito.portoalegre.rs.gov.br/?q=projeto/apresentacao>

- UFRGS, na construção de ações e sugestões para cidade de Porto Alegre. Um elemento importante nesse contexto de valorização sobre o 4º Distrito foi o *Masterplan 4D*.

O *Masterplan 4D* (2016, p.2) foi desenvolvido com a proposta de ser um plano diretor de desenvolvimento urbano para a cidade de Porto Alegre. Quanto ao desenvolvimento urbano do 4º Distrito, foram elencados quatro objetivos pré-estabelecidos, necessários para construir a transformação da região, como:

Reverter o processo de degradação, oportunizando investimentos econômicos e sociais; preservar, valorizar e qualificar o patrimônio construído; incorporar a agenda ambiental na cidade, melhorar a mobilidade e padrões de acessibilidade urbana e intensificar a urbanidade e garantir ambientes amigáveis para todas as faixas etárias.

Em tese, o documento tem como propósito garantir a amplitude das ações de desenvolvimento urbano sobre a região, incorporando iniciativas com impacto social, relacionadas ao empreendedorismo e inovação, sustentabilidade e economia criativa.

O *Masterplan 4D*, conforme Oliveira aponta (2018), foi construído a partir de *workshops* e palestras que contemplaram diferentes setores da sociedade, como construção civil, saúde, casas colaborativas associadas à economia criativa e universidades. Em sua descrição no site, consta a organização de eventos sociais, mas sempre com a presença inexpressiva da comunidade residente (OLIVEIRA, 2018). Essa posição retrata a insatisfação dos moradores quando se mostram antipáticos ao discurso de “revitalização”, conforme a observação feita pela reportagem de Fonseca (2019), publicada pelo *Gaúcha Zero Hora*.

Partindo do entendimento que o *Masterplan 4D* é um plano diretor para a cidade de Porto Alegre, foi possível começar analisar o 4º Distrito a partir do empreendedorismo urbano e da economia criativa. É nesse cenário que os projetos urbanos se colocam como uma confusão deliberada entre desenvolvimento urbano e geração de oportunidades de negócios para a especulação imobiliária (NÚÑEZ, 2017). É possível avaliar que as propostas de revitalização urbana, como as desenvolvidas por Porto Alegre, se fortalecem para representação do capitalismo moderno.

Quando o assunto envolve o setor de serviços, ele também se colocou como atrativo aos empreendimentos de entretenimento e gastronomia. Em 2022, a zona ao sul do 4º Distrito é reconhecida para além de iniciativas que se relacionam com fomento a

tecnológica e inovação, mas também com uma nova possibilidade de vida noturna na cidade de Porto Alegre. Isso se comprova do Porto Cervejeiro¹³, que tem como proposta fomentar a visitação de cervejarias e micro cervejarias com objetivo de movimentar a economia local e estimular o turismo cervejeiro na região. Para exemplificar, em 2022 há mais de dez cervejarias ou micro cervejarias que se posicionam como atividades centrais para o giro econômico na região. Em sua maioria, as cervejarias no 4º Distrito se localizam mais ao sul da região, próximo a bairros nobres, como Moinhos de Vento, Centro Histórico e Cidade Baixa.

A região do 4º Distrito, nesse cenário, funciona no contexto de valorização da economia criativa. A definição da Unctad (2012) é absorvida em sua totalidade quando relacionada a implementação de transformações urbanas em Porto Alegre. Essas contam com a idealização em propor “a geração de renda, criação de empregos e a exportação de ganhos, ao mesmo tempo em que promove a inclusão social, diversidade cultural e desenvolvimento humano (UNCTAD, 2012, p. 6)”. Ou seja, é um movimento que objetiva tencionar a dinâmica economia e social da região a favor da produção criativa e, conseqüentemente, a concentração do capital no setor das indústrias criativas e demais cujas relações sejam possíveis.

Outro movimento importante de ser compreendido é o avanço da especulação imobiliária na zona da cidade com a construção de empreendimentos de alto padrão que valorizam o preço da terra ao ponto de expulsar a sociedade local. Além disso, como aponta Mariana Barcellos (2021) em seu texto sobre gentrificação, a imersão da classe artística e de empreendedores da economia criativa contribuíram com o aumento dos aluguéis e com a imersão de pessoas mais ricas na ocupação do espaço. A região absorve complexos residências e comerciais de alto padrão que impactam a dinâmica local, como o *4D Complex House*¹⁴ desenvolvido pela ABF Developments, que promete a injeção de 220 milhões de reais na economia local e a criação de quatro mil empregos para região. Outro exemplo impactante é o empreendimento *Prime Wish*¹⁵, localizado no bairro São João que, sob a responsabilidade da Cyrela Goldsztein, comercializa apartamentos de 60m² a partir de, aproximadamente, meio milhão de reais.

¹³ Ver em: <https://www.prefeitura.poa.br/smde/noticias/porto-cervejeiro-busca-desenvolver-rota-turistica-da-bebida>

¹⁴ Ver em: <https://pactoalegre.poa.br/noticias/construtora-lanca-primeiro-empreendimento-no-4o-distrito-e-revitaliza-duas-pracas>

¹⁵ Ver em: <https://www.cyrela.com.br/imovel/prime-wish-apartamento-porto-alegre-rs>

Uma particularidade que impacta as atividades econômicas da região é a quantidade de imóveis tombados pelo Patrimônio Histórico. Para entidades públicas e a iniciativa privada, isso significa a oportunidade para a renovação urbana e, conseqüentemente, a gentrificação do espaço (OLIVEIRA, 2018). A redução de impostos sobre imóveis, por exemplo, contribuiu para a explosão de empreendimentos na região, como o aumento do surgimento de bares, cafés, restaurantes e cervejarias e na consolidação do espaço para um novo polo gastronômico na cidade.

No cenário de utilização de estruturas já existentes, há a ascensão de empreendimentos comerciais que se aproveitam da estrutura física como patrimônio histórico tombado na cidade de Porto Alegre. Um exemplo marcante é o Shopping Total (figura 2), localizado na Avenida Cristóvão Colombo, no bairro Floresta e próximo a região central. Sua principal característica consiste em utilizar prédios construídos em 1920, com fachadas características para abrigar lojas comerciais e construir, segundo sua própria descrição, “um dos principais empreendimentos comerciais da capital gaúcha¹⁶”. Seus detalhes arquitetônicos são fruto das antigas indústrias cervejeiras (Brahma, Continental e Bopp Irmãos) que habitaram o complexo com 70.000 m² de área construída e restaurada para abrigar centenas lojas comerciais.

Figura 2: Fachada Antiga da Fábrica Brahma e Fachada Atual do Shopping Total



Fonte: Google

Um aspecto importante para zonas que se propõem o desenvolvimento a partir da inovação e tecnologia é a criação de instituições capazes de contribuir para o ecossistema a favor da econômica criativa. Há dois casos em Porto Alegre, mais especificamente

¹⁶ Ver em: <https://shoppingtotal.com.br/o-shopping/>

dentro do 4º Distrito, que são o Instituto Caldeira e a Fábrica do Futuro. Esses dois exemplos são conhecidos como espaços que propõem uma nova discussão sobre as práticas capazes de se enquadrar na dinâmica capitalista. No primeiro caso, o mesmo se descreve em seu site institucional como “um instituto sem fins lucrativos que conecta pessoas e iniciativas, através de um hub de inovação formado por uma comunidade que busca competitividade e o fomento do ecossistema¹⁷.” O segundo exemplo, em seu site institucional, se descreve direcionado a produção relacionada ao setor da economia criativa, quando diz que são:

Uma multiplataforma de inovação, criação e conexão. Fazemos hoje o que queremos construir para um futuro mais criativo, inclusivo e sustentável. Desenvolvemos e realizamos projetos e experiências que apoiem profissionais da indústria criativa, empreendedores e indivíduos a buscar soluções promissoras para seu negócio e para o mundo¹⁸.

A semelhança entre os dois casos se resume nas propostas de fomentar a geração de negócios seguindo a tendência de considerar a inovação e a tecnologia como elementos essenciais para a produção da economia mundial pautada na revolução tecnológica. No entanto, uma particularidade importante relacionada ao Instituto Caldeira é a imersão do hub de inovação ao empresariado já consolidado, atraindo grandes empresas com diferentes fins, como Gerdau, Grendene e Sincred, por exemplo. A lógica da Fábrica do Futuro, em sua proposta, centraliza seu discurso para iniciativas de economia criativa. No final, ambas em suas propostas priorizam a consolidação da produção capitalista no 4º Distrito, mas, o primeiro caso, utiliza a ascensão da economia criativa na expansão de práticas corporativas já consolidadas.

Além das possibilidades relacionadas a expansão do comércio, é preciso pontuar sobre aquelas que não estão diretamente encaixadas a lógica de expansão do capital e reprodução dos lucros. Essas iniciativas podem ser separadas em organizações sociais e não governamentais, movimentos sociais, projetos de assentamento urbano e comunidades carentes. No caso do 4º Distrito é possível elencar atividades produzidas pela vila dos papeleiros, o assentamento urbano conhecido como 20 de Novembro e a existência de equipamentos culturais como Vila Flores. De fato, o 4º Distrito não pode se limitar apenas em atividades de reprodução capitalista, há diversos conglomerados sociais

¹⁷ Ver em: <https://institutocaldeira.org.br/>

¹⁸ Ver em: <https://fabricadofuturo.com/>

que ajudam na construção do espaço urbano a partir da sua historicidade e especificidade local.

Há grupos na cidade de Porto Alegre que debatem sobre as dificuldades em entender a região como um espaço capaz de promover a inclusão social. Uma dessas organizações é o *Fórum do Quarto Distrito*, que em sua proposta fomenta a discussão sobre os conflitos existentes na região a favor dos moradores locais. Neles estão moradores e trabalhadores do 4º Distrito que questionam a realidade desigual da região, resultado do abandono de décadas pelas entidades públicas. A luta do Centro de Direitos Econômicos e Sociais¹⁹ consiste em evidenciar as contradições da região onde há comunidades sem necessidades básicas atendidas e criticar a explosão da valorização de empreendimentos de economia criativa, utilizando de infraestruturas subutilizadas que aprofundam a realidade desigual na região. Há falta de acesso a água, luz e saneamento básico enquanto o estado, em conjunto com a iniciativa privada, favorece a expansão comercial sem considerar a população local. Essa análise contextualiza não só a realidade do 4º Distrito, mas as consequências sociais desiguais ocasionadas a partir das ações de intervenção urbana praticada por entidades públicas e privadas sem a participação popular.

Essa tensão é explorada no relato de um entrevistado na reportagem de Caue Fonseca (2019) que aborda a dificuldade em dialogar com a comunidade quanto a possibilidade de transformação da região. Sua ponderação, inclusive, questiona a resistência da população local a “revitalização” da região e a ascensão de novos comércios na região: “o que faço com o pessoal que mora ao redor que já está vivo? (FONSECA, 2019)”. Essa declaração enfatiza o caráter irônico dos novos habitantes que desconsideram, a ausência da população local em discussões sobre os projetos de intervenção urbana no 4º Distrito. Afinal, como Canofre²⁰ coloca como título em seu texto: a quem serve a “revitalização”?

Nesse mesmo contexto, contrário ao movimento das intervenções urbanas neoliberais em Porto Alegre persiste o assentamento urbano conhecido como 20 de novembro. Localizado na zona central de Porto Alegre e na delimitação do 4º Distrito, o prédio abriga famílias sem moradia que são produto do processo de desocupação de

¹⁹ Ver em: <http://www.cdes.org.br/4o-distrito/>

²⁰ Ver em: <https://especiais.sul21.com.br/gentrificacao/no-antigo-centro-industrial-de-porto-alegre-abandono-e-promessas-se-misturam-a-quem-serve-a-revitalizacao/>

regiões a favor da expansão imobiliária nas últimas décadas. Como aponta a reportagem do portal de notícias *Brasil de Fato*²¹, o Assentamento 20 de Novembro representa a conquista da luta por moradias populares e ao direito a cidade. O prédio, antes desocupado e abandonado, localizado no bairro Farrapos, abriga mais de quarenta famílias de baixa renda que se esforçam em representar como é possível o uso de habitações de interesse social em centros urbanos. Vinculado ao Movimento Nacional de Luta por Moradia, o prédio, antes pertencente à União, se caracteriza por ser um espaço com direito de uso para habitação de interesse social (Marx et al, 2019). Hoje, o projeto se mantém a partir da ação da cooperativa e com apoio de parceiros que viabilizam a manutenção e melhoria das habitações, apesar da ausência de iniciativa do governo local.

Não menos importante, mas que representa boa parcela da população do 4º Distrito, estão as comunidades conhecidas como vilas, que abrigam inúmeras famílias carentes. A Vila Santa Terezinha, conhecida também por contemplar a Vila dos Papeiros, e a Vila Farrapos são regiões caracterizadas pela ausência do poder público na garantia de condições básicas de saúde e moradia. Como a maioria, as zonas são caracterizadas pelo domínio do tráfico de drogas e ausência do Estado ao não zelar pela segurança daqueles que ali habitam. Na região, há projetos como a Associação de Reciclagem Ecológica da Vila dos Papeiros cujo objetivo é auxiliar os catadores na reciclagem ecológica. À noite, ela é conhecida como um ponto tradicional de prostituição em Porto Alegre. Nela, inúmeras trabalhadoras do sexo se concentram pela região da Avenida Farrapos a fim de ocupar seus espaços na cidade.

Nesse contexto de diversidade característico do 4º Distrito há prédios e complexos arquitetônicos como o conjunto de prédios localizado na rua São Carlos, no bairro Floresta. Inicialmente conhecido como um complexo projetado nos anos 1920 para servir como moradia, hoje o espaço abriga um dos principais equipamentos culturais da cidade de Porto Alegre: o espaço Vila Flores. Visto como uma rede formada por iniciativas em diversas áreas do conhecimento, o projeto que envolve o Vila Flores tem em seu propósito compartilhar uma visão de mundo colaborativa, humana e sustentável²².

²¹ Ver em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/11/08/predio-de-assentamento-urbano-em-porto-alegre-tera-reforma-sustentavel>

²² Ver em: <http://vilaflores.org/>

4.1.2 O espaço arquitetônico Vila Flores

A história do Vila Flores se inicia a partir da concepção inicial da construção do espaço. Seguindo o pensamento do arquiteto alemão José Franz Seraph Lutzenberger, a sua concepção de prédio buscava responder e absorver o avanço comercial e industrial da região. Suas características estruturais, por exemplo, coincidem com a proposta de ser um conjunto habitacional para a região. Para entendermos esse processo, é preciso antes de mais nada considerar sua relação com o contexto urbano da cidade de Porto Alegre.

O momento de planejamento e construção do complexo de Vila Flores esteve associado à explosão da produção industrial no 4º Distrito de Porto Alegre. O cenário de crescimento urbano acelerado, em conjunto com o avanço econômico na cidade, impactou o aumento de investimentos em infraestrutura e em rede de transportes (FORTES, 2001). Com isso, o novo movimento nos bairros industriais reforçou não somente o processo de urbanização, como também a configuração da classe trabalhadora na cidade de Porto Alegre. Segundo João Wallig, o motivo da construção de prédios como o desenvolvido por Lutzenberger passava pela ideia de:

Um prédio, né, verticalizar pra sanar uma necessidade por habitação, numa região que tava no seu auge, né. É a região das indústrias de Porto Alegre nos anos 20. É... há dados que dizem que boa parte do Pib rio-grandense passava por essa região (João Felipe Wallig, Território e Memória).

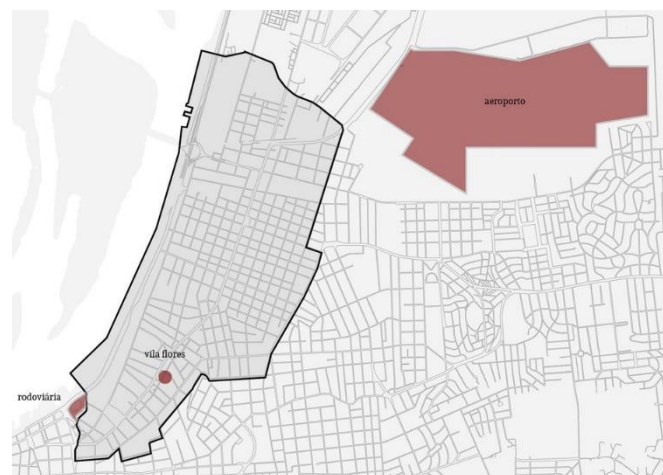
É a partir desse momento que precisamos pensar o Vila Flores. Conforme vimos anteriormente, a reportagem do *Wikihaus*²³ afirma que a construção dos prédios na rua São Carlos foi pensada para suprir as demandas de moradia dos operários no 4º Distrito. Nela, as edificações foram construídas a fim de alugar apartamentos para pessoas e famílias que alimentavam as indústrias locais. Mas, como João Felipe Wallig expôs em seu texto no website *Arq. Futuro*, a interiorização das indústrias a partir de 1970 esvaziou a região local. No entanto, ainda que o movimento de expulsão das indústrias tenha comprometido a dinâmica local, o complexo Vila Flores ainda abrigou, por décadas, famílias e comércios locais. Até 2012 era possível observar borracharias, sapatarias, ocupações populares e pequenos estabelecimentos. Antes do Vila Flores se consolidar como um projeto de complexo cultural, por quase cem anos o espaço foi utilizado para fins residenciais e comerciais populares.

²³ Ver em: <https://wikihaus.com.br/blog/complexo-vila-flores-explora-novas-possibilidades-no-4o-distrito/>

Ainda que imerso no cenário de intervenções, a estrutura arquitetônica da Vila Flores se caracteriza hoje como um complexo composto por três prédios, um galpão e uma área térrea. Ele está localizado no bairro Floresta, ao sul do 4º Distrito, próximo aos bairros Moinhos de Vento e Centro Histórico. A Goma Oficina, escritório de arquitetura incubido pelo desenho e planejamento das intervenções nos prédios, além de ser responsável pelo projeto de adequação do conjunto, também absorveu a responsabilidade de expor a comunidade como o processo seria conduzido.

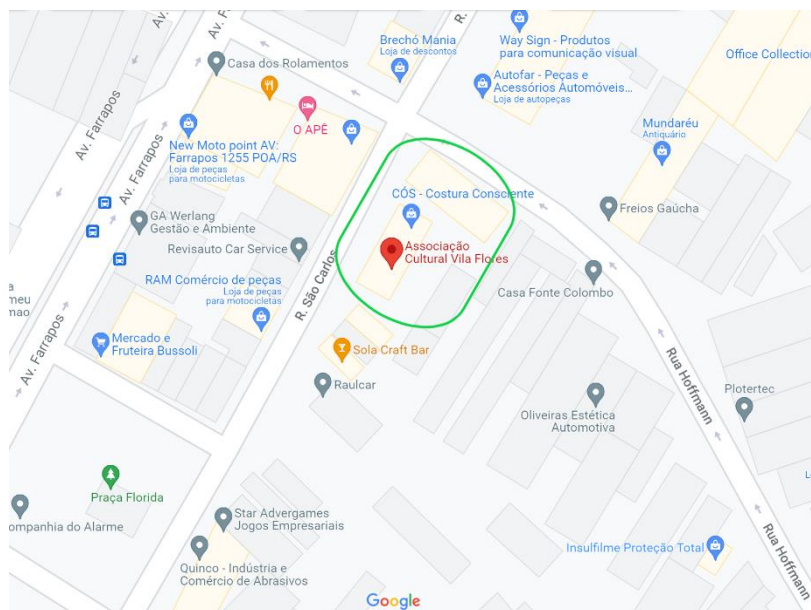
O complexo arquitetônico é dividido em dois edifícios, um galpão e o térreo. O edifício com saída para rua São Carlos possui três pavimentos com 1041 m² de área construída. Atualmente, a construção foi adaptada para comportar salas comerciais e compartilhamento de espaços comuns. O segundo, localizado na rua Hoffmann, também se caracteriza por possuir três pavimentos, mas com 1155 m² de área construída. Diante da complexidade da construção e valorizando a historicidade dos edifícios, no primeiro momento o projeto focalizou suas transformações para manter a ocupação por habitações, mas hoje o edifício também é ocupado por residentes que utilizam o espaço como local de trabalho. O térreo, onde fica localizado o galpão com 176m², apresenta um pátio que se torna uma extensão da rua e abriga lojas e estabelecimentos de serviço, como café e restaurante. Já o galpão, antes abrigo para indústrias, hoje é um local para eventos e atividades que dialogam com a proposta do Vila Flores.

Figura 3: Vila Flores no 4º Distrito de Porto Alegre



Fonte: Goma Oficina

Figura 4: Localização Vila Flores no bairro Floresta



Fonte: Google

Edgar José Alves da Silva, morador do Vila Flores por dez anos, em sua participação no segundo episódio do documentário *Território e Memória*, conta sobre o que consistiu o Vila Flores no passado e como era o cotidiano com as pessoas que habitavam o lugar. Além de compartilhar suas lembranças, Edgar também ressaltou falou sobre a dinâmica social do complexo e o destino que teve o galpão atualmente. Abaixo podemos ver o trecho onde o antigo morador descreve sobre as pessoas que habitavam o espaço antes da posse dos atuais proprietários:

É por isso que eu estou aqui, pra contar um pouco dos dez anos que eu fui morador desse apartamento aqui, desse condomínio, onde tinha no mínimo trinta jovens, adolescentes, crianças que faziam de tudo um pouco, brincavam dentro da estofaria do Seu Júlio e da Dona Gema, que brincavam dentro dos corredores, que subiam nas arvores, que tinham aqui na esquina da Hoffmann que andavam pelo bairro todo, livres (Edgar José Alves da Silva, *Território e Memória*).

Durante o documentário, o galpão foi caracterizado como um local que já abrigou cavalaria, fábrica de ladrilhos hidráulicos, estofaria, fábrica de cinzeiros, marcenaria e oficina mecânica. Em sua participação, Edgar descreve as atividades fins que foram abrigadas no atual galpão do Vila Flores:

Ali era uma fabriqueta. Uma pequena fabriqueta de cinzeiros. Ela deve ter sido outras coisas, mas de que eu me lembro bem é dessa pequena fabriqueta de cinzeiros de alumínio, né, daqueles cinzeiros baixinhos que existiam nos prédios e nas repartições públicas e o meu pai, inclusive, foi um dos

funcionários da fábrica de cinzeiros (Edgar José Alves da Silva, Território e Memória).

Mantida as características dos casarões antigos do 4º Distrito, hoje o Vila Flores conserva sua estrutura e sua fachada nos moldes de 1928. Além disso, segundo a gestão do espaço Vila Flores, o complexo se encontra incluído no Inventário do Patrimônio Cultural de Bens Imóveis do Bairro Floresta e como área de interesse cultural de Porto Alegre (ACVF, 2022). No quadro 8 separamos as características estruturais do complexo, mantidas atualmente.

Quadro 8: O complexo Vila Flores

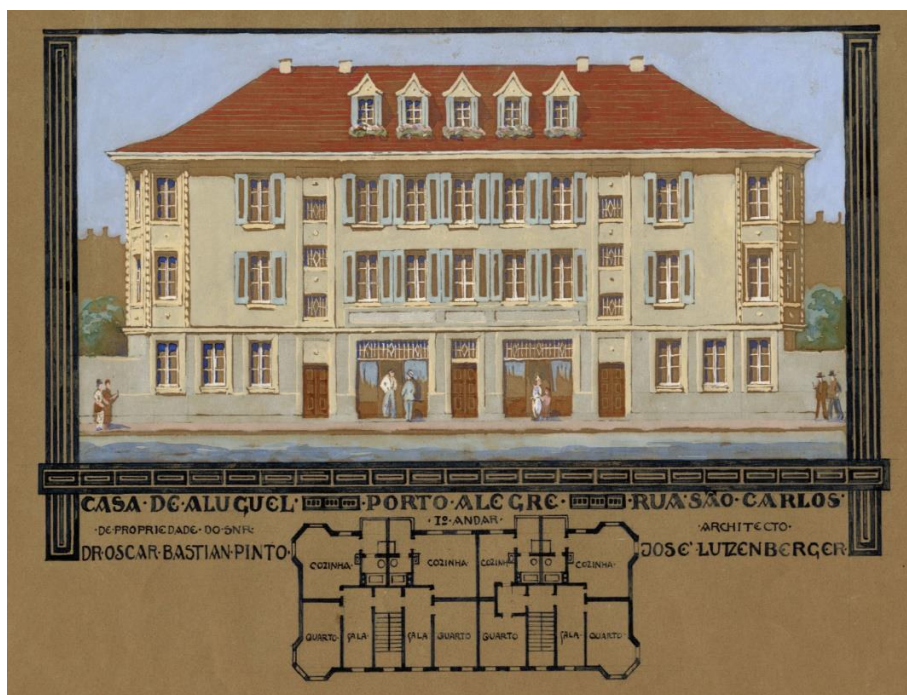
Características Estruturais do Vila Flores		
	Quantidade de Pavimentos	Área Construída
São Carlos	3	1041 m ²
Hoffman	3	1115 m ²
Galpão	Térreo	176 m ²

Fonte: elaborado pela autora, baseado em documentos da Goma Oficina.

Já que o antigo conjunto habitacional é considerado um patrimônio relevante no 4º Distrito, é preciso analisar o seu impacto histórico e social na cidade de Porto Alegre. No Território e Memória, Paulo Bicca, o arquiteto e professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul classificou a arquitetura do Vila Flores como antimodernista, onde suas características se enquadram em um modelo despojado de ornamentos. Em um desenho antigo (figura 5), exposto pela Goma Oficina e resgatado por Jorge Piquét, se observa a singularidade da estrutura física local e como isso contribui, ainda hoje, na concepção do espaço. Em sua fala sobre a estrutura dos edifícios, ele chama atenção para suas particularidades e sobre o quanto isso a diferencia de outras construções da mesma época e como impacta para a realidade atual.

(...) essas sacadas para o pátio interno eram uma forma de fazer com que as próprias famílias, de uma maneira ou de outra convivessem um pouco aqui. Os apartamentos, as janelas, enfim, se relacionavam direto com a rua e isso até hoje é maravilhoso(...). Essa maravilhosa arquitetura sendo preservada, dando uso, qualificando a rua, o bairro, enfim... (Paulo Bicca, Território e Memória)

Figura 5: Fachada Vila Flores



Fonte: <https://pt.slideshare.net/vilaflores/vila-flores>

O início das intervenções no antigo conjunto habitacional ocorre quando se conclui a divisão de bens do espólio familiar dos Wallig, em 2009. Como João Felipe Wallig (2015) expôs em seu texto ao portal *Arq. Futuro*, a proposta de reestruturar os prédios tem como finalidade potencializar suas especificidades e características a fim de impactar as vidas na cidade. O objetivo da família e, principalmente de João Felipe, era transformar o Vila Flores em um núcleo de resistência no 4º Distrito de Porto Alegre.

A partir do momento que os Wallig assumiram a responsabilidade sobre as edificações, foi constatado, tanto por consultorias privadas como pela Defesa Civil do Estado do Rio Grande do Sul, que a estrutura física do complexo havia sido comprometida. Segundo João Felipe Wallig, foram feitos levantamentos e análises estruturais com objetivo de organizar as necessidades e as reformas emergenciais necessárias para a utilização do espaço de forma segura. No primeiro trecho abaixo, João Felipe Wallig reflete sobre o estado do conjunto e revela sobre suas primeiras impressões quanto ao estado dos prédios:

O estado físico era bastante assustador (...), mas, ao mesmo tempo que tinha toda essa questão estrutural delicada, tinha um encantamento pela concepção arquitetônica mesmo, né (João Felipe Wallig, Território e Memória).

Ao longo do processo, ao mesmo tempo que gestores como João Felipe Wallig almejavam construir aspectos intangíveis ao espaço, também desenrolava a preocupação

com a forma como seria aproveitada a estrutura e as concepções que atualmente caracterizam o Vila Flores. Para ele, foi necessário elencar premissas e um passo-a-passo quanto à restauração dos prédios, sem comprometer a essência que se buscava no projeto. Em seus depoimentos, João Felipe Wallig e Aline Bueno narram sobre o aspecto estrutural dos prédios e a possibilidade de aproveitar esse cenário para criação de diferentes possibilidades ao espaço.

Até nesse momento não existia Vila Flores, não existiam pessoas aqui que faziam o Vila Flores, só existiam os prédios com as diretrizes (...). Número um foi o restauro externo de fachadas e de elementos internos com importância pela vitalidade do conjunto e do entorno, né, (...) que isso pudesse ter uma vida contínua (...) que não fosse algo somente comercial, ou algo somente cultural ou habitacional. E promover atividade cultural, né, que o térreo fosse uma extensão da rua, que é bastante sugerido pela arquitetura original., né. Isso é uma sugestão da concepção (João Felipe Wallig, Território e Memória).

Esses imóveis aqui, então, eles estavam desocupados e tinha, nossa, umas escoras para as sacadinhas não caírem. Realmente, o lugar tava... apesar de tá nesse estado, pra nós, incrível, porque nos dava liberdade total para criar né (Aline Bueno, Território e Memória).

O escritório de arquitetura Goma Oficina, responsável pela elaboração do projeto de reforma do complexo arquitetônico Vila Flores, contou com a participação de parceiros e residentes do Vila Flores, denominados gentilmente como vilienses na construção de ações no espaço. Por exemplo, a Ong Mulher em Construção, residente do Vila Flores, capacita mulheres em situação de vulnerabilidade para trabalhar na construção civil, também contribuiu com a execução das obras. Outro ator importante no processo de intervenção do Vila Flores foi a Prefeitura de Porto Alegre. Durante uma visita ao Vila Flores, uma de suas representantes em uma conversa informal mencionou sobre a importância da gestão municipal na participação na reestruturação predial quando doou as peças de paralelepípedo para colocação no térreo.

Outra forma de ação que contribuiu para a reestruturação do espaço foi a organização de eventos. Um movimento específico foi a realização do mutirão em dezembro de 2012, onde, com a ajuda da comunidade, foram feitas pinturas e artes de grafite pelos prédios em reformas. Aline Bueno afirmou que esse movimento foi “o embrião do que seria o Vila Flores”. A ilustração (figura 5) feita por Lauro Rocha e

Fernando Banzi mostra, de forma cronológica e ilustrativa, as intervenções feitas sobre o complexo do Vila Flores ao longo de sua história.

Sobre a concepção do projeto, João Felipe Wallig, arquiteto da Goma Oficina e responsável pela condução do planejamento da reforma reconhece a particularidade na condição da reestruturação do Vila Flores. O arquiteto sustenta que o Vila Flores é um processo arquitetônico, ao invés de um projeto arquitetônico.

Na Goma a gente chama esse projeto de um processo arquitetônico e não de um projeto arquitetônico, né. Já são, sei lá, cinco projetos que foram feitos a partir desses indícios, né, dessa mutação orgânica que ela acontece e ela é embasada no uso, né. Ainda falta bastante coisa pra gente atingir o ideal de projeto arquitetônico. Esse ideal de projeto arquitetônico, apesar de as diretrizes serem básicas, os desenhos mudaram muito (João Felipe Wallig, Território e Memória).

Os gestores do Vila Flores, a partir de 2012, conduziram o processo de transformação do espaço para uma nova concepção de uso. Com isso, a partir das suas ideias iniciais, foi desenvolvido pela associação responsável na gestão do espaço um passo-a-passo de atividades que deveriam ser seguidas para que o projeto alcançasse seu objetivo. Em seu site, as transformações no espaço passaram por questões descritas como:

(...)fomentar a diversidade de usos para a vitalidade do conjunto e do entorno; sanar questões estruturais das edificações; restaurar fachadas e elementos originais (pisos, revestimentos de parede, portas, janelas etc); possibilitar a acessibilidade universal à maior parte do conjunto e organizar os acessos ao edifício; realizar novas instalações conforme as demandas contemporâneas (rede hidráulica, elétrica, ar condicionado e afins); aplicar sistemas de eficiência energética e aproveitamento de recursos naturais (ACVF, 2022).

Wallig (2015) argumenta que a concepção de restauração precisava estar de acordo com as demandas contemporâneas onde a palavra era criar uma sensação de pertencimento contínuo para valorizar a vitalidade do conjunto e do entorno. Em seu entendimento, foi preciso compreender as características dos espaços e, assim, pensar como transformá-los futuramente. A preocupação da gestão se concentra em não rotular os seus espaços apenas para as mesmas atividades:

O térreo de um dos prédios já previa o uso comercial e o galpão que era uma atividade, um galpão multiuso, né. Ele inicialmente foi concebido como uma cavalaria, uma estrebaria, um lugar pra guardar cavalos. (...) Então, existem apartamentos de três quartos, apartamentos de dois quartos, apartamentos de

um quarto e um sótão onde são, existem apartamentos menores e que, os indícios que a gente vê, pelas plantas e pelos registros que a gente tem, eram espaços mais compartilhados, né (João Felipe Wallig, Território e Memória).

Hoje, por exemplo, o complexo Vila Flores abriga atividades com diferentes fins. No térreo existem galerias com ateliês e lojas; no galpão se instala um café e restaurante; no salão de exposições e na sala de eventos são realizados eventos e exposições; e nos edifícios, hoje reformados e adaptados às demandas contemporâneas, abrigam escritórios e salas comerciais. Esses espaços, reestruturados e reformados, são alugados pela a gestão do Vila Flores. Já no momento das intervenções também houve a participação de residentes que ainda hoje estão no complexo, como o Estúdio Híbrido. Marcelo Monteiro fala sobre o momento das reformas iniciadas em 2012, quando afirma:

(...)e fazer toda a reforma, o Vila Flores deu uma infraestrutura básica de elétrica e hidráulica e a gente fez todo o resto (...) Três meses nessa reforma, deixando o estúdio a nossa cara (Marcelo Monteiro, Estúdio Híbrido).

Os gestores do Vila Flores reconhecem a contribuição dos residentes no processo de reforma do complexo arquitetônico. Aline Bueno reforça que além da participação das iniciativas de acordo com as propostas do Vila Flores, também houveram movimentos de cooperação para a transformação física do espaço. Nesse sentido, a gestora de projetos desenvolveu eventos pelo Vila Flores com objetivo de acelerar o processo de transformação dos espaços.

Em dezembro de 2012, a gente fez o primeiro mutirão, que foi muito do embrião do que viria ser o Vila Flores (...). O Vila não seria o Vila sem os vilienses. É crucial, fundamental e essencial o papel deles, não só pela questão de conceitualização, a parte intangível do que é o Vila Flores hoje, mas também pela questão estrutural, de infraestrutura mesmo (...) pegar um espaço zerado, né, eu acho que não era nem zerado, era menos, (risos), porque, né, nem parede direito tinha nos espaços, mas o mais legal era quando eles conseguiam fazer por eles mesmos, assim, né. O Matchackers, eles mesmos instalaram o piso, o Híbrido que montou todo o seu espaço (Aline Bueno, Território e Memória).

Figura 6: Linha do Tempo das Intervenções sobre o Vila Flores



Fonte: Lauro Rocha e Fernando Banzi

A conduta dos proprietários do Vila Flores no processo de reestruturação do complexo (figura 6) utilizou como premissa aproveitar o imóvel e sua capacidade a fim de potencializar seus projetos. De início, os irmãos Wallig buscavam posicionar o Vila Flores de forma avessa aos avanços da gestão urbana do 4º Distrito associada à especulação imobiliária. Para os gestores, se contrapor a esse processo significava preservar a estrutura nativa e transformar a vitalidade do espaço. João Felipe Wallig explora esse movimento ao afirmar em seu texto:

(...) quando começamos a pensar em reformar esse antigo imóvel, inteiramente degradado, podíamos prever o potencial do projeto, mas não ousávamos sonhar com tantos desdobramentos que a empreitada traria para nossas vidas e para a cidade (...) compreendemos que um projeto de preservação e readequação do uso dos edifícios teria uma importância irradiadora para uma região que precisava recuperar sua vitalidade e ressignificar seus inúmeros espaços vazios para voltar a ser uma área econômica e culturalmente ativa e, por consequência, mais segura e atraente para a cidade (WALLIG, 2015, p.1).

Um elemento importante nesse movimento de ampliação das atividades na região do Vila Flores foi a expansão de atividades comerciais e de negócios. Harvey (2005) nos mostra como esse tipo de planejamento direciona o funcionamento das cidades a favor dos critérios do sistema capitalista de produção. João Wallig demonstra preocupação quanto à relação das atividades propostas por ele e o avanço demasiado de projetos intervencionistas urbanos instalados nas grandes cidades nos últimos anos.

Há aspectos positivos e negativos nessas revitalizações urbanas: positivos, pela valorização de pequenos empreendedores e artistas locais, também pela reutilização de estruturas arquitetônicas saudáveis subutilizadas; negativos, por certos processos avançados de "revitalização" acelerarem processos de gentrificação e especulação imobiliária (WALLIG, 2015, p.1).

Assim, compreender a trajetória e história do complexo Vila Flores no 4º Distrito permite a melhor análise da nova concepção do projeto que visa fomentar atividades

relacionadas à economia criativa. Suas características físicas, em conjunto com a dinâmica espacial na região, impactam não só as atividades do entorno, mas também na produção dos atores que se encontram nesse cenário de expansão de novas atividades econômicas. Sendo assim, é preciso avaliar com cuidado as ações, tanto do Vila Flores como daqueles que estão imersos em seu espaço, para melhor sintetizar seu impacto no avanço do empreendedorismo urbano na cidade de Porto Alegre.

4.2 A economia criativa como sustentação para as ações do Vila Flores

Em produções acadêmicas que o Vila Flores é objeto de pesquisa, há um consenso: o cenário de sua criação é a economia criativa. Edelweiss, Portal e Donatti (2019) afirma, a partir das suas considerações, que os idealizadores do projeto utilizaram dessa proposta para ocupação do espaço. Em seu website institucional, o Vila Flores se define como um projeto que fomenta atividades relacionadas a economia criativa. Inclusive, além de colocar como um projeto que busca fomentar a criatividade, ele se descreve como sendo uma “comunidade criativa que atua em rede e experimenta novas relações e práticas de trabalho e convívio, fomentando atividades culturais, educativas e de inovação social” (VILA FLORES, 2022). Na série “Comunidades Possíveis”, Aline faz ponderações sobre esse assunto, comparando o cotidiano do espaço a dinâmica das cidades:

(...) eu sempre pensei o Vila como quase uma minicidade (...) o Vila Flores deveria levar mais a sério ainda isso de ele ser mais que o espaço físico, porque as coisas, elas se deterioram, as coisas elas tendem a desaparecer com o tempo, mas as relações também tende a ser mais duradouras, né.

O Vila Flores se assume como um espaço com uma lógica de concepção de uso diferente às existentes na região do 4º Distrito. Os documentários descrevem que foi a partir de 2012 que os responsáveis pela sua estruturação desenvolveram um passo-a-passo das atividades que deveriam ser seguidas para que o projeto alcançasse seu objetivo. Em seu site, as transformações no espaço passaram por questões como:

(...)fomentar a diversidade de usos para a vitalidade do conjunto e do entorno; sanar questões estruturais das edificações; restaurar fachadas e elementos originais (pisos, revestimentos de parede, portas, janelas, etc.); possibilitar a acessibilidade universal à maior parte do conjunto e organizar os acessos ao edifício; realizar novas instalações conforme as demandas contemporâneas (rede hidráulica, elétrica, ar condicionado e afins); aplicar sistemas de eficiência energética e aproveitamento de recursos naturais (ACVF, 2022).

Os responsáveis pelo desenvolvimento do projeto Vila Flores, além de mostrarem preocupação quanto aos impactos sobre a estrutura física, buscavam alinhar suas mudanças a possibilidade de transformar o espaço em um equipamento capaz de associar atividades culturais e comerciais a coletividade em um espaço multifuncional. Essa ideia de entender o complexo Vila Flores como um espaço multifuncional amplifica os argumentos quanto a sua capacidade de absorver a comunidade do seu entorno e suas ações para além dos muros do espaço.

O principal idealizador do projeto Vila Flores, João Wallig pontua que sua principal preocupação era a concepção subjetiva do projeto. Em sua fala no Território e Memória, o patriarca da família Wallig expõe sua ambição em transformar o complexo em um equipamento imerso ao universo da economia criativa. O período que o Vila Flores foi pensado coincide com avanço do desenvolvimento da economia criativa a partir das discussões desenvolvidas pela Secretaria de Economia Criativa (REIS, 2008). Segundo a percepção de João Wallig, sua construção se relaciona com o momento do país a qual se buscava construir alternativas e soluções para novas formas de produção de riqueza através da cultura e criatividade (BRASIL, 2012).

Logo de início, o Vila Flores se posicionava como um projeto com capacidade de impacto em setores econômicos que entendem a criatividade como elemento central para o desenvolvimento socioeconômico da região. A partir das contribuições de Rubim (2019), o Vila Flores se visualiza como um elemento presente nas esferas da vida social utilizando-se da interface da dimensão econômica da cultura na construção de impactos sobre os mercados, as indústrias e produção de tecnologia na cidade de Porto Alegre. Porém, também é razoável considerar que essa condução acompanha o encaixe das cidades criativas.

A primeira frase que remete ao Vila Flores quando se pesquisa informações em seu website²⁴ é: “somos uma comunidade criativa que experimenta novas relações e práticas de trabalho e convívio, fomentando atividades culturais, educativas e de inovação social”. O espaço Vila Flores e a sua condução impactam as relações interpessoais e o desenvolvimento do lugar e seu entorno. Por exemplo, algumas iniciativas, com características e finalidades que não se enquadram às clássicas corporações capitalistas utilizam a proposta do lugar para impactar suas atividades.

²⁴ Ver em: <http://vilaflores.org/>

O projeto Vila Flores se auto denomina como um equipamento cultural capaz de contribuir para o desenvolvimento social da região. De fato, é possível imaginar que seus projetos consideram a cultura como um elemento a favor do desenvolvimento humano. Como Canedo (2009) desenvolve em seu trabalho, um dos aspectos sobre a cultura é seu caráter de enfrentamento aos problemas sociais na vida cotidiana. Nos documentários são explorados os projetos sociais produzidos pela Associação junto à população local.

A construção do Vila Flores como um projeto pautado pela economia criativa ocorre a partir das inquietações dos herdeiros Wallig quanto ao seu propósito junto à comunidade. Wallig e Pena (2016) afirmam que o projeto se aproveitou da natureza dos prédios, como sendo um espaço compartilhado, para o desenvolvimento de atividades colaborativas. Edelweiss, Porta e Donatti (2019, p.50) compartilha da mesma ideia quando diz que o “Vila Flores é um projeto não convencional, realizado em etapas e aberto à participação da comunidade”. E, na concepção do projeto, Wallig e Sielski argumentam que (2013, p.1):

A nova geração de proprietários está promovendo a reabilitação do conjunto e prevê junto à comunidade do local, artistas e coletivos da cidade a readequação do seu uso como um espaço cultural, núcleo de práticas colaborativas relacionadas à economia criativa, no intuito de contribuir para a revitalização cultural do 4º Distrito.

O projeto vem sendo desenhado de maneira processual e colaborativa, desde 2011, quando o conjunto arquitetônico foi aberto para a comunidade com a intenção de tornar-se um centro de cultura, educação e economia criativa.

Em seus relatos, os responsáveis pelo desenvolvimento do projeto Vila Flores, além de mostrarem preocupação quanto aos impactos sobre a estrutura física, buscavam alinhar suas mudanças a possibilidade de transformar o espaço em um equipamento que alinha atividades culturais e comerciais. Essa multifuncionalidade do espaço, na realidade, significa o processo de absorção dos interesses da classe econômica que entendem a cultura como fator inserido no sistema econômico e social (GAMEIRO; TOMETICH E SILVA, 2015). João Felipe Wallig associa essa característica a ideia do espaço sempre se comportar como um experimento:

O Vila realmente é um experimento, o que seria super interessante e o futuro que eu vislumbro é que ele continue sendo um experimento, né. Que ele possa fazer essas experiências, possa ter a possibilidade de continuar experimentando e principalmente nas áreas que ele se propõe, que é educação, economia criativa, cultura e arte (João Felipe Wallig, Território e Memória).

É inegável a influência da economia criativa na agenda de políticas públicas e na dinâmica da nova economia pautada em serviços e, conseqüentemente, em projetos estruturados a partir da noção de cultura. Esse movimento se enquadra nas ponderações que Canedo (2009) faz quanto a multiplicidade de interpretações e usos da cultura em obras e práticas da arte, atividade intelectual e entretenimento e no desenvolvimento humano. É nesse cenário que o Vila Flores justifica o impacto do projeto junto à sociedade quanto utiliza a cultura como instrumento capaz de propor desenvolvimento socioeconômico em seu entorno. Para aprofundar a sua análise, é preciso considerar como a comunidade visualiza o Vila Flores na cidade de Porto Alegre.

O Vila Flores, segundo o conteúdo dos documentários e análise de reportagens, abriga vileiros que, em sua maioria, são empresas associadas ao setor econômico da economia criativa. Suas atividades estão designadas a expansão das indústrias criativas que, segundo Bendassoli et al (2008) centraliza a criatividade a dimensão essencial dos seus negócios. Sua produção consiste na construção de “produtos tangíveis e serviços intelectuais ou artísticos intangíveis com conteúdo criativo, valor econômico e objetivos de mercado” (UNCTAD, 2012, p. 6). Nesse sentido, as atividades do Vila Flores estão associadas a produção que estrutura a economia criativa como modelo socioeconômico.

Antônia Wallig, no documentário “Território e Memória” conta que a Associação Cultural Vila Flores, criada em 2014, é responsável pela gestão dos espaços coletivos e pela programação e desenvolvimento de ações culturais para cidade de Porto Alegre. Estruturada com objetivo de se consolidar como organização sem fins lucrativos, no site institucional ela é descrita como “responsável pela programação cultural e pela articulação de parcerias para o desenvolvimento de iniciativas de viés social, cultural e educativo entre a comunidade do Vila Flores e as diferentes esferas da sociedade” (VILA FLORES, 2022).

Na pesquisa que Meira, Costa e Icaza (2016) desenvolvem sobre o projeto, os autores afirmam que a organização tem como logomarca “cultura, ensino e negócios” (MEIRA; COSTA; ICAZA, 2016). Essa perspectiva reafirma a posição que o Vila Flores almeja alcançar desde o seu início junto à sociedade, junto a movimentação das iniciativas que são parceiras do projeto. Joao Felipe Wallig e Vitor Pena (2016, p. 1) afirmam ao afirmar sobre o papel da Associação nesse processo de institucionalização do Vila Flores:

Associação Cultural Vila Flores nasceu em 2014, quando o complexo começou a acolher iniciativas de pequenos empreendedores e artistas que desenvolvem

atividades próprias de sua área de atuação e que, além de gerir o espaço coletivamente, desenvolvem projetos compartilhados que promovem a interação e diálogo entre as diferentes áreas do conhecimento.

A Associação Cultural Vila Flores - ACVF (2022) afirma que há mais de quarenta iniciativas que representam diferentes áreas do conhecimento e mais de cem empreendedores inseridos ao contexto do Vila Flores. Ela enfatiza que seus eixos de atuação (quadro 9) tem como base quatro pilares: Arte e Cultura, Arquitetura e Urbanismo, Educação e Empreendedorismo Social e Criativo. Em sua visão é necessário para ocupar o espaço compartilhar a “visão de mundo colaborativa, humana e sustentável” (VILA FLORES, 2022). Ainda segundo a ACVF, a atuação dos vileiros (figura 7) se enquadra nas artes e cultura, sustentabilidade, moda, arquitetura, educação, inovação social, tecnologia, comunicação e gastronomia. De fato, a maioria dos entrevistados que foram selecionados nos vídeos analisados se relacionam com a lógica de funcionamento que a associação faz questão de enfatizar.

Quadro 9: Os Pilares de Atuação da ACVF

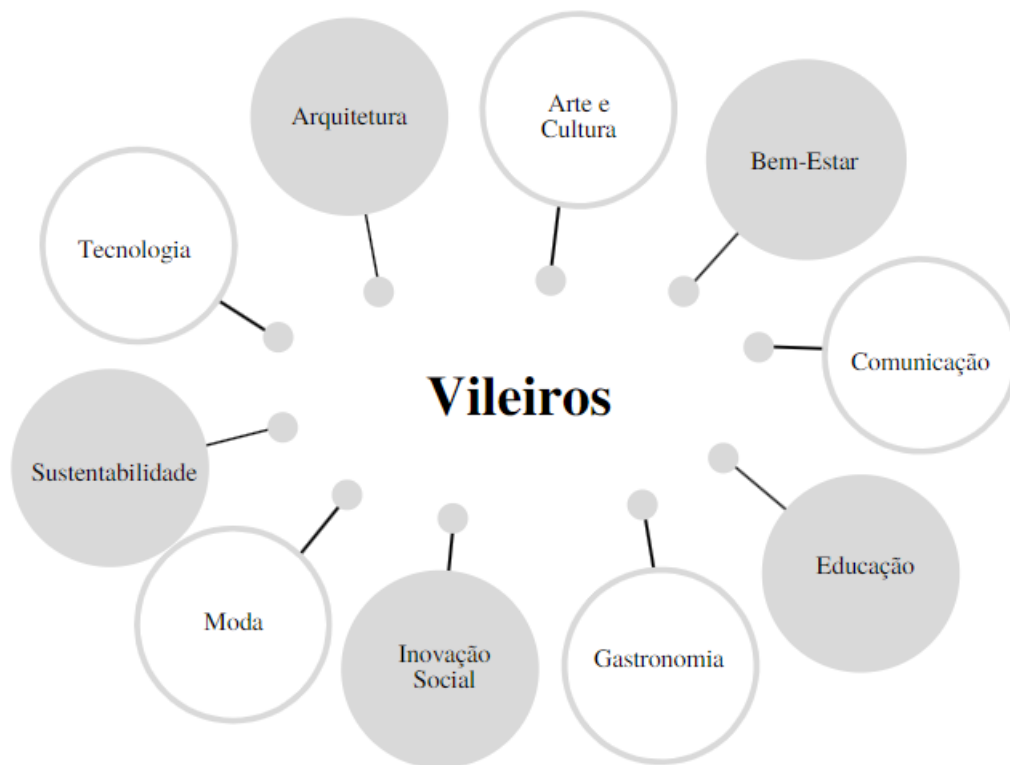
Arte e Cultura	Artes Visuais, Artes Cênicas, Audiovisual e Música.
	Atividades socioculturais, alicerçadas ao compromisso com o acesso democrático às diferentes experiências artísticas e direcionadas a todo o tipo de público
	Realiza e recebe espetáculos, exposições, debates, apresentações e eventos em geral.
Educação	Projetos educativos para crianças, adolescentes, adultos e idosos.
	Realização de cursos, oficinas, seminários e encontros que visem a troca de conhecimento, a transdisciplinaridade e o compartilhamento de experiências
	Promover o desenvolvimento humano e profissional dos indivíduos e coletivos.
Empreendedorismo	Incentivo aos produtores locais e organizações que fazem a conexão entre empreendimentos criativos, sociais e colaborativos.
	Espaço de trabalho e troca de experiências sobre formas inovadoras e sustentáveis de empreender.
Arquitetura e Urbanismo	Preservação e valorização do patrimônio histórico e arquitetônico.
	Fomento ao debate sobre questões urbanas e promoção de atividades para a concretização de projetos que buscam a melhoria da vida na cidade

Fonte: elaborado por mim, baseado em <http://vilaflores.org>

Para compreender a dinâmica que envolve a Associação Cultural Vila Flores e as iniciativas junto à comunidade local se faz indispensável dar voz para aqueles que ocupam o complexo arquitetônico. A maior concentração de pessoas que preenchem o Vila Flores está ligada as iniciativas que utilizam o espaço como local de trabalho. Esse movimento responde a expansão das atividades relacionadas a indústria criativa no Brasil junto ao

movimento ao fomento da Secretaria de Economia Criativa (BRASIL, 2013). Como mostra em seu site institucional, são mais de cem iniciativas que utilizam o espaço e a filosofia do projeto como local que fomenta suas atividades.

Figura 7: Eixos de Atuação dos Vileiros no Vila Flores



Fonte: elaborado pela autora baseado em <http://vilaflores.org.br>

Na fala de integrantes das iniciativas vinculadas ao Vila Flores há um consenso quanto a relação vileiros *versus* Vila Flores: a capacidade que a dinâmica criada possui em alimentar a geração de novos negócios. A maioria dos relatos nos web documentários, para ambos os lados, dão ênfase a necessidade de construção de relações de interação e colaboração que impactam tanto os atores internos como a comunidade externa. É verdade que esse cenário é alimentado pelos gestores do Vila Flores, mas isso pode ser explicado a partir da interpretação feita pela SEC naquele momento que considerava a economia criativa como um modelo socioeconômico que propõe a inclusão social e o desenvolvimento local e regional baseados na economia cooperativa e solidária (MINC, 2011).

Antes de explorar as falas dos vileiros e de atores externos que participam na dinâmica do Vila Flores, é preciso considerar o pensamento que os gestores do projeto

possuem quanto a consequência dessas relações. Há um consenso entre aqueles que participaram e ainda participam do projeto em evidenciar a necessidade de convergir a intenção do espaço com as expectativas do seu público-alvo. Nas falas abaixo de Aline Bueno e Antônia Wallig, as gestoras expõem a inquietação em transformar o espaço, aproveitando a ascensão das discussões sobre economia criativa a partir dos anos 2010.

Em 2012 quando não tinha nada disso aqui. A gente tinha, claro, a estrutura física, mas não essas plantas, não essas cores e toda essa arte, era assim... imagina tu chegar num lugar em que tudo era possível (Aline Bueno, Comunidades Possíveis).

O Vila Flores nasceu de um encontro com esse lugar, com esses prédios e com a história desses prédios e desse lugar que nos fez sonhar com um espaço de convívio, de arte e cultura, de educação, de preservação desse patrimônio arquitetônico, histórico-cultural e da vontade de um viver mais coletivo, mais colaborativo, um laboratório de práticas que nos permitisse, em coletivo, sonhar com outras formas de viver, com outras maneiras de pensar nossas relações de trabalho, de convívio, de relação com a cidade (Antônia Wallig, Comunidades Possíveis).

A participação dos atores ao longo dos web documentários tem como propósito relatar como as atribuições do Vila Flores impactam na realização de suas atividades. Nos vídeos fica evidente o alinhamento dos discursos, tanto de gestores do projeto como das iniciativas. Em sua maioria, as falas são engajadas pelas ideias de compartilhamento, interação e relação em redes. Nos trechos selecionados abaixo, elenquei três discursos, de participantes distintos, que reforçam a análise de Meira, Costa e Icaza (2016) quanto ao projeto onde enfatizam os eixos de atuação, tanto das iniciativas quanto das dinâmicas do projeto, alinhados a dinâmica de expansão da economia criativa, inclusive sobre a cidade de Porto Alegre.

Aqui a gente vê muito essa, experimentação de colaboração, de compartilhamento, de interação, de relações, de construir relações potentes, né... de poder construir produtos junto com outras iniciativas, né? (Liz Unikowski, Comunidades Possíveis)

Quando a gente pensa numa economia circular, e num espaço que é compartilhado, eu acho que a gente também tem que conhecer as outras pessoas e ver de que forma agregar esses conhecimentos. (Ju Napp, Comunidades Possíveis)

O Vila realmente me ajudou, me catalisou, ele potencializou essa interação, essa facilidade de comunicação entre as, as iniciativas (...) e eu acho que o

Gravura na Tulipa existe hoje, ele vem crescendo, por conta desse ecossistema mesmo (Fernando Soares, Território e Memória).

A fim de manter a coerência do enredo dos vídeos, principalmente no projeto “Caminhos Possíveis”, há participação de atores que estão vinculados a outras iniciativas e projetos que buscam ressaltar a importância da atuação do Vila Flores em seus projetos. Dentre aqueles que foram entrevistados, há representantes de diferentes fins, desde projetos sociais, trabalhadoras do sexo à assentamentos urbanos. Em suas falas, os participantes reforçam a importância de relacionar suas atividades as propostas da ACVF, por exemplo, a fim de impactar suas atividades fins. A gestora do Ksa Rosa, por exemplo, reforça que sua relação possibilita as pessoas que consomem o Vila conhecer o projeto e sua atuação junto à sociedade

O Vila Flores, até então, é o projeto onde a gente presta serviço, faz a coleta. Aquele público não vem na casa, nem pra comprar nossas plantas, nem pra trazer, né, um material que ele tenha consciência e queira descartar correto, porque ele não sabe. E é a partir do Vila e dessa parceria que isso tornou viável, né... As pessoas que não conheciam a Ksa, tá conhecendo (Maristoni Lima, Comunidades Possíveis).

Outra participação que chama atenção nos vídeos do “Comunidades Possíveis” é a representante do Assentamento 20 de Novembro. Elis Regina reforça que a relação com o Vila Flores é de parceria, onde sua atuação contribui para qualificação das pessoas que moram no prédio próximo ao complexo. A sua fala especifica a contribuição do Vila Flores e da Ong Mulheres em Construção na habilitação de mulheres para atuação no setor da construção civil.

Tem uma relação muito de parceria com o Vila Flores, um espaço que a gente acha que é legal, que é ideal e que consegue ainda, além de fazer todo o trabalho que eles fazem, consegue tá com a gente nessa parceria, nessa coisa de sonhar, de tomara que dê certo, de, sabe? Vamo lá, gurias! (...) teve o das mulheres, que foi esse curso, teve da hidráulica e da pintura, mas tem mais do o que isso de relação da 20 de Novembro com o Vila Flores, sabe? Porque é uma relação de parceria que eu não sei como foi construída. Eu acho que, que daqui a pouco são as energias, né, o tipo de sonho, o tipo de... né? É, fecha muito assim com a gente né? (Elis Regina, Caminhos Possíveis)

No cenário de consolidação das atividades do Vila Flores há atores que, antes mesmo da concepção do projeto, já existem e participam até hoje das dinâmicas da região, como as trabalhadoras do sexo. A artista Priscila Fróes comenta sobre uma ocasião onde

a dinâmica dessas mulheres foi impactada pela ação do Vila Flores nas ruas em seu entorno. A fala dela é indispensável pois ajuda compreender que o impacto das ações da Associação não se limita aos seus eixos de atuação, o projeto precisa considerar os atores que, não necessariamente, se encaixam no escopo do setor da indústria criativa.

Eu trabalho com provocações, (risos) né, e por coincidência acabou se tornando arte urbana, né, que é o espaço que eu me inseri. Minha primeira ação, na realidade, foi aqui no entorno do 4 Distrito, em especial na São Carlos que houve um evento e aí bloquearam a rua e isso acabou atrapalhando o espaço de trabalho das trabalhadoras sexuais aqui da região, né? (...) o Vila realmente veio querer conversar, e aí nos marcamos uma reunião e explicamos o que estava acontecendo e nos acertamos que os eventos não bloqueariam mais as ruas. Isso de fato é democracia, né? É de fato tu se importar com o espaço em que tu tá inserido, né... Seja com as trabalhadoras sexuais, seja com os catadores de papel, né, de latinha que tem aqui pela região (Priscila Fróes, Comunidades Possíveis).

A conjuntura da economia criativa em Porto Alegre, a partir dos anos 2010, atua como um elo que impacta tanto projetos e iniciativas sociais, como o fomento de atividades que possibilitam a acumulação e concentração de capital. O Vila Flores e os vileiros, nesse contexto, têm como incumbência ampliar e fortalecer as ações dos setores da economia criativa a favor das relações capitalistas. É possível afirmar que o projeto ressalta a cultura, conforme a afirmação de Canedo (2009), como um instrumento capaz de propor desenvolvimento político e social? Sim. Mas isso significa que seja sua principal função? Não.

Todas as iniciativas que habitam o Vila Flores e que são produzidas pela associação não necessariamente impactam a realidade social do 4º Distrito. Como um projeto imerso ao capitalismo, seus eixos de atuação junto à comunidade são mais abrangentes que a definição feita pela Associação Cultural. Por exemplo, produzir ações que se encaixam na economia criativa não significa produção de ações de real impacto social. Pelo contrário, a economia criativa como um modelo de acumulação onde capitaliza a cultura e a criatividade, se enquadra naquilo que Dardot e Laval (2018) desenvolve como um elemento racional capitalista.

Por fim, não é coincidência o caminho escolhido pelos responsáveis da ACVF ao atrelar o Vila Flores as novas dinâmicas pós indústria fordista. Na realidade, a sua estruturação parte de um contexto amplo que busca a transformação dos espaços urbanos

com ascensão de políticas públicas e privadas que buscam romper com as dinâmicas clássicas de desenvolvimento (MINC, 2011). Com isso, o Vila Flores e seus vilienses são atores que se aproveitam da ascensão da economia criativa no Brasil para reforçar a nova lógica capitalista, baseada na tecnologia, criatividade, empreendedorismo e inovação.

4.3 O impacto do Vila Flores no desenvolvimento do empreendedorismo urbano no 4º Distrito de Porto Alegre

No cenário em que o Vila Flores está inserido, faz-se necessário sempre situá-lo no contexto do cotidiano do 4º Distrito de Porto Alegre. Inclusive, há especificidades do projeto que dificultam sua dissociação ao cotidiano do 4º Distrito de Porto Alegre. Em reportagens, palestras e pesquisas que discutem sobre o projeto Vila Flores, dificilmente a região do 4º Distrito de Porto Alegre não é contextualizada. Não por acaso, a fala dos gestores do projeto nos web documentários ressaltam a importância do ambiente no planejamento de suas ações e projetos, mas, ao mesmo tempo, são inúmeras ponderações quanto ao alcance e os impactos das intervenções sobre a antiga zona industrial. Por isso, esse capítulo busca abordar as ações que contemplam a localidade do Vila Flores.

A participação dos convidados ao dar depoimentos nos documentários busca enfatizar que existe uma solidez entre o Vila Flores e 4º Distrito de Porto Alegre. Na maioria das afirmações, há um movimento de insistência dos participantes em ressaltar que as ações do Vila Flores estão alinhadas aos projetos de transformação econômica e social para a comunidade e região. Inclusive, o título (Caminhos Possíveis) tem como intenção associar as ações do projeto ao movimento de sustentação de novas comunidades que podem impactar tanto a localidade como a cidade de Porto Alegre. A fala da Antônia Wallig, gestora do projeto, considera um desafio a construção da relação do Vila Flores com seu entorno:

Eu acho que esse sempre foi um dos maiores desafios, que foi entregar esse novo projeto que chegou no bairro Floresta, no 4º Distrito com a região e vice-versa, também, né? Esse respirar constante entre dentro e fora e essa permeabilidade e interação com outras iniciativas e coletivos e movimentos dessa região, né? (Antônia Wallig, Comunidades Possíveis)

A insistência dos gestores em associar o Vila Flores a construção de projetos que visam a transformação urbana também ignora as mudanças na estrutura urbana de Porto

Alegre nas últimas décadas que respondem ao que Rolnik (1995) afirma como a produção do espaço a favor das funções do mercado. As iniciativas, ainda que busquem favorecer a implementação de ações sociais, suas produções respondem a acumulação do capital e, conseqüentemente, ao empreendedorismo urbano. Com isso, o 4º Distrito, por exemplo, se consolida como a “menina dos olhos” para setores que implementam negócios com potencial cultural, turístico, gastronômico ou tecnológico (ZIMMERMANN, 2019). Inevitavelmente, o Vila Flores é um elemento dentro do contexto de ascensão do empreendedorismo nas dinâmicas de território.

O que se observa é a contradição do projeto Vila Flores, com discursos que se apresentam em posição de enfrentamento ao modo de produção capitalista do espaço, mas as ações reforçam ideia de reprodução das relações capitalistas na ocupação do espaço urbano. O conteúdo dos vídeos, obviamente, explicita a relevância das iniciativas e, até mesmo daquelas produzidas pelos vileiros, ao questionar a situação do seu entorno. Mas, mesmo que a intenção dos vídeos seja prestigiar as iniciativas do projeto, avaliando o cotidiano da região, na verdade eles fortalecem a posição do Vila Flores como um intermediário que facilita ações de iniciativas sociais para atuar na região. Nesse sentido, as ações sociais onde o Vila Flores se apresenta, na verdade, reforçam mais a função de viabilizar e legitimar projetos de intervenção urbana na linha do empreendedorismo urbano do que efetivamente produzir algum tipo de transformação social de caráter emancipatório.

O Vila Flores é um canal que, a partir da lógica de mercado da economia criativa, viabiliza a reprodução do capital cultural e criativo. Uma estratégia discursiva que contribui com esse processo é a sua caracterização como um projeto de cooperação e compartilhamento que estimula a comunidade local. Isto fica claro a partir da fala de João Felipe Wallig quando o gestor ressalta a importância de coexistir na cidade, mas sem uma proposição de ações efetivas de inclusão.

Como é que a gente coexiste nessa cidade... É, então a gente tem que aprender a se comunicar também. as vezes é como uma imagem, como uma ação, com uma feira de rua ou trazer uma, o pessoal da vila santa Terezinha pra fazer uma atividade aqui... Levar o pessoal pra fazer uma atividade lá pra falar: Olha, apesar de serem realidades tão diferentes, a gente tá dividindo um território, a gente tem uma possibilidade de coexistir. E, acho que isso tá dentro dos eixos do Vila, também, né, como inovação social, né, estratégias pra gente se

desenvolver conjuntamente o grupo, apesar das diferenças sociais e econômicas
(João Felipe Wallig, Comunidades Possíveis)

Uma forma de reiterar essa postura do Vila Flores é analisando sua participação em projetos sociais, principalmente de terceiros. Em ambos web documentários, representantes de iniciativas sociais como o Assentamento 20 de Novembro, Ksa Rosa e Centro Social Marista reforçam, mesmo que indiretamente, a posição de coadjuvante do projeto Vila Flores em suas ações. Projetos como o “Skate na Vila”, desenvolvidos a partir de parcerias entre a ACVF e o Centro Social Marista é um exemplo que reflete sobre sua conduta. Irmão Miguel, responsável pelo projeto social desenvolvido pelo Marista comenta sobre a verdadeira imersão do Vila Flores em suas ações, sendo um potencial parceiro, ao invés de um ator chave no processo. Outro exemplo que ajuda a elucidar essa posição é seu envolvimento com as atividades da Ksa Rosa e Maristoni Lima ressalta sobre essa posição do Vila Flores.

Tem toda uma situação que socialmente se constrói de espaços. Determinado público pode frequentar determinados espaços, outro público não. E o pessoal daqui tava acostumado que eles só poderiam frequentar, por exemplo, espaços que vão além da farrapos, né? Da avenida farrapos que vão além da rodoviária. Se fosse pra comprar alguma coisa ou então se fosse pra pedir, pra buscar o lixo e etc. No momento que eles se deram conta que poderiam ir para outros espaços, assistir um teatro, ter uma aula diferente, poder construir com o pessoal, poder trocar ou, daqui a pouco, através, por exemplo, do Vila Flores, procurar um espaço fora, de stake, encontrar uma pista diferente. Isso aí começou a, obrigatoriamente, a dar uma outra, outro sentido, dá um outra ênfase e a gurizada começou a se sentir bem com isso. Isso aí começa a possibilitar uma mudança de, não só de olhar, mas de relacionamento, né. (Irmão Miguel, Comunidades Possíveis)

É muito bonito, é muito romântico a gente fazer oficina, tá sentada com as gurias ali, conseguir recurso de passagem pra que elas venham na Ksa, façam as bolça, façam a abayomi. Mas e como é que tu faz isso tudo acontecer, né? É com a solidariedade do parceiro, as pessoa comprometida na causa. Então, pra nós, foi fortificante assim, né? Essa aliança, com esse pacto cultural da região. (Maristoni Lima, Comunidades Possíveis)

Ainda que o Vila Flore auxilie em atividades junto à comunidade, é preciso enfatizar que sua principal função junto ao 4º Distrito é ser uma opção para aluguel de espaços para trabalho. Mesmo que passe despercebido, essa é a principal função do complexo arquitetônico. Ainda que não seja o destaque em seu site institucional, a

reestruturação do complexo Vila Flores tem como fim ofertar salas de aluguel para o público, principalmente relacionados a economia criativa. Em entrevista com Jorge Piquét, o responsável pela condução do Distrito C²⁵, o gestor enfatiza sobre a real função do Vila na cidade: “na verdade, qual é o negócio do Vila Flores? O negócio do Vila Flores é aluguel de espaços, né?”.

O Vila Flores como um complexo arquitetônicos reestruturado sob o cenário de intervenções a fim de suprir demandas no setor imobiliário se associa a conjuntura das cidades que são expostas sem comprometimento com a realidade concreta, mas com parcelas da sociedade que reproduzem desigualdades e privilégios (MARICATO, 2013). Ainda que os gestores, em suas falas, expusessem sobre a necessidade de preservar a estrutura inicial a favor da contribuição do patrimônio histórico da cidade, na realidade, o resultado da intervenção significa um novo espaço capaz de ofertar estrutura física para atividades de negócio na região. Uma gestora que representa a Associação Cultural do Vila Flores pondera sobre essa concepção do espaço.

A gestão do Vila é feita pelo núcleo imobiliário e a Associação Cultural Vila Flores que são um núcleo só, mas a gente trabalha integrado, mas os núcleos tem umas... atribuições diferentes, né? Como a gente tem as iniciativas que têm seus lugares de trabalho aqui uma parte da gestão do Vila se ocupa justamente desses aluguéis dos espaços dessa parte mais condominial do Villa né? A associação cultural cuida mais especificamente na gestão cultural do Vila. Então, os projetos, os eventos, a comunicação, as redes sociais... então tudo isso é a associação que faz. O imobiliário ele se relaciona mais com os vileiros, com as iniciativas como a gente chama, né? Então, sei lá, quando uma empresa, iniciativa é vir para cá o contato vai ser com o imobiliário, né? o imobiliário que vai passar essas informações, né? De contrato, de sala, assim, de tudo e como é que funciona a dinâmica do Vila (Gestora ACVF).

A partir da explanação feita pela gestora, não é novidade essa flutuação do Vila Flores sobre o que ele representa junto à sociedade. Suas ações, em parceria com organizações sociais, maquam o seu real propósito em ser um espaço comercial com objetivo de alugar salas para iniciativas que buscam mercantilizar a criatividade e a cultura? Talvez. Isso fica claro nos vídeos e pela fala da gestora? Não. Mas, é possível considerar que essa articulação se relaciona com a reflexão feita por Arantes (2013)

²⁵ Distrito C, segundo Jorge Piquét, é um polo de economia criativa, composto por artistas e empreendedores nos bairros Floresta, São Geraldo, Independência e Moinhos de Vento.

quando contextualiza a utilização da cultura mercantilizada a favor da reestruturação urbana e gentrificação dos espaços.

Nesse cenário de ascensão da indústria criativa no 4º Distrito de Porto Alegre, se faz necessário considerar a participação do Vila Flores no processo de produção capitalista do espaço. São inúmeras as manifestações por meios de comunicação que se colocam a favor de políticas de gestores que prezam pelo processo de revitalização da cidade associado a expansão de atividades de economia criativa. Inclusive, na fala das arquitetas do estúdio de arquitetura, elas comentam sobre a simpatia de um dos gestores do Vila Flores com a gestão atual da Prefeitura da Cidade de Porto Alegre, reconhecida por sua essência neoliberal. Esse processo dialoga com a reflexão de Harvey (2005) ao entender que os meios de comunicação podem atuar como agentes de controle e comando a favor da expansão do capital. É neste momento que a economia criativa pode ser associada a projetos de desenvolvimento urbano.

Mariana Barcellos (2021) em seu relato expõe que a chegada da indústria criativa em regiões com problemas estruturais estimula a busca de aluguéis mais baratos, espaços maiores e adaptáveis a seus negócios. Para ela, junto a isto, há intervenções artísticas sobre esses espaços que possibilitam a atração de novos consumidores. Isso significa que a revitalização associada à memória e ao patrimônio também responde ao processo de globalização e espetacularização da cidade (VAZ, 2004). A fala de Jorge Piquét ao contextualizar o processo de criação do Distrito C expõe a utilização da região do 4º Distrito como polo relacionado à economia criativa.

2012, 2013, se começou a se falar sobre o 4º Distrito, mas dentro de um conceito que pra mim tava errado, tá? Mas, inicialmente era porque “vamos levar a economia criativa para o 4º distrito porque o 4º Distrito, a economia criativa que vai ajudar o 4º Distrito”. Você sabe, é uma região antiga industrial, antigamente em Porto Alegre, cheia de problemas, esquecida totalmente, ninguém ia lá, não tinha nada, quase nada, uma coisa horrível. E aí as pessoas ficavam falando de levar a economia criativa. (Jorge Piquét, Distrito C)

Para esse dinamismo funcionar é relevante considerar que os processos de intervenção urbana sobre a região estudada em Porto Alegre contam com a participação de agentes que vão além da economia criativa. Agentes públicos, privados e, até mesmo, representantes do terceiro setor facilitam a imersão do empreendedorismo sobre a agenda de políticas urbanas na cidade a partir dos anos 2000. Dentre os exemplos mais

importantes sobre o 4º Distrito estão os atores que participam de parcerias público-privadas e empresas relacionadas ao setor do empreendedorismo, turismo e cultura. Há dezenas de relatos, trabalhos e reportagens que exploram a conjuntura da zona norte da cidade.

Recentemente, uma reportagem²⁶ publicada pelo canal de notícias eletrônicas G1, vinculada ao Grupo RBS, elucida sobre mais um, dentre tantos, planos de desenvolvimento para o 4º Distrito, elaborado pela Prefeitura da Cidade de Porto Alegre no ano de 2021. Inclusive, a fala do vice-prefeito Ricardo Gomes desconsidera a importância do tema ao não aprofundar como sua gestão municipal pretende conduzir a revitalização dos bairros a partir de novas diretrizes urbanas, obras e exploração do setor turístico. No entanto, um ponto que precisa ser considerado sobre esse andamento é a necessidade de aprovação da Câmara Municipal para que o mesmo possa seguir a diante.

Outro momento importante para esses processos urbanos consiste em fomentar o avanço de instituições financeiras globais, universidades e, em vezes, a sociedade civil, na reprodução das cidades globais. O Banco Mundial²⁷, por exemplo, para a gestão municipal anterior fez promessas quanto a possibilidade de financiar US\$ 30 milhões em obras de desenvolvimento no 4º Distrito de Porto Alegre. Isso significa um aporte de R\$ 140 milhões de reais, baseado na conversão a qual um dólar americano representa 4,76 reais brasileiros. O Estado, nessa circunstância, une o setor privado e financeiro com o argumento de arrecadar investimentos para construção ou manutenção de projetos urbanos (OLIVEIRA, 2013). Ou seja, é a construção da cidade a favor da elite financeira que almeja tomar posse do espaço urbano a fim de configurar a organização da produção a favor das dinâmicas de troca e consumo e da produção de locais de sucesso (HALL, 1995; HARVEY, 2005).

A atuação das universidades sobre o 4º Distrito ocorre a partir da sua participação na construção de possibilidades quanto a políticas urbanas sobre a região. Existem exemplos que ilustram como a presença de instituições de ensino (públicas e privadas) ascenderam discussões sobre o cenário urbano de Porto Alegre. Por exemplo, a participação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em conjunto à

²⁶ Ver em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2021/12/17/prefeitura-de-porto-alegre-apresenta-programa-de-desenvolvimento-do-4o-distrito.ghtml>

²⁷ Ver em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2018/11/prefeitura-de-porto-alegre-busca-30-milhoes-do-banco-mundial-para-4o-distrito-cjoz132nm0guy01rxscn3zhzl.html>

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul na construção do documento Masterplan, como já contextualizado no capítulo um, aponta a configuração do planejamento público padronizado a favor do desenvolvimento empresarial dos centros urbanos (OLIVEIRA, 2018). Outro movimento, esse mais recente, é a articulação entre as duas instituições de ensino já citadas, mais a Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), na busca pela potencialização de ações relacionadas ao ecossistema de inovação e desenvolvimento.

O impacto das ações desenvolvidas a partir das articulações entre instituições educacionais, órgãos públicos e iniciativa privada para o Vila Flores ocorre pela possibilidade de acesso a estudos práticos onde o complexo é o objeto a ser analisado. Segundo as proprietárias de um escritório de arquitetura, elas contam na entrevista como essa dinâmica esteve presente na trajetória de ambas quando cursavam arquitetura na Pontifícia Universidade Católica em Porto Alegre. O exercício feito pelos docentes, junto à comunidade discente, ainda que indiretamente, auxilia aos gestores em futuras ações. No trecho abaixo, as arquitetas contam como a abordagem da universidade auxiliou na criação de projetos e trabalhos que possam ser aproveitados e implementados na região:

A PUC quando a gente estudava lá tinha fez um, um ou dois semestres que todas as cadeiras de projeto de arquitetura obrigatoriamente envolver terrenos na área do 4º Distrito. Então, todas as cadeiras de projeto, tem projeto um, dois, três, quatro, de arquitetura, de paisagismo, de interiores, todos tinham que ter e contemplar áreas do 4º Distrito. (...) então, mais pro meio pro fim, também na faculdade, eu entrei num grupo de pesquisa da faculdade que é com a professora Cibele, professora de urbanismo da faculdade de da PUC. E ela tinha um grupo de pesquisa totalmente direcionado pro estudo do 4º Distrito. Eu tive uma conexão diretamente com o Vila Flores também, tanto que o grupo um grupo de pesquisa tinha uma sala dentro do Vila Flores (Gestora A, Estúdio de Arquitetura).

Diante desse panorama é imprescindível apontar o Estado como agente articulador das relações estabelecidas sobre as cidades. No 4º Distrito de Porto Alegre a sua disposição é observada em diferentes momentos, como participante em parcerias público privadas e proposição de políticas urbanas. Tanto o governo do estado do Rio Grande do Sul quanto o governo municipal de Porto Alegre participam de ações, como já citadas e em eventos onde a antiga região é destaque. No entanto, para este trabalho é elementar citar que o principal movimento feito pelo poder público na região foi a regulamentação

de isenções de impostos sobre imóveis da região com objetivo de fomentar a ocupação por empresas privadas, negócios relacionados a economia criativa e a construção civil.

No primeiro momento, em 2015, os benefícios fiscais²⁸ eram voltados para iniciativas de base tecnológica, inovadoras e de economia criativa instaladas nos bairros Floresta, São Geraldo, Navegantes, Humaitá e Farrapos. Esse processo consiste em um cadastro junto à Prefeitura de Porto Alegre em busca de isenção do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) e do Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) por um período de cinco anos. Jorge Piquet, ao ser questionado sobre essa ação, ele pondera que a proposta não é efetiva como sua proposta aparenta ser para sociedade.

Aí eu falei para todo mundo: olha pessoal fiz um post está lá o post, eu ainda fiz o mapa com o lugar na prefeitura onde o pessoal tem que ir lá entregar papelada, botei toda a papelada. Pessoal vão lá, porque isso é importante, é cinco anos de isenção de IPTU. Então, pra quem está num negócio que está muito assim, na beirada, isso aí pode ser a definição entre fechar e não fechar, né? Te dá um fôlego a mais. Aí fiz. Tá. Aí algumas pessoas entraram. Ninguém nunca conseguiu. Porque logo depois entrou o Marchezan, como prefeito e o Marchezan não queria dar isenção de IPTU. Entende? Então ficou a lei mas não funcionava, a pessoa ia lá, entregava a papelada, aí tinha um errinho qualquer, ninguém avisava, ficava um ano lá. Tá? Então e assim e eu depois de um tempo até mandei e-mail pra todo mundo perguntando, pessoal como é que foi a experiência de pedir? Que é feito assim, olha foi horrível. Porque o que eu me desgastei, o que eu trabalhei, o que eu fui pegar, o que eu fui na secretaria, não consegui (Jorge Piquet, Distrito C).

A partir da explanação do gestor do Distrito C, a regulamentação das isenções, na realidade, é uma utopia para aqueles que se enquadram nos requisitos impostos pelo município. Ainda que esteja em vigor, fica claro que a ausência do Estado, de forma geral, é um projeto que visa garantir o direito à propriedade privada e ao funcionamento adequado dos mercados (HARVEY, 2008). Ou seja, os gestores do município, responsáveis por legislar, não conseguem garantir a efetividade da sua própria legislação.

A gestão da prefeitura no governo de Sebastião Mello em 2023, mesmo não conseguindo garantir o que foi estipulado em 2015, insiste em prometer novas isenções que possibilitam favorecer a revitalização urbana do 4º Distrito. O Programa +4D, nova

²⁸ Ver em: https://www2.portoalegre.rs.gov.br/smf/default.php?p_secao=267

proposta apresentada a Câmara Legislativa Municipal, em seu discurso ressalta que a vocação da região é a inovação e sua transformação parte dela²⁹. Como em qualquer gestão pública que absorve o empreendedorismo na sustentação de suas ações, a administração evoca a iniciativa privada na busca de atração de recursos.

Já em relação ao Vila Flores, desde o início das intervenções da família Wallig até hoje, há dois momentos distintos quanto a participação do Estado na concepção de ações a favor da sociedade. O primeiro momento ocorre durante a gestão do Prefeito José Fortunati³⁰, também responsável pelo Masterplan, onde foram feitas concessões junto à Associação de forma direta a partir da doação de paralelepípedos para serem instalados na área externa do complexo e, de forma indireta, com o lançamento de editais de fomento à economia criativa, como mostra o web documentário Território e Memória. O segundo momento conduzido por Nelson Marchezan Júnior³¹ ocorreu o esvaziamento de lançamento de editais e, até mesmo, ações diretas junto ao Vila Flores. A gestora da ACVF, enquanto funcionária desde 2019, reforça a ausência do poder público em dialogar com os responsáveis pelo projeto.

Associação sobrevivi muito dos eventos que aqui estão e de editais. Então, a gente está sempre indo atrás de projeto, de edital, de lei de incentivo, de através desses projetos seguir com a associação funcionando e a gente podendo executar esses projetos, né? Enfim, pra gente é tão caro, né? Enfim, mas esse período Carol que eu tô aqui assim eu não lembro de nenhuma movimentação no sentido de, do poder público de ter um interesse, assim, no Vila ou, enfim pelo trabalho que é desenvolvido aqui, nunca assim (Gestora ACFV).

O desenvolvimento de zonas urbanas específicas de Porto Alegre estimulado pela condução do Estado e associado às instituições financeiras globais permite considerar que o modelo de planejamento urbano consolidado na cidade é o empreendedorismo urbano. Discutido por Harvey (2005), o empreendedorismo urbano é a consolidação da governança empreendedora a qual a coalizão de forças facilita que a administração urbana responda ao modelo de organização de espaço capitalista. A visão que a Prefeitura de Porto Alegre tem quanto a projetos urbanos está mais associada a uma política que utiliza o neoliberalismo e seus valores na busca de uma cidade global. É uma escolha que se

²⁹ Síntese da fala do Sebastião Melo, prefeito de Porto Alegre entre 2020-2024.

³⁰ Prefeito da cidade de Porto Alegre durante o período de 2010 a 2017

³¹ Prefeito da cidade de Porto Alegre durante o período de 2017 a 2021

opõe a reflexão que Lefebvre (2001) faz quanto construção de uma sociedade urbana onde a cidade atua como um coletivo libertador e emancipatório capaz de transformar a cidade.

A fim de evidenciar o projeto de cidade neoliberal, é preciso elencar uma circunstância específica que sobressai o 4º Distrito de Porto Alegre: a cultura como um elemento que intensifica a mercantilização e a gentrificação do espaço urbano. Barcellos (2021) sugere que a classe artística contribui para transformações urbanas que podem induzir o processo de gentrificação lugares no 4º Distrito. As arquitetas contam brevemente sobre a atuação de um artista que transformou parte da fachada do Vila Flores em pinturas de grafite que impactou a região.

Por exemplo, tem o Kelvin também que é um artista plástico particular. Ele faz pinturas na parede, grafite, enfim. Tenho certeza que o que ele fez no Villa deve ter sido alguma iniciativa que agora eu vou saber explicar direitinho mas ele restaurou todas as sacadas que eu te falei que estavam sendo restauradas que dão o Vila Flores. Elas tinham pinturas antigas só que elas estavam sem a proteção. E aí ele fez algumas pinturas com até alguns dizeres assim, todas essas sacadas do Vila, de restauro (Gestora A, estúdio de arquitetura).

As ações do Vila Flores, diretas ou indiretas, na realidade reforçam o que Arantes (2013) discursa sobre a produção da dimensão simbólica sendo um repertório econômico utilizado pelo capitalismo na promoção de novos gestos urbanos. Intervenções culturais em processos de transformação urbana podem camuflar a real ascensão de um perfil social e econômico que é capaz de reproduzir a gentrificação no espaço. O 4º Distrito é um exemplo clássico de região que há desvalorização do espaço urbano e, ao mesmo tempo, a imersão de novos serviços e pessoas que modificam a sua dinâmica. A sua diferença para esses exemplos clássicos envolve a participação da cultura nesse processo.

A partir do momento que a região, até então esquecida, consegue ofertar novos serviços e equipamentos culturais, conseqüentemente transforma o perfil dos habitantes e daqueles que consomem o local. Isso ocorre no 4º Distrito, por exemplo, na medida que cresce a oferta de opções de turismo, lazer e cultura, novas pessoas, novos serviços e novas iniciativas com novos estilos de vida que ingressam sobre um espaço específico da cidade. Como pontua Barcellos (2021), é uma forma de gentrificação que se diferencia da classe onde os investimentos privados atraem novos moradores. Na realidade, hoje são os agentes da economia criativa que abrem os caminhos para o avanço da especulação imobiliária e, posteriormente, para novos moradores.

Há opiniões divergentes quanto as consequências do processo de gentrificação sobre o 4º Distrito de Porto Alegre. As considerações alcançam interpretações que reforçam com ações são capazes de fomentar a gentrificação e agregar benefícios a região, outros já expõem contrariedade e, alguns, que relatam indiferença sobre o fato. Para este trabalho, a gentrificação é considerada um processo impiedoso que as atividades já produzidas e sobre aqueles que cresceram e têm suas histórias vinculadas à região. No entanto, como forma de explanar que nem sempre a gentrificação pode ser entendida como um processo de exclusão e desigualdade, trago a fala do gestor do Distrito C e sua opinião quanto essa dubiedade.

Claro, no 4º Distrito a gentrificação tem outra história porque tem toda questão da expulsão das pessoas. Isso pode acontecer e vai acontecer. Então, o que eu dizia pras pessoas era assim, que me dizia assim: não, tu está chamando muita atenção, está mostrando as qualidades daquele lugar e de repente o pessoal vai lá. É, mas eu dizia o seguinte: olha, na medida em que a gente está organizado e pra nós o patrimônio histórico é importante, é melhor a gente tá organizado e defendendo o patrimônio histórico e mostrando o patrimônio histórico, e não tem ninguém, que é um deserto e o cara vai lá e derruba. Ninguém nem fica sabendo o que foi derrubado (Gestor Distrito C).

Diante dessa conjectura é preciso considerar outro aspecto imposto por estratégias urbanas pensadas a partir do empreendedorismo urbano: o foco no desenvolvimento urbano local ao invés do território (HARVEY, 2005). Há inúmeras zonas em Porto Alegre que necessitam de aporte tanto quanto o 4º Distrito, mas a concentração das ações na zona norte são sempre justificadas: ser porta de entrada para a capital do Rio Grande do Sul, fronteira com os bairros nobres, como Moinhos de Vento e potencial para se tornar uma região de especulação imobiliária. Ou seja, é a condução de uma urbanização que transforma o estilo de vida das pessoas e impõe sobre a sociedade urbana a lógica do consumo (VAZ, 2004; HARVEY, 2013).

Diante de uma cidade que reproduz relações a favor do sistema capitalista, é preciso ponderar os elementos que fazem parte desse contexto. Neste estudo, um elemento é o conjunto que contempla o projeto Vila Flores, ou seja, a associação e o complexo arquitetônico. Como ponderou o gestor do Distrito C na entrevista, o Vila Flores é um negócio que, além de fornecer espaços para aluguel de salas, principalmente para iniciativas de economia criativa, ele presta apoio na produção de atividades. Ou seja,

o Vila Flores, junto de outros atores, precisa ser analisado como um projeto que impacta a produção capitalista no espaço do 4º Distrito de Porto Alegre.

Por ser uma iniciativa que tem a atenção da mídia desde sua criação, seus gestores sempre são questionados quando o assunto é o 4º Distrito, isso não é novidade. Ao participar das reportagens de Barcellos (2021) e Zimmermann (2019), a família Wallig justifica a necessidade de se posicionar contrária ao processo de gentrificação quando considera a produção de atividades de impacto social para a população vulnerável do seu entorno. De fato, considerar propor atividades de impacto social permite o questionamento sobre o caráter desigual do sistema urbano, mas ainda assim não é suficiente. Mesmo que o projeto Vila Flores produza ações sociais, ele também fomenta atividades que reproduzem o capital a partir da mercantilização da cultura. Ou seja, como um projeto de impacto social, as ações do Vila Flores junto à sociedade são limitadas.

5. Conclusão

A presente dissertação teve como objetivo geral analisar a relação dos atores e das ações do Projeto Vila Flores com o desenvolvimento do empreendedorismo urbano no 4º Distrito de Porto Alegre -RS. Assumimos como pressuposto que existe uma forte interligação entre empreendedorismo urbano e economia criativa, sendo este último um mecanismo utilizado como atração de investimento, busca de legitimidade e símbolo de modernização. No entanto, ao longo da pesquisa empírica, observamos que as questões sociais, associadas ao público no entorno do empreendimento em análise, serviram também como mecanismo de legitimação do discurso de transformação do espaço do 4º distrito.

A respeito dos impactos do Vila Flores sobre o 4º Distrito de Porto Alegre pode-se afirmar, a partir dos dados interpretados, que o projeto atua como um agente da economia criativa que impulsiona o empreendedorismo urbano na região. Sua contribuição abrange desde a manutenção da estrutura do complexo arquitetônico até suas ações efetivas junto à comunidade que reforçam o discurso da revitalização urbana sobre a antiga zona industrial. Ainda que, no discurso, a associação responsável pela gestão do projeto enfatize estar em oposição ao avanço da gentrificação, na realidade sua atuação estimula o enobrecimento do espaço, a expansão descontrolada do setor de serviços e consumo voltados para o público da classe média e média alta, como *PUB's*, restaurantes *gourmets* e hamburguerias.

Um projeto que se apresenta à sociedade como disruptivo a dinâmica capitalista tradicional de Porto Alegre, o discurso do Vila Flores ao longo de sua história utiliza a relação complexo arquitetônico e região para legitimar sua movimentação. No primeiro momento que a região do 4º Distrito de Porto Alegre se consolidava como uma zona industrial, sua função era ofertar espaços de aluguel de moradia para população local. Já atualmente o Vila Flores tem como proposta contribuir o desenvolvimento do empreendedorismo e da inovação. A convergência em ambos os momentos é que o Vila Flores, seja como local de moradia ou espaço de trabalho, sempre respondeu a expansão das relações capitalistas, antes concentrada na reprodução manufatureira e agora na busca incessante pela mercantilização de bens simbólicos.

O 4º Distrito de Porto Alegre é apresentado por meios de comunicação e trabalhos acadêmicos, por exemplo como sendo uma região desvalorizada, esvaziada, sem vida e

com infraestrutura básica precária. É inegável que a localidade apresenta problemas, mas é preciso separa-los e sinalizar para quem interessa esse cenário urbano. De fato, sua configuração atual é consequência da ausência de ações do poder público, mas essa mesma disposição permite a ascensão da iniciativa privada, por exemplo, na construção do espaço urbano e a exclusão da comunidade local nesse processo. O 4º Distrito não é uma zona esvaziada e sem vida, ela possui sua própria dinâmica social que, na verdade, não contemplava os interesses privados. Mesmo com políticas públicas de incentivo para empresas que visam ocupar o local, a falta de investimento em infraestrutura, por exemplo, reforça o cenário que os benefícios não contemplam a população residente e possibilitam, mesmo lentamente, o avanço da gentrificação no espaço.

O avanço da iniciativa privada com a anuência do poder público sobre o cenário urbano na cidade de Porto Alegre não é novidade. No entanto, a singularidade sobre o 4º Distrito em comparação a outras localidades consiste na exploração do discurso da economia criativa para impactar a transformação urbana da região. Os residentes instalados no Vila Flores que representam o setor da economia criativa ainda que, no discurso, prezem pela produção de iniciativas que possam agregar a população local, de fato eles corroboram com o avanço da refuncionalização dos espaços a partir dos interesses de agentes representantes do capital. Ou seja, a proximidade com novas dinâmicas capitalistas não se restringe apenas ao projeto Vila Flores, mas também seus residentes.

O Vila Flores se coloca junto a sociedade como um projeto que contribui para capacitação de iniciativas que priorizam o desenvolvimento social na localidade, mas os dados mostraram o contrário. Embora sejam feitas referências quanto a possíveis ações sociais, na realidade elas se manifestam de forma incipiente, baseada em outras já estabelecidas no 4º Distrito. Suas ações, na realidade, são praticadas de forma indireta em conjunto a iniciativa de outros movimentos sociais, de modo que a sua contribuição é dependente de atividades já produzidas por outros movimentos sociais, como o Assentamento 20 de Novembro e o projeto Ksa Rosa. Os eventos no Vila Flores, na prática, são propaganda para estimular a atração de novos negócios e facilitar a expansão da indústria criativa.

Outro ponto observado na pesquisa foi a ausência de agentes da comunidade, principalmente representantes da população da Vila Santa Terezinha nos vídeos analisados. Inclusive, ainda que o discurso o Vila Flores valorize a diversidade, os vídeos

não exploram discussões importantes envolvendo raça e gênero no desenvolvimento social efetivo para a região. Mesmo com a participação de representantes que falam pelas trabalhadoras do sexo, os dados revelam que a ausência desses atores enfraquece, inclusive, o discurso de busca pelo diálogo entre as diferentes comunidades. Esse tipo de conduta do Vila Flores reforça que o verdadeiro objetivo da associação cultural é impulsionar o avanço da economia criativa.

A economia criativa como elemento que estrutura o projeto do Vila Flores não limita seu impacto somente a sua comunidade interna, mas também o lugar a qual ela se encontra inserida. Os dados revelam que o Vila Flores, como ator que alimenta a indústria criativa em Porto Alegre, legitima projetos que fomentam o empreendedorismo urbano. Movimentações que buscam construir laços com o poder público e privado e direcionam suas ações para o capital financeiro global, na realidade contribui para exclusão de camadas populares na discussão de políticas para o 4º Distrito. Assim, como a maioria dos novos negócios instalados na região, mesmo sendo um complexo arquitetônico restaurado que busca preservar o patrimônio histórico da cidade, ele também contribui para a reprodução capitalista do espaço na região.

À medida que as manifestações a favor do empreendedorismo urbano crescem sobre a região do 4º Distrito de Porto Alegre, a organização do espaço urbano vai responder aos interesses do capital. O Vila Flores, como integrante desse cenário, não questiona a gestão urbana direcionada para agentes privilegiados que não compreendem a cidade como um espaço capaz de transformar a sociedade. Esse tipo de projeto desconsidera a importância do combate à desigualdade social na busca pelo bem comum, ele aprecia as condições que condicionam a concentração de renda, a especulação imobiliária e uma sociedade urbana desigual.

As consequências desencadeadas de um projeto de construção de cidade direcionado aos interesses do capital financeiro impõe a sociedade a necessidade de reflexão, ainda maior, quanto ao enfrentamento nas condições de exploração e concentração de riquezas. Em nenhum momento, desde a fala dos gestores responsáveis pela associação até das iniciativas que residem no complexo, foi percebida a preocupação sobre a condição de desenvolvimento urbano que desconsidera as relações desiguais de um espaço imerso nas relações capitalistas. Por isso, o Vila Flores não é somente um projeto que não contribui na democratização do espaço urbano, ele contribui para a legitimação da produção do espaço urbano a partir do empreendedorismo urbano.

Diante da importância em compreender o Vila Flores, além da obviedade, é preciso também expor, como em qualquer trabalho acadêmico, as limitações apresentadas ao longo da sua construção. As maiores dificuldades enfrentadas estiveram associadas ao avanço da pandemia da *covid-19* que não permitiu que fosse realizada a observação a dinâmica estabelecida no complexo Vila Flores. Sendo assim, por causa desse cenário, as entrevistas foram realizadas remotamente e, conseqüentemente, não permitiram mais proximidade com os entrevistados.

Por fim, como não existe o esgotamento na produção de conhecimento, essa pesquisa pode servir de base para outros estudos que tenham por objetivo aprofundar as análises sobre o avanço do empreendedorismo nas cidades brasileiras. Outro aspecto interessante seria compreender a posição da população local do 4º Distrito de Porto Alegre com o avanço da gentrificação e desigualdade social com o avanço do setor de serviços sobre a região. Nesse sentido, são inesgotáveis os caminhos para desenvolvimento de uma pesquisa que concentre suas discussões em compreender a dinâmica da sociedade urbana nas cidades brasileiras.

Referências Bibliográficas

ARANTES, O. Cultura e transformação urbana. In: PALLAMIN, Vera (org.). **Cidade e Cultura: esfera pública e transformação urbana**. São Paulo: Estação Liberdade, 2002, p. 59-70

ARANTES, O. **Cultura e transformação urbana**. In: PALLAMIN, Vera (org.). **Cidade e Cultura: esfera pública e transformação urbana**. São Paulo: Estação Liberdade, 2002, p. 59-70

ARANTES, O. **Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas**. In: ARANTES, O; VAINER, C; MARICATO, E. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Editora Vozes, 2013.

BARCELLOS, Mariana. **Se este corte de cabelo aparecer no seu bairro, pode crer que o aluguel irá subir**. 2021. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/sextante/gentrificacao-4-districto/#:~:text=O%204%C2%BA%20Distrito%20engloba%20os,at%C3%A9%20a%20Arena%20do%20Gr%C3%AAmio>. Acesso em: 11 jan. 2022.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.

BENDASSOLLI, Pedro F. et al. **Indústrias criativas: definição, limites e possibilidades**. *Revista de Administração de Empresas*, v. 49, n. 1, p. 10-18, 2008.

BOTELHO, Isaura. Dimensões da cultura e políticas públicas. **São Paulo em perspectiva**, v. 15, p. 73-83, 2001.

BRASIL. **Lei nº. 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade)**, que “regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece as diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências”. Disponível em <<http://senado.gov.br/legislacao>>

CANEDO, Daniele. Cultura é o quê? Reflexões sobre o conceito de cultura e a atuação dos poderes públicos. **IN: V ENECULT-Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, Faculdade de Comunicação/UFBA, Salvador, Bahia**, v. 27, 2009.

CANOFRE, F. No 4º Distrito de Porto Alegre, abandono e promessas se misturam. A quem serve a ‘revitalização’?. **SUL 21**, Porto Alegre, 14 de Agosto de 2017. Disponível em <<http://especiais.sul21.com.br/gentrificacao/no-antigo-centro-industrial-de-porto-alegre-abandono-e-promessas-se-misturam-a-quem-serve-a-revitalizacao/>>. Acessado em novembro de 2019.

DARDOT, P.; LAVAL, C **A Nova Razão do Mundo – ensaio sobre a sociedade neoliberal**. Boitempo, São Paulo, 2016

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A Nova Razão do Mundo – ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.

diretrizes e ações, 2011 – 2014. Brasília, Ministério da Cultura, 2011.

DUISENBERG, E. Secretaria da Economia Criativa no Brasil. In: MinC. **Plano da Secretaria da Economia Criativa: políticas, diretrizes e ações**. Brasília: Ministério da Cultura, 2012.

EDELWEISS, Roberta Krahe; PORTAL VOLPATTO, Carlla; DONATTI CASAGRANDE, Roberta. **Vila flores: um processo arquitetônico**. Módulo Arquitectura CUC, 2019

FERREIRA, Alvaro. **A cidade no século XXI: segregação e banalização do espaço ampliada**. Rio de Janeiro: Consequência, 2013b. 323p.

FONSECA, Caue. **Seis segredos do sucesso (e um problema) do 4º Distrito, nova zona boêmia de Porto Alegre**. 2019. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2019/09/seis-segredos-do-sucesso-e-um-problema-do-4o-distrito-nova-zona-boemia-de-porto-alegre-ck0h9jevi02q301tg2am98ypr.html>. Acesso em: 21 mar. 2020.

FORTES, A. **Nós do Quarto Distrito: a classe trabalhadora porto-alegrense e a era Vargas**. Caxias do Sul: Ed. UCS; Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

FORTES, Alexandre. **Nós do Quarto Distrito: a classe trabalhadora porto-alegrense e a era Vargas**. Caxias do Sul: Ed. UCS; Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

FREITAS, Eleusina Lavor Holanda de; BUENO, Laura Machado de Melo. **Processos participativos para elaboração de Planos Diretores Municipais: inovações em experiências recentes**. Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana, v. 10, p. 304-321, 2018.

GAMEIRO, R; TOMETICH, P; SILVA RC. (2015). Política Federal de Cultura de Economia Criativa como experimento da renovação do neoliberalismo. In: **Anais... XI Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (ENECULT)**, 11-14 de agosto de 2015, Salvador, Brasil.

GAMEIROS, Rodrigo Guimarães. **As Transformações do Mercado do Ensino Superior e o Endividamento Estudantil no Brasil: uma produção do Estado neoliberal**. 2018. 416 f. Tese (Doutorado) – Escola de Administração, Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GODOY, A. S. Estudo de Caso qualitativo. In: GODOI, C. K.; BANDEIRA-DE-MELO, R.; BARBOSA DA SILVA, A. **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos**. São Paulo: Saraiva, 2006, p.115-146.

GOULART, S.; CARVALHO, C.A. **O pesquisador e o design da pesquisa qualitativa em administração**. In: VIEIRA, M.M.F.; ZOUAIN, D.M. (orgs). *Pesquisa qualitativa em administração: teoria e prática*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

HALL, Peter. **Cidades do amanhã: uma história intelectual do planejamento e do projeto urbanos no século XX**. Perspectiva, 1995.

HARVEY, D. **Produção Capitalista Do Espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, David. **Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio**. Espaço & debates, v. 16, n. 39, p. 48-64, 1996.

HORKHEIMER, Max. Adorno Theodor W. **Dialética do esclarecimento**, 1985.

LEFEVBRE, H. **Direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

MACHADO, Rosi Marques. **Da indústria cultural à economia criativa**. Revista Alceu, v. 9, n. 18, p. 83-95, 2009.

MARICATO, E. **As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: Planejamento urbano no Brasil**. In: ARANTES, O; VAINER, C; MARICATO, E. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. Petrópolis: Editora Vozes, 2013.

MARICATO, Ermínia. **Para entender a crise urbana**. São Paulo: Expressão Popular, 2015

MARX, V.; ARAÚJO, G.; SOUZA, V. G. Estratégia global-local e reflexos no 4º Distrito De Porto Alegre. **Encontro nacional da associação nacional de pós-graduação e pesquisa em planejamento urbano e regional**, v. 18, 2019.

MASTERPLAN 4D. **4D Distrito de Inovação de Porto Alegre**. Porto Alegre, 21 de Dezembro de 2016. Disponível em: http://4distrito.portoalegre.rs.gov.br/sites/default/files/Masterplan_4Distrito.pdf, acesso em 13 de fev. 2017.

MINAYO, M. C. S. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Ciênc. Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 621-626, 2012.

MINC - Ministério da Cultura. **Plano da Secretaria de Economia Criativa: políticas, diretrizes e ações 2011- 2014**. Brasília: Minc, 2012. 148 p. Disponível em: <http://www2.cultura.gov.br/site/wpcontent/uploads/2011/09/Plano-da-Secretaria-da-Economia-Criativa.pdf>. Acesso em: 21 abril 2017.

MINC, Ministério da Cultura. **Plano da Secretaria da Economia Criativa: políticas,**

OLIVEIRA, C. M. de. **Empreendedorismo urbano e práticas de planejamento: a Copa do Mundo e os grandes projetos urbanos em Porto Alegre**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Arquitetura. 2013.

OLIVEIRA, Clarice M. **Do empresariamento ao empreendedorismo urbano: o caso de Porto Alegre**. Anais do XVI Encontro Nacional da ANPUR. Belo Horizonte, 2015.

OLIVEIRA, Clarice Misoczky. **Projetos urbanos: uma crítica ontológica**. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Faculdade de Arquitetura. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

OLIVEIRA, Clarice Misoczky. **Projetos urbanos: uma crítica ontológica**. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Faculdade de Arquitetura. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

PAES DE PAULA, A. P.. **Administração Pública Brasileira entre o Gerencialismo e a Gestão Social**. Revista de Administração de Empresas, v. 45, n. 1, jan./mar, 2005, p.36-47.

PUELLO-SOCARRÁS, JF. **Nueva Gramática del Neo-liberalismo. Itinerarios teóricos, trayectorias intelectuales, claves ideológicas**. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, Facultad de Derecho, Ciencias Políticas y Sociales, 2008a. 166p.

_____. **“¿Un Nuevo Neo-liberalismo? Emprendimiento y Nueva Administración de ‘lo público’”**. Revista Administración & Desarrollo (Bogotá: Escuela Superior de Administración Pública) No. 49, Primer Semestre, 2008b, p. 7-39:

REIS, C. F. A; **Economia criativa: como estratégia de desenvolvimento: uma visão dos países em desenvolvimento.** São Paulo: Itaú Cultural, 2008.

_____. A. Economia Criativa: um novo olhar sobre o que faz a diferença. In: MinC. **Plano da Secretaria da Economia Criativa: políticas, diretrizes e ações.** Brasília: Ministério da Cultura, 2012.

ROESCH, Sylvia Maria Azevedo. **Projetos de estágio e de pesquisa em administração: guias para estágios, trabalhos de conclusão, dissertações e estudo de casos.** 2ª ed. São Paulo: Atlas, 1999.

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade.** Brasiliense, 1995.

ROLNIK, Raquel; SAULE JUNIOR, Nelson. **Estatuto da Cidade: novas perspectivas para a reforma urbana.** 2001.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Desafios e dilemas da gestão cultural. **Gestão Cultural**, p. 11, 2019.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado.** São Paulo: v. 6, 2008.

SANTOS, Milton. **Por uma economia política da cidade.** v. 5. 2012. p. 139-139.

SANTOS, S. C. **Do lugar do negócio à cidade como negócio.** In: CARLOS, A; VOLOCHKO, D; ALVAREZ, I. A cidade como negócio. São Paulo: Editora Contexto, 2015

SARAVIA, Enrique. **Política pública, política cultural, indústrias culturais e indústrias criativas.** Plano da Secretaria da Economia Criativa, 2011.

SIMÕES, J. **O campo organizacional da cultura no Brasil: entre o Estado e o mercado.** Dissertação de Mestrado. (Fundação Getúlio Vargas – Escola Brasileira de Administração pública e de Empresas – EBAPE). Rio de Janeiro, 2006.

SIMÕES, J.; VIEIRA, M. M. F. A influência do Estado e do mercado na administração da cultura no Brasil entre 1920 e 2002. **Revista de Administração Pública**, v. 44, n. 2, p. 215-237, 2010.

STAKE, R. E. Case Studies. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y.S. **Handbook of Qualitative Research.** New York: Sage Publications, p. 236-247, 1994.

_____. The Art of Case Study Research. Thousand Oaks, CA: Sage, 1995.

STROHAECKER, Tânia. **Atuação do público e do privado na estruturação do mercado de terras de Porto Alegre (1850-1950).** Scripta Nova. Barcelona, Universidad de Barcelona, v. IX, n. 194 (13), 2005.

THIRY-CHERQUES, H. R. De falácias e de cultura. **Revista de Administração Pública**, v. 35, p. 7-17, 2001.

TITTON, C. **Reestruturação Produtiva e Regeneração Urbana: o caso do IV distrito de Porto Alegre.** Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Plesbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2012

TITTON, C. **Reestruturação Produtiva e Regeneração Urbana: o caso do IV distrito de Porto Alegre.** Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Plesbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2012

TOLILA, Paul. **Cultura e Economia. Problemas, Hipóteses. Pistas.** São Paulo: Iluminuras, 2007.

UNCTAD - UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento). **Relatório de economia criativa 2010: economia criativa uma, opção de desenvolvimento.** Brasília: Secretaria da Economia Criativa/Minc; São Paulo: Itaú Cultural, 2012. 424 p. ISBN 978-85-7979-035-5. Disponível em: http://unctad.org/pt/docs/ditctab20103_pt.pdf.

UNCTAD - UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento). **Relatório de economia criativa 2010: economia criativa uma, opção de desenvolvimento.** Brasília: Secretaria da Economia Criativa/Minc; São Paulo: Itaú Cultural, 2012. 424 p. ISBN 978-85-7979-035-5. Disponível em: http://unctad.org/pt/docs/ditctab20103_pt.pdf.

VAINER, C. **Pátria, empresa e mercadoria: Notas sobre a estratégia discursivas do Planejamento Estratégico Urbano.** In: ARANTES, O; VAINER, C; MARICATO, E. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. Petrópolis: Editora Vozes, 2013.

VALIATI, Leandro; MOLLER, Gustavo (Org.). **Economia criativa, cultura e políticas públicas.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016. p. 186-210

VAZ, L. F. A "culturalização" do planejamento e da cidade: novos modelos? **Cadernos PPG-AU/UFBA**, v. 3, 2004.

_____. A cultura e o território: uma reflexão sobre os espaços opacos cariocas. In: Vaz e Seldin (orgs.). **Culturas e resistências na cidade.** Rio de Janeiro: Rio Books, 2018, p.25-42

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração.** São Paulo: Atlas, 2004.

VIEIRA, Marcelo M. F. Por uma boa pesquisa (qualitativa) em administração. In: VIEIRA, Marcelo M. F. e ZOUAIN, Débora M. (Orgs.). **Pesquisa Qualitativa em Administração.** Rio de Janeiro: FGV, 2004.

WAGNER, Cesar Bernardes. **A questão da sustentabilidade nas políticas de desenvolvimento urbano: a reestruturação urbana do Baixo 4º Distrito de Porto Alegre (1995-2016).** Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) - Faculdade de Arquitetura. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

WALLIG, A.; SIELSKI, L. **Projeto Vila Flores: práticas artísticas colaborativas pela revitalização de processos criativos no meio urbano.** Anais, v. 22, p. 3012-3025, 2013.

WALLIG, J. F.; PENA, V. **Vila Flores: Um processo arquitetônico: ressignificação, coletividade e aprendizado.** In: Bienal de Veneza. Porto Alegre. 2016.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso: planejamento e métodos.** Porto Alegre: Bookman, 2005.

ANEXO 1

4º Distrito de Porto Alegre	<ol style="list-style-type: none">1. Fale sobre a sua trajetória e sua relação com o Vila Flores e o 4º Distrito de Porto Alegre2. Descreva as características do 4º Distrito de Porto Alegre3. Conte mais sobre os projetos urbanos na região4. Fale um pouco sobre a comunidade do 4º Distrito de Porto Alegre
Vila Flores	<ol style="list-style-type: none">5. Conte sobre a história do complexo arquitetônico Vila Flores.6. Como ocorreu a criação do Vila Flores?7. Fale sobre a relação do Vila Flores com a comunidade do 4º Distrito de Porto Alegre.8. Comente sobre os projetos desenvolvidos pelo Vila Flores e os vileiros.
Economia Criativa e Empreendedorismo Urbano	<ol style="list-style-type: none">9. Qual a importância da economia criativa na dinâmica do Vila Flores?10. Como as ações promovidas pelo Vila Flores e pelos vileiros impactam a região do 4º Distrito de Porto Alegre?11. Como o poder público participa das dinâmicas e discussões que envolvam o Vila Flores e o 4º Distrito de Porto Alegre?12. Por fim, como você avalia as ações do Vila Flores no desenvolvimento urbano no 4º Distrito de Porto Alegre?